VISÕES PERNAMBUCANAS SOBRE A INDEPENDÊNCIA E O IMPÉRIO: JOAQUIM NABUCO, OLIVEIRA LIMA, GILBERTO FREYRE E EVALDO CABRAL DE MELLO

André Heráclio do Rêgo
(Organizador)

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL 343

SENADO FEDERAL

VISÕES PERNAMBUCANAS SOBRE A INDEPENDÊNCIA E O IMPÉRIO:

JOAQUIM NABUCO, OLIVEIRA LIMA, GILBERTO FREYRE E EVALDO CABRAL DE MELLO

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora
Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Eduardo Gomes
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Chico Rodrigues
Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus
Senadora Soraya Thronicke

Ilana Trombka
Diretora-Geral

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa

Membros da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador:

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão

Senadora Jussara Lima
Vice-Presidente da Comissão

Senador Humberto Costa
Senador Efraim Filho
Senadora Augusta Brito
Senadora Janaína Farias

Senador Fernando Dueire
Senadora Ana Paula Lobato
Senador André Amaral

Secretaria da Comissão

Lenita Cunha e Silva

Breno de Lima Andrade

André Heráclio do Rêgo (org.)

VISÕES PERNAMBUCANAS SOBRE A INDEPENDÊNCIA E O IMPÉRIO:
JOAQUIM NABUCO, OLIVEIRA LIMA, GILBERTO FREYRE E EVALDO CABRAL DE MELLO

Brasília
2025

SENADO FEDERAL

Edições do Senado Federal, vol. 343

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Revisão: André Heráclio do Rêgo e Companhia Editora de Pernambuco — CEPE
Diagramação: Companhia Editora de Pernambuco — CEPE

Secretaria de Editoração e Publicações
Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

Coordenação de Pré-Impressão
Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

Serviço de Formatação e Programação Visual
Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro
Projeto gráfico: Eduardo Franco
Capa: Vanessa Rodrigues e Leonardo Matoso

Serviço de Controle da Pré-Impressão
Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario
Revisão técnica: Bárbara Tavares

Imagem da capa: Rua do centro do Recife antigo no século XIX. Fotografia: coleção Benício Dias. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

© Senado Federal, 2025
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 — DF

Conselho Editorial
Presidente: Senador Randolfe Rodrigues
Vice-presidente: Esther Bemerguy

Conselheiros
Alexandre de Souza Santini Rodrigues
Ana Cláudia Farranha
Ana Flavia Magalhães Pinto
Ana Maria Veiga
Alcinéa Cavalcante
Bruno Lunardi Gonçalves
Carlos Ricardo Cachiollo
Eduardo Rômulo Bueno
Esmeraldina dos Santos
Heloisa Maria Murgel Starling
Ilana Trombka
João Batista Gomes Filho
Marco Américo Lucchesi
Nathalia Henrich
Rafael André Chervenski da Silva
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Organização e revisão: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br
https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1
Todos os direitos reservados

Visões pernambucanas sobre a independência e o Império : Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Gilberto Freyre e Evaldo Cabral de Mello / André Heráclio do Rêgo (org.). — Brasília : Senado Federal, 2025.
194 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 343)

Publicação para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal, realizada com o apoio da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador.
Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.
ISBN: 978-65-5676-621-8

1. Confederação do Equador (1824), história. 2. Independência do Brasil (1822), crítica e interpretação. 3. Império (1822-1889), crítica e interpretação. 4. Historiografia, Pernambuco. I. Rêgo, André Heráclio do, org. II. Série.

CDD 981.04

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva – CRB-1 2102

Sumário

7 Agradecimentos da Comissão

9 Prefácio

11 Apresentação — Sobre a Independência fictícia de 1822 e as outras independências

23 Introdução

57 Joaquim Nabuco, o construtor de consensos

83 O Império brasileiro na obra de Oliveira Lima

103 Algumas reflexões em torno de um clássico: *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima

123 A Independência segundo Gilberto Freyre

137 Reflexões de Gilberto Freyre sobre o processo de Independência do Brasil

147 "Fosfóricos pirilampos nas trevas da noite": rebeldia e autogoverno pernambucanos na perspectiva de Evaldo Cabral

175 Descolonizar a História do Brasil: a Independência além de 1822

195 Sobre o organizador

Agradecimentos da Comissão

A Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador — CTI200CONFEQ agradece às autoras, aos autores e aos organizadores que colaboraram para a nossa coleção de publicações, lançando renovada luz sobre os acontecimentos revolucionários de 1824 e seus desdobramentos. Destacamos as contribuições de André Heráclio do Rêgo, George Félix Cabral de Souza, Josemir Camilo de Melo, Júlio Lima Verde Campos de Oliveira e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

Diversas instituições contribuíram para a realização dos objetivos dos trabalhos para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal.

Em Pernambuco: Academia Pernambucana de Letras; Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE); Casa da Cultura de Pernambuco; Comissão das Atividades Comemorativas ao Bicentenário da Confederação do Equador do Governo do Estado de Pernambuco; Companhia Editora de Pernambuco (CEPE); Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Grande Loja Maçônica de Pernambuco; Grande Oriente do Brasil em Pernambuco (GOPE); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Memorial da Justiça (Tribunal de Justiça de Pernambuco); Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu Militar do Forte do Brum; Museu Murillo La Greca; Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE) e Vice-Governadoria do Estado de Pernambuco.

No Ceará: Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo; Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa; Forte de Nossa Senhora da Assunção — Comando da 10ª Região Militar; Governo do Ceará; Instituto do Ceará — Histórico, Geográfico, Antropológico; Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Governo do Ceará; Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf); Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na Paraíba: Assembleia Legislativa da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); Museu Histórico de Campina Grande; Uni-

versidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFPB).

No Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Moreira Salles; Paço Imperial e Palácio Tiradentes.

Agradecemos também aos integrantes do Gabinete da Senadora Teresa Leitão: Ana Maria Leonardi, Alessandra Aparecida Garcia, Camilla Rosa Soares Campos, Carlos Augusto Abicalil, Erika Leal Mello, Hugo Ferreira Rodrigues, Jaqueline Lira Barbosa, José Aparecido Maurício de Santana, Maria Corina David de Moraes Klautau, Maria Vitória Oliveira Freire, Mariana Farias Leal, Pedro Luiz de Souza Campos Prado, Thássia Azevedo Alves e Walisson Maurício de Pinho Araújo.

Nossos penhorados agradecimentos à Secretaria-Geral da Mesa, à Secretaria de Comissões e aos integrantes da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: Antonio das Dores Pereira da Silva Neto, Breno de Lima Andrade, Keny Cristina Rodrigues Martins, Lenita Cunha e Silva e Victor Ramon Gonçalves Ferreira.

Destacamos ainda nossa gratidão a Dario Alberto de Andrade Filho, José Dantas Filho e Vinícius Machado Calixto, da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Os trabalhos de divulgação do Bicentenário da Confederação do Equador não teriam o mesmo alcance sem o apoio da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, em especial da TV Senado, a quem agradecemos nas pessoas de Argemiro de Figueiredo Neto, Diana Rocha Svintiskas e Glauciene Diniz Lara.

Registramos nosso reconhecimento ao corpo técnico da Diretoria-Geral do Senado Federal, representado por Ilana Trombka, e o da Secretaria de Editoração e Publicações, sob a direção de Rafael André Chervenski da Silva.

Um agradecimento especial ao escritor Luiz Cláudio Aguiar e a Marcia Angela da Silva Aguiar, presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Menção honrosa aos cinco pesquisadores ligados à Universidade Federal de Pernambuco que colaboraram intensivamente com a consecução de alguns dos produtos desta Comissão: professores George Félix Cabral de Souza e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho; e mestrandas Giovanna Gouveia Garrett, Letícia Serrano Marinho de Araújo e Maria Andreza Ferreira.

Prefácio

Ainda em dezembro de 2023, instalou-se no Senado Federal a Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. O Senado, Casa da Federação, é o *locus* ideal para reavivarmos a memória desse movimento fundamental na construção de identidades, restabelecendo a verdade histórica sobre suas reivindicações.

A historiografia tradicional do Império nos falava de um movimento de cunho separatista, muito distante de seu real conteúdo político, focado na proteção das liberdades individuais e na luta por uma sociedade mais justa. Propunha-se uma nação que deveria ser fundada, no momento de Independência do Brasil, no respeito à autonomia política e econômica de suas partes constituintes e à vontade soberana do povo.

Lutou-se, principalmente, contra o autoritarismo de dom Pedro, responsável pelo fechamento à força da Assembleia Constituinte em 1823, e contra o centralismo político do Império proposto pelas elites presentes nas províncias próximas à capital, aliadas ao Imperador.

Existe toda uma nova historiografia, produzida a partir de fontes históricas e abordagens modernas, que descarta de forma contundente o viés pretensamente separatista dado pela interpretação tradicional. Seja nos escritos de Frei Caneca, principal pensador do movimento, seja na proclamação da confederação, fica claro o convite à adesão de todas as outras províncias do Brasil.

Da mesma forma, a documentação mostra hoje uma participação ampla de diferentes grupos sociais — mulheres, negros, indígenas, intelectuais, militares, religiosos, proprietários rurais, entre outros — que dá ao movimento uma insuspeita abrangência que ultrapassa os limites das elites latifundiárias que dominavam o país.

Cabe à Comissão ajudar a difundir essa nova historiografia, razão pela qual foram selecionadas as obras que compõem esta coleção.

Grande parte dos trabalhos, apresentados na forma de livros completos ou artigos, está sendo publicada pela primeira vez. Mas a coleção também oportuniza republicações de textos centenários, impedindo que sejam esquecidos no tempo.

Aos leitores desta coleção, desejamos que os conhecimentos proporcionados despertem um sentimento de pertencimento, principalmente ante o fato de que vários dos temas colocados em pauta, há 200 anos, pelos participantes do movimento, mantêm um caráter ainda atual.

Democracia, participação, autonomia dos entes federados, justiça social, liberdades básicas individuais, combate ao autoritarismo e à desigualdade são elementos muito caros à construção e manutenção da nossa sociedade.

A derrota da Confederação do Equador pela via militar e mesmo o sistemático apagamento de suas principais lideranças foi incapaz de fazer sumir suas propostas, desde então definitivamente incorporadas à nossa história.

A todos, uma boa leitura.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão Temporária Interna
em Comemoração aos 200 anos da
Confederação do Equador – CTI200CONFEQ

Apresentação – Sobre a Independência fictícia de 1822 e as outras independências

Mario Helio Gomes

André Heráclio do Rêgo integra uma "confraria" das mais nobres: a dos diplomatas historiadores. Este livro é um exemplo do que vem realizando na historiografia, um dos campos mais fecundos no Brasil. Com trabalhos relevantes, desde os individuais, como os realizados por Francisco de Assis Barbosa, aos coletivos da revista *História da Historiografia*.

Felizmente, não se limita AHR à historiografia, meta-história ou filosofia da História. Basta ver sua tão boa abordagem da problemática dos sertões. Tanto no Brasil quanto na África. Como o texto que apresentou em 2014 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*: Os caminhos do sertão e a geografia imaginária*.

Também é um ensaísta que extrapola a História e alcança cruzar a análise literária e política. Exemplo: o seu *Littérature et pouvoir. L'image du coronel et de la famille dans la littérature brésilienne*.

AHR tampouco quis se limitar aos emolumentos dos documentos e monumentos, da história oral e memória, e tudo o mais que poderia compor um dicionário das ideias feitas no âmbito da História castiçamente acadêmica. O que seria da História sem as histórias? A melhor resposta é lembrar de uma outra "confraria": a dos historiadores escritores, e vice-versa. Disso também podemos citar uma obra publicada por AHR: *Memórias de um amarelo mofino*. Uma curiosa mescla da ironia machadiana com sopros da estética armorial *après la lettre*. Ou, como melhor descreve o autor no subtítulo: romance episódico, memorial, épico, picaresco e escatológico.

Espiritualmente — se ainda se permite o uso da palavra *espiritual* e derivações — André Heráclio do Rêgo é iberista e latino-americanista. Dos

iberismos flagra-se o gosto pela história cruzada de brasileiros com portugueses, espanhóis, africanos etc. Daí o seu doutorado em estudos portugueses, brasileiros e da África lusófona, em Paris. O seu americanismo não descarta um saudável acento de francofilia.

Se há escritor para escritores, AHR se inscreve numa categoria exigente de historiador para historiadores, ou de historiador sobre historiadores. Suas realizações nisso, rigorosas e atualizadas, têm relevo e dão relevo sobre ninguém menos que Oliveira Lima.

Na especificidade da Independência do Brasil, AHR, junto das próprias pesquisas, vem realizando seminários e organizando obras coletivas como esta. Mas há diversas outras. Irmanam-se, por assim dizer, a este volume: *O movimento da independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional; Oliveira Lima e a longa história da Independência* e *A propósito da Independência e do Império: escritos de Gilberto Freyre*.

Esta obra foi toda pensada e realizada pelo organizador e autor há mais de dois anos. Justamente na celebração do bicentenário da Independência do Brasil. Partiu de um seminário proposto e organizado por ele na Fundação Joaquim Nabuco, sob os auspícios da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. Daquele encontro foi reunido o essencial, acrescentaram-se outros elementos relevantes de conteúdo, superou-se a etapa de *work in progress*, e o resultado maduro está aqui exposto.

Oliveira Lima, talvez a mais profunda "afinidade eletiva" de AHR, é um dos quatro objetos-temas, juntamente com Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e Evaldo Cabral de Mello. Formam uma "família", como bem explica o organizador na pormenorizada introdução a este volume.

Cada um desses historiadores teve sua visão específica a respeito da Independência do Brasil examinada livremente por historiadores atuais. O resultado das reflexões dos participantes do seminário organizado por AHR se adensou e se aperfeiçoou, com novos elementos agregados, resultando nesta obra, que se publica numa coedição da Cepe com a Editora do Senado.

Está clara a cosmovisão de André Heráclio do Rêgo no que diz respeito à História do Brasil de maneira ampla, e à da Independência, na especificidade: a *longa duração*. A famosa proposição de Braudel encontra neste livro e

noutros que ele escreveu ou organizou uma formulação própria. Toda ela, no entanto, movida por aquilo que o historiador francês percebeu há décadas:

> Há uma crise geral das ciências humanas: todas elas se encontram sobrecarregadas por seus próprios progressos, ainda que só seja devido à acumulação de novos conhecimentos e à necessidade de um trabalho coletivo cuja organização inteligente está ainda por estabelecer-se; direta ou indiretamente, todas são afetadas, quer queiram ou não, pelos progressos das mais ágeis entre elas, ao mesmo tempo que continuam, não obstante, brigando com um humanismo retrógrado e insidioso, incapaz de servir-lhes já de marco. A todas elas, com maior ou menor lucidez, lhes preocupa o lugar a ocupar no conjunto monstruoso das antigas e recentes pesquisas, cuja necessária convergência se vislumbra hoje. O problema está em saber como superarão as ciências humanas estas dificuldades...

Mas dizia ainda mais e melhor Braudel:

> Quem está preparado para franquear fronteiras e prestar-se a reagrupações no momento em que a geografia e a história se encontram à beira de um divórcio? Mas não sejamos injustos; estas querelas e estas repulsas têm seu interesse. O desejo de afirmar-se diante dos demais dá forçosamente margem a novas curiosidades: negar o próximo pressupõe conhecê-lo previamente.

Esse conhecimento prévio, não de negação, mas afirmação, tem-se no Brasil em alguns agrupamentos por vezes tão relevantes quanto os estamentos e feudos dos fundos universitários. Os institutos históricos. Como o já citado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Em ambos toma parte André Heráclio do Rêgo. Significa que, no seu labor como pesquisador que acredita na prática na interdisciplinaridade, a História não está divorciada da Geografia. O exemplo da sua investigação sobre os sertões deixa isso bem claro.

Sendo AHR um dos "herdeiros" de Braudel, é natural que este livro, resultado direto do seu trabalho intelectual, também o seja. As *Visões pernambucanas* denotam, antes de tudo, afinidades eletivas. Mas é preciso não

se deixar enganar pelas "afinidades". A prudência exige, num olhar mais atento, deslindar as diferenças.

Em alguns aspectos, poderíamos pensar Gilberto Freyre como um paradoxal precursor de Joaquim Nabuco. Talvez fazendo uso daquela artimanha proposta por Jorge Luis Borges, ao defender que os escritores *criam* seus precursores. No entanto, nenhum dos dois é *prolongamento* do outro. Se foram tão importantes a biografia e a História Íntima para Gilberto Freyre de um jeito a ver a História como um conjunto de biografias, também o foram para Nabuco, mas em medidas diferentes. Idem quanto à escravidão — justificada pelo autor de *Casa-Grande & Senzala* com ênfase quase de colonizador, e combatida pelo de *O Abolicionismo.*

Teve André Heráclio do Rêgo a argúcia de perceber o caráter plural, provisório e ambíguo da Independência à brasileira. O país se deu "não somente um imperador", como o México, mas dois. Mais: fazendo do primeiro, herdeiro do colonizador, o seu "defensor perpétuo".

Uma compreensão da Independência não limitada a fatos ou datas de clichê é, desde já, um dos méritos deste livro. Se entendermos a Independência não como algo singelo, e sim complexo, facilmente entramos na chamada *longa duração*. Por este critério, a Independência ainda se processa. Ou melhor: várias das pautas pernambucanas trazidas à tona pela revolução de 1817 e pela Confederação do Equador podem ser incluídas nas contas pendentes de uma organização política mal formulada e mal dirigida desde o centralismo promovido em 1822. Seja qual for a Independência a enfocar-se, a oficial ou a Outra (ou seja, a pernambucana), a triunfadora e a esmagada, ninguém mais duvida de que ela não aconteceu em 7 de setembro de 1822. Para melhor entender o quão pouco ousada e heterodoxa é esta afirmação, vale a pena ler o comentário de Stuart B. Schwartz, em "*Brazil: Ironies of the Colonial Past*":

> A Independência do Brasil em 1822 foi um evento singular na América Latina, por causa do papel desempenhado por um membro da família real portuguesa em liderar o movimento, e porque o país escolheu a monarquia como forma de governo. De muitas maneiras, 1822 marcou o início, mas não a conquista da Independência. Toda uma série de questões

> sociais, políticas, diplomáticas e econômicas permaneceu sem solução. Pode-se argumentar que foi somente com o reconhecimento de Portugal da independência brasileira intermediada pela Grã-Bretanha em 1830, a abdicação de Dom Pedro I em 1832 ou a assunção do trono por seu filho brasileiro Pedro II em 1840 que a independência foi realmente alcançada de forma significativa. Tal visão tende a enfatizar a persistência e as continuidades, que do nosso ponto de vista no século XXI parecem óbvias, mas que para os contemporâneos não eram nada claras. Muitos deles viam 1822 como uma ruptura radical com o passado, ou pelo menos esperavam que fosse assim, e grande parte de suas atividades era direcionada para concretizar essas esperanças.

Só um ponto a corrigir na afirmação do grande brasilianista Schwartz: as datas. Dom Pedro II assumiu o trono em 1841, e não em 1840; dom Pedro I abdicou em 1831, não em 1830. O mais importante: o reconhecimento da Independência do Brasil por parte de Portugal não ocorreu em 1830, e sim um lustro antes: precisamente em 28 de agosto de 1825. Por intermédio do famoso Tratado de Aliança, ou como o próprio documento diz, "Tratado de Amizade e Aliança":

> Tratado de Amizade e Aliança entre el-rei o senhor D. João VI e D. Pedro I, imperador do Brasil, feito por mediação de sua majestade britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal em 15 de novembro e pela do Brasil em 30 de agosto do dito ano.

O documento que assegura e atesta o "reconhecimento" parece um termo de transferência de posse ou a afirmação de uma sucessão familiar:

> Reconheceu o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reino de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho, e seus legítimos sucessores, e tomando somente e reservando para a sua pessoa o mesmo título.

Quando o tal tratado foi assinado, a Confederação do Equador já havia sido sufocada e alguns dos seus líderes executados sumariamente. Uma figura central do processo de instauração do estilo Pedro I de governar foi José Bonifácio de Andrada. Gilberto Freyre devotava a ele uma admiração quase incondicional. Nabuco ia na mesma linha, mesmo matizando-a. Dos quatro historiadores analisados nesse livro, Oliveira Lima e Evaldo Cabral de Mello são os que mais objeção trazem quanto à figura do "patriarca da independência". No entanto, nenhum foi tão duramente crítico quanto Mello Moraes.

Ele lembra em *A independência e o império do Brasil* que, em 1822, dom Pedro estava quase todos os dias na casa de José Bonifácio. Chegava por volta das 8 horas e ficava para o almoço. A mulher de dom Pedro e a de José Bonifácio conversavam entre si e com os "satélites" do "patriarca". Mello Moraes taxa-os de "gente abjeta". Qualifica José Bonifácio como decente, mas reprova de modo veemente seus auxiliares. Talvez por preconceito. Haja vista como os descreve: "troça de mulatos", e "cantador de modinhas" e outros, que formam uma coorte de "caceteiros" ocupados em espancar os desafetos de José Bonifácio:

> José Bonifácio abusava da preponderância que exercia sobre um mancebo de 22 anos, sem educação e sem experiência do mundo, para o envolver em alguns casos, que são bem vergonhosos para o Mentor e para o discípulo. Eu os poderia referir todos aqui: mas os que investigarem como eu a história desses tempos nos jornais, nos escritos particulares e na tradição, com imparcialidade, conhecerão que José Bonifácio concorreu com suas palavras desabridas, seus conselhos e seu exemplo, para os atos inconsiderados e revoltantes que se praticaram nesses tempos, que deveriam ser de reorganização e patriotismo.

Neste volume há um par de menções a José Bonifácio. Ambas certeiras. Ao estudar a biografia de dom João VI por Oliveira Lima, lembra José Almino da restrição posta por Joaquim Nabuco a um dos clichês no que corresponde à história da Independência. Que superdimensiona a figura de Tiradentes, ao mesmo tempo em que ignora ou reduz a importância dos pernambucanos de 1817, e:

> Que José Bonifácio fosse mais destacado que D. Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à Independência do que ao nosso passado imperial. A ideia, conclui, é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um deserto de quase setenta anos, a que posso denominar de deserto do esquecimento.

A outra menção é feita por George Cabral, no seu estudo sobre Gilberto Freyre, que viu no *patriarca da independência* um revolucionário conservador. É importante lembrar que Freyre aplica a Bonifácio o mesmo rótulo de *revolucionário conservador* que usou para Nabuco. Se nos lembrarmos que Gilberto Freyre também se via digno desse clichê, talvez compreendamos melhor que, a partir de um e outro, ele praticava a empatia de um modo peculiar. Os neurônios-espelho são espelhos-neurônio de Narciso: via seu próprio rosto nas melhores qualidades daqueles autores.

Mas Gilberto Freyre emulava Joaquim Nabuco num ponto essencial: o consenso. Por sinal, a questão do consenso em Joaquim Nabuco é o tema escolhido por Menck. Tema difícil, complexo, cheio de nuanças, mas muito bem percorrido pelo historiador, que é um dos maiores especialistas no tema da Independência do Brasil. Esta, aliás, poderia formar um gênero próprio da nossa História, de modo a formar-se todo um curso ou mesmo uma disciplina ou uma cátedra, e alimentando uma longa coleção de obras especializadas.

Numa das tantas sínteses de que se orgulhava, Freyre gostava de ver o Brasil como um dos exemplos máximos de *equilíbrio entre antagonismos*. Logo, o Nabuco tão dado a consensos era, nesse particular, muito freyreano.

A Independência formulada e discutida neste livro é plural, contraditória e ainda incompleta. Triunfou no país um modelo de independência calcado no autoritarismo e com um Estado mais forte do que o cidadão. Se o uso do termo "povo" ainda era algo duvidoso no Brasil, quando já quase se avizinhando a República, no fim do século XIX, o que dizer da palavra "democracia"?

A Independência do Brasil foi um golpe de Estado promovido em família, um conchavo. O ensaiado conflito logo se apaziguou em consenso.

A Constituição outorgada por dom Pedro atiçou os ânimos e os nervos dos brasileiros do Norte. Mas o conflito estabelecido pela Confederação do Equador (que deu uma sobrevida a 1817) só resultou em repressão e eliminação física de alguns dos seus participantes. Num jogo de várzea que animava — e ainda anima o Brasil — as elites do Norte foram vencidas pelas elites do Sul. Em nada disso deve-se buscar lampejos de democracia. Ainda menos pensaremos neles se atentarmos a estas observações de Francis Fukuyama:

> A democracia surge como consequência de um pacto ou compromisso entre grupos de elite — exército, tecnocratas, burguesia industrial —, os quais, exaustos, frustrados ou mutuamente controlados nas suas ambições, aceitam pactos ou acordos de partilha de poder como o menor dos males. De acordo com qualquer das duas versões deste argumento, comunista de esquerda ou autoritário de direita, a democracia não surge por consenso geral, mas sim como subproduto da luta entre as elites.
>
> A última e mais forte linha de argumento relacionando o desenvolvimento econômico com a democracia liberal defende que uma industrialização bem-sucedida produz classes médias e que estas exigem participação política e igualdade de direitos. Não obstante as disparidades na distribuição de rendimentos que ocorrem com frequência nas fases iniciais da industrialização.

Uma vista d'olhos para a História do Brasil até pelo menos um século após a Independência provará que não prosperou muito a ideia de efetiva democracia. Ao menos não no sentido pensado pelos revolucionários de 1817 e 1824. Não sendo o Brasil o país do futuro no sentido de aspiração idealista factível, tampouco será o do passado idealizador desse futuro, e sim o do presente que pode refletir sobre o tempo e o sentido da memória. Foi o que fez o próprio Frei Caneca, há mais de dois séculos. Quando chegamos a esta conclusão, bem claro está o quanto tem razão André Heráclio do Rêgo ao situar as *Visões pernambucanas* num processo de Independência de *longa duração*. Num texto em que evoca Tiradentes e o esquecimento deliberado dos fautores da Independência de 1822, o padre Caneca (é assim que assina aí seu nome) indaga:

> Quais pois as causas desse esquecimento, desse crime de lesa-pátria? Seria porque os chamados patriarcas da Independência, conhecendo-se inferiores àqueles grandes vultos da democracia dos tempos coloniais, quisessem, com o esquecimento destes aparecerem sós, como autores dessa independência incompleta de 1822?
> Não. O motivo foi outro. Proclamando-se a Independência e apresentando-se como sucessores de Tiradentes, tinham eles de realizar todas as aspirações dos conjurados, o que eram as do povo brasileiro; tinham de estabelecer um governo democrático e não, como fizeram, firmar nesta terra brasileira o domínio bragantino; teriam proclamado uma independência real e verdadeira e não estabelecido uma feitoria europeia, como é ainda este infeliz Brasil. Assim, pois, fizeram uma independência fictícia, e a nação, ignorante de seus direitos, ergueu estátuas aos reis e a seus servidores, chamando-os seus heróis e aceitando servilmente uma carta de alforria, escrita com muitas lisonjas ao povo, que tão cegamente se deixou ludibriar por esses aventureiros de 1822.

O arremate do padre é ainda mais contundente. Unindo no mesmo patamar os mártires pernambucanos de 1817 e Tiradentes, ele afirma que foi melhor não serem lembrados, a despeito da inépcia disto. Se em 1822 fossem lembrados:

> Talvez a nação ignorante de sua própria história, reverenciasse o herói como precursor dos Josés Bonifácio e a lenda dos conjurados mineiros estaria, não, como atualmente, esquecida; mas sim completamente alterada.

No que consistiria então a inépcia referida na reflexão de Caneca?

> Cometeram uma inépcia, porque a nação irá abrindo os olhos e verá que foi enganada, não se realizando a forma de governo que ela desejava e que merecia; verá que a Independência foi feita como convinha aos interesses europeus, personificados nos sátrapas bragantinos; ela finalmente, ainda que tarde, há de conhecer que foi ludibriada por agaloados bandidos, que ela até hoje tem sustentado com o suor do seu rosto, pagando todo esse fausto, que serve para deslumbrar um povo boçal, mas que ao povo brasileiro já vai causando riso.

As quatro *Visões pernambucanas* evocadas e enfocadas neste livro formam um caleidoscópio, não um mosaico. Há Joaquim Nabuco, visto sob lupa, na análise de José Theodoro Mascarenhas Menck. O paradoxo coerente de Nabuco, autoimpondo-se fidelidade ao Segundo Império, dos tempos ainda da democracia da minoria e dos privilegiados, como o foi também em toda a primeira parte da República (quando esta não se plasmou em ditadura). Democracia tão sofisticada que podia prescindir do povo. É um fundamental perfil político de Nabuco o apresentado e um tempo *mis à nu*. O seu artigo parece um esboço de biografia política do abolicionista e homem público.

Teresa Malatian realiza um percurso um pouco diverso. É outra vez o tema do Império, mas escrutinado menos quanto ao escorço biográfico, e mais quanto ao reino das ideias, ainda que estas também possam aparecer sob a forma de autobiografia, no caso as *Memórias* de Oliveira Lima. Aparece inteiro neste artigo o pensador que fundamenta o homem público, o pensamento guiando a ação. Daí a autodefinição sobre o uso que fez da escrita: "sempre ao serviço de boas causas".

Três dos autores analisados neste *Visões pernambucanas* foram diplomatas. No Brasil, não raro, eles costumam redundar em historiadores, escritores e poetas, quando não o são já antes. Ainda que não sejam personagens em busca de um autor, podem ser considerados pirandellianos de todo modo, pois atuam num palco até mais complexo: o da vida pública. Nisto terminam por inscrever-se no paradoxal grupo dos "estrangeiros em toda parte", enquanto afirmam o seu país.

É também o organizador deste livro, um diplomata. O único não diplomata dos quatro foi o autodenominado "solitário de Apipucos". Mas ele chegou a cogitar, num certo momento, ingressar na vida diplomática. Não lhe faltavam os méritos nem a habilidade ou vocação. Talvez seja a característica fundamental no caso dos melhores diplomatas não tanto a "vocação para servir", e sim "para pensar".

Cada um dos autores deste livro, começando pelo seu organizador, o que faz é enfrentar a pergunta relatada por Marc Bloch: para que serve a História? Inserindo-a dentro de outra: para que serviram a Independência? E a Confederação do Equador e a Revolução de 1817? Umas dentro das outras. Assim, menos como uma *matrioska*, e mais *mise en abyme*, as

perguntas conduzem a outras perguntas, mas não indefinidamente. Muito pelo contrário.

Há várias tentativas de definir, delimitar, circunscrever as quatro formas de ver 1817, 1822, 1824: os números que escondem e expõem palavras, palavras, palavras. Um Nabuco político e biógrafo, um Freyre cuja alma de antropólogo sempre conduziu o olhar do historiador. Por fim, os historiadores simplesmente historiadores: Oliveira Lima e Evaldo Cabral de Mello. No caso deste último, faz bem Manoel Carlos Fonseca de Alencar em deixar claros cada um dos seus elementos distintivos, a começar de sua noção de *tempo histórico.*

Tanto Fonseca de Alencar quanto os demais se imiscuem e estão imbricados no palimpsesto das *Visões pernambucanas* tecidas por Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Gilberto Freyre e Evaldo Cabral de Mello. Nenhuma visão diletante neles ou nos seus intérpretes. Conscientes como o foi Johan Huizinga de que a História é a ciência que mais tem as portas abertas ao grande público. Ou, como melhor disse Huizinga:

> A única forma de compreensão do passado que se harmoniza com nossa cultura, que é própria e peculiar dela com seu produto genuíno, é a forma científica e crítica. Mas, para poder prover este nobre produto com todos os seus quilates culturais, não basta que o especialista domine as fontes de sua especialidade. A relação entre uma cultura e seu conhecimento da História será tanto mais satisfatória quanto maior seja o número de pessoas e culturas que estejam em condições de desfrutar do produto depurado da ciência histórica de sua sociedade e de sua época.

Sociedade e época aqui abrangem um largo período: desde o Segundo Império aos dias atuais. Portanto, é variável e cambiante a aposta e, ainda mais, o resultado. Daí mais razão ainda para sublinhar a importância de haver escolhido André Heráclio do Rêgo como fio condutor da Independência do Brasil a *longa duração*.

Introdução

André Heráclio do Rêgo[1]

A Independência do Brasil foi um processo multifacetado e contínuo, o qual envolveu diferentes sujeitos e interesses. Por isso o diplomata Manuel de Oliveira Lima, considerado o grande historiador dessa fase da História do Brasil, preferiu denominá-lo "movimento da Independência", com suas idas e vindas, seus recuos e avanços, e seus diferentes sentidos e perspectivas. Seu marco mais famoso foi o grito realizado por Pedro de Alcântara às margens do rio Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, pondo fim ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, instituído em 1815. O processo, no entanto, começou bem antes, pelo menos desde a chegada da Corte, em 1808, e não se concluiu em setembro de 1822. O "movimento da Independência", assim, teria, entre suas datas marcantes: 1808 — a chegada da Corte, fato único na História da humanidade, que deu as condições necessárias para que na antiga Colônia frutificasse uma cultura espiritual que fundamentaria uma nova nacionalidade; 1815 — a elevação do Brasil a Reino Unido; 1817 — a Revolução de Pernambuco, na qual pela primeira vez se percebeu o Brasil como uma entidade não mais identificada com um reino português na América; 1822 — a Proclamação propriamente dita; e 1823 — quando as forças portuguesas foram definitivamente expulsas do Brasil. Isto da perspectiva do que ocorreu no Centro-Sul do país pois, se levarmos em consideração o que acontecia em outros paralelos, o processo na verdade é bem mais antigo, e teve início já no século XVII, como se verá mais adiante.

[1] Diplomata e historiador. Sócio do IHGB e do IAHGP. Doutor pela Universidade de Paris Ouest Arch de la Défense. Pós-doutor pela Universidade Católica de Lisboa e pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

A Independência desse modo não se pode restringir apenas a uma data no calendário. O próprio 7 de setembro nem sempre foi objeto de unanimidade. Durante o século XIX, com efeito, várias datas celebravam o movimento da Independência, como o 12 de outubro, data do aniversário e da aclamação de dom Pedro I, por muito tempo a preferida; o 1º de dezembro, data de sua coroação; e o 25 de março, data da outorga da primeira Constituição. Somente com a Proclamação da República a efeméride às margens do Ipiranga foi consagrada como data da Independência.

Nem ficou ela tampouco restrita aos acontecimentos que ocorriam na Corte e na região circunvizinha. O processo de separação de Portugal mobilizou todo o país. Houve assim eventos importantes em Pernambuco, dos quais o principal é a Revolução de 1817, bem como guerra entre portugueses e brasileiros nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Cisplatina e Bahia.

Com efeito, nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho,

> a Independência não foi arranjo de família nem complô de elites. Houve uma guerra literária em torno das opções que iam surgindo, uma guerra que se acoplou à guerra das ruas, como no caso do Fico, da guerra da Independência da Bahia, Pará, Pernambuco, Cisplatina. Embora limitado às principais províncias, o movimento da Independência foi o primeiro esboço, embora precário, de um movimento nacional.[2]

Nesse sentido, a historiografia mais oficial, ao preferir o enaltecimento de determinados personagens e episódios em detrimento de outros, relegou ao esquecimento acontecimentos importantes, como as guerras ocorridas durante o mencionado movimento da Independência do Brasil, entre as quais a que ocorreu em território baiano, com a participação de segmentos populares. Ressalte-se, a esse respeito, o caráter eminentemente popular do 2 de julho, em contraste com um 7 de setembro em que a participação do povo não foi tão evidente.

---

[2] CARVALHO, José Murilo de. *Guerra Literária — Panfletos da Independência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

A Independência política do Brasil apresenta assim particularidades: ocorreu num movimento de aproximação e não de rejeição à antiga Metrópole; manteve a unidade política de todo o território que compunha a América portuguesa; constituiu-se em Império dotado de uma forma de governo monárquica, o que foi entendido pela historiografia como uma consequência "natural" do fato inusitado da transferência da sede do governo do império colonial português para o Brasil, no início do século XIX[3].

A Independência do Brasil seria desse modo mais uma manifestação de fidelidade à monarquia e ao catolicismo — consubstanciada na manutenção da dinastia de Bragança e do padroado, entre outros, do que um produto da Revolução Francesa.

Nesse sentido, a grande contribuição do período joanino teria sido a construção da nacionalidade, já que o príncipe regente, ao chegar em terras brasileiras, teria encontrado um todo desagregado dividido em capitanias estranhas umas às outras. A presença e a ação da Corte teriam conseguido unir as províncias em torno de um poder forte e centralizador. Oliveira Lima, no *Dom João VI no Brasil*, expõe esse período, sem deixar de considerar relevante a ação dos indivíduos, mas dando ênfase aos processos na construção da nacionalidade, processos esses analisados em quadros dispostos numa admirável noção de conjunto.

Sob essa perspectiva, pode-se considerar, ademais, que a transferência da Corte, em 1808, além de constituir o primeiro passo decisivo para a Independência do Brasil em relação a Portugal, traduziu-se também na Independência do reino lusitano, principalmente representado por Portugal e Brasil, em relação ao Império napoleônico, com uma inversão de papéis singular na História da humanidade, a de uma colônia que se transformava em sede da monarquia, enquanto a Metrópole estava ocupada por forças estrangeiras, e mesmo após. Esta é assim a primeira Independência de que Oliveira Lima é o grande historiador.

A segunda Independência, ou o segundo aspecto do processo de emancipação de que trata Oliveira Lima, refere-se à elevação do Brasil a Reino

---

[3] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 19.

Unido, em pé de igualdade com Portugal e Algarves, quando se ratificou a extinção do sistema de dominação colonial português e se deu nova compreensão ao direcionamento singular do processo, para usar a expressão de Maria de Lourdes Viana Lyra, ou seja, quando se "destruiu a ideia de colônia".

Ademais de se mudar o estatuto jurídico do Brasil, colônia que passara à condição de sede do Estado português, consagrando-se um fato consumado, a elevação do Brasil a Reino Unido era "ainda uma hábil e eloquente resposta" de dom João VI às instâncias feitas pelas potências coligadas para que a Corte regressasse a Portugal, o que fatalmente o deixaria à mercê da "tutela tirânica da Santa Aliança, que substituíra a de Napoleão", bem como da "conflagração revolucionária" e do "desassossego latente que depressa se converteria em discórdia sangrenta", que caracterizavam o Velho Mundo à época, como ele explica no *Dom João VI no Brasil*. Trata-se, portanto, ademais da Independência do Brasil em relação ao antigo sistema colonial lusitano, da Independência ou pelo menos de uma maior autonomia em relação às potências predominantes no continente europeu, é bem verdade que para entrar de vez na órbita britânica. Mas com a vantagem imensa de um oceano inteiro de permeio como garantidor dessa independência, e de um território vastíssimo onde pudesse ser exercida diretamente sua soberania.

A vinda da Corte havia sido ademais o elemento propulsor do nativismo e consequentemente de movimentos como a Revolução de 1817. Esta vinda, entretanto, ao contrário de unir os dois países, mesmo quando os igualou juridicamente, os diferenciava, na medida em que fazia surgir um Portugal americano. Esta ideia de Oliveira Lima vai ainda mais longe quando ele afirma que a instalação da Corte no Rio tivera um papel sociologicamente análogo aos das juntas que, desde 1810, se haviam formado na América espanhola para governar as colônias no impedimento do soberano e com o desconhecimento da suserania estrangeira, ou seja, para garantir a independência contra a dominação alienígena, fosse ela de Napoleão, da Santa Aliança ou mesmo dos ingleses.

Como disse o próprio Oliveira Lima:

> a ideia da independência brasileira precedera o estabelecimento em Portugal do regime constitucional [...] a trasladação da Corte portuguesa do Velho para o Novo Mundo provocara um movimento geral de tendência à libertação política de que fora manifestação ardente a revolução de 1817, ao mesmo tempo que proporcionara ao príncipe regente verificar em pessoa a grandeza do país que Portugal conservava na sua dependência[4].

Em carta ao jovem Gilberto Freyre, datada de Washington, em fevereiro de 1921, Oliveira Lima observa que "o estudo comparativo das revoluções hispânicas preparatórias da Independência é um tema muito interessante. Aí poderá entrar a nossa de 1817. Que não houve na América mais levantada e mais simpática". Com efeito, para o historiador pernambucano, a Revolução de 1817 havia sido um elo a mais da "grande empresa da libertação da América latina", correspondente ao movimento de progresso que em Espanha e Portugal provocou as fundas agitações adormecidas pelo constitucionalismo, e de que foram primeiras manifestações a revolução espanhola de 1812 e a conspiração de Gomes Freire, também de 1817. Trata-se assim também de um protesto contra o modelo de Independência que estava sendo contemplado no Rio de Janeiro, na Corte, como bem observou Maria de Lourdes Viana Lyra. Esta é a terceira modalidade de Independência, a "outra Independência", como a denominaria Evaldo Cabral de Mello.

Nesse contexto, Oliveira Lima destaca, a respeito dos antecedentes da Revolução de 1817, e mesmo da Independência, a importância do Seminário de Olinda. Segundo ele, essa instituição havia sido fundamental no processo, já que se havia convertido "num ninho de ideias liberais, e ideias liberais eram ideias subversivas, contribuindo decididamente tal núcleo para a organização das sociedades secretas". Esse seminário, ademais, foi o responsável pela melhoria das condições de ensino e das condições intelectuais locais, ao formar, além de sacerdotes, uma escola secundária leiga, na qual se ensinava teologia, educação, belas letras e algumas ciências.

---

[4] LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência, 1821-1822*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1922, p. 51.

Mas Oliveira Lima também tratou da Independência que poderíamos denominar, parodiando Evaldo Cabral, "saquarema", a do Grito do Ipiranga. Mas, mesmo esta, com nuances e aspectos que singularizavam sua interpretação. Assim, para ele, o movimento da Independência, se foi revolucionário nas ideias, foi conservador nos seus processos, contrapondo-se à falta de violência com que ele se ultimou à guerra pertinaz que nos países hispano-americanos sustentaram os independentes contra a Espanha. A Independência do Brasil seria desse modo, como já dito, mais uma manifestação de fidelidade à monarquia e ao catolicismo — consubstanciada na manutenção da dinastia de Bragança e do padroado, entre outros, do que um produto da Revolução Francesa, uma transação entre o elemento brasileiro mais avançado — os democráticos ou republicanos — e o elemento reacionário — os integrantes do partido lusitano e os monarquistas. Nesse sentido, a feição revolucionária pertenceria mais ao trono e a conservadora mais à nação. A Independência do Brasil e de outros países da América Latina não seria assim um produto da Revolução Francesa; ao contrário, essas emancipações se teriam dado num espírito de reação contra 1789, em uma manifestação de fidelidade à monarquia e à Igreja católica. Tanto que, nos momentos iniciais das Independências, a solução monárquica seria a preferida pelos fundadores das novas nacionalidades. O Brasil, no entanto, foi o único a perseverar nessa solução, em movimento organizado nas lojas maçônicas e que contou com apoio do clero. Essa solução permitiu ao Brasil conservar sua unidade. Revolucionário nas ideias, o movimento da Independência foi assim conservador nos seus processos, e menos sangrento que o dos vizinhos. Oliveira Lima faz uma nuance nessa observação, ao comentar que essas ideias eram "revolucionárias" antes na essência do que na sua exteriorização, pois tratava-se de um império democrático oriundo da vontade popular, com figurino napoleônico, encabeçado por aquele que poderia ter sido apenas o herdeiro da dinastia reinante. Dom Pedro I, filho daquele que foi qualificado pelo autor como o Sancho Pança de uma atraente novela política em que Bolívar seria o dom Quixote, se era constitucional por vontade, era absolutista por instinto; era também o outorgador de duas Constituições, em dois países diferentes, em dois continentes distintos; e o herói generoso a ponto de renunciar a duas Coroas, exemplo pouco comum de abnegação política (a esse respeito, o

próprio dom Pedro comentava que havia iniciado sua vida pública como regente do pai, e a havia terminado como regente da filha).

Oliveira Lima comenta ademais que o Império do Brasil havia sido uma feliz combinação do princípio da liderança com o princípio da autoridade. A Independência brasileira, nesse sentido, ganha destaque no contraste com os processos respectivos nos Estados Unidos e nos outros países da América Latina.

Desse modo, ademais da Independência "saquarema", aqui Oliveira Lima se revela historiador de mais uma outra, a dos vizinhos hispânicos, numa bela síntese de história comparada. Assim, existiria entre as Coroas ibéricas e suas colônias americanas um "laço pessoal, que encarnava o soberano". A falta desse laço pela eliminação do soberano conduziria logicamente à independência. É por isso que a emancipação da América Ibérica havia sido conduzida, em primeira mão, "num espírito de reação contra a revolução francesa", sendo "uma manifestação de fidelidade à monarquia e à igreja católica". Com efeito, em alguns países hispânicos comemoram-se duas datas de independência: a dos franceses que ocupavam então a Espanha, e a definitiva, dos colonizadores tradicionais. Segundo Oliveira Lima, "as realezas hispano-americanas imaginadas pelo conde de Aranda e desejadas por não poucos partidários da Independência teriam poupado à América Latina muitas páginas de desordem e sangue".

Dessa forma, a emancipação brasileira se diferenciara da dos países hispânicos por ter se feito quase sem guerra, justamente porque o Brasil dispunha de "um poder constituído pela tradição e pela legitimidade", mas que ao mesmo tempo poderia incorporar "aspirações revolucionárias". O Império brasileiro foi nesse sentido um "modelo de ordem no progresso" após a consolidação levada a cabo durante as Regências, em veemente contraste com uma América hispânica fragmentada e dilacerada por guerras e revoltas. No Brasil do Primeiro Reinado e das Regências, conquanto aparecessem os mesmos germes do particularismo que vinham da época colonial e que eram comuns a toda a Iberoamérica, a organização política eficiente pelo emprego da autoridade e sobretudo um prestígio superior, o do monarca, às ambições dos caudilhos, acabaram por estabelecer a paz e criar uma tradição mais branda. Oliveira Lima faz assim a sua profissão de fé monárquica, e afirma

que a monarquia brasileira foi de fato o regime político verdadeiramente adequado à América Latina.

Para ele, dessa forma, o núcleo da formação histórica nacional e da emancipação brasileira se havia dado entre 1808 e 1831, tendo como datas limites a vinda da Corte e as disputas internas da casa de Bragança pelo trono lusitano. Nesse período, houve uma intrínseca conexão entre Brasil e Portugal, pelos elementos de continuidade que marcaram o processo da Independência brasileira. Nesse sentido, o projeto liberal de dom Pedro I, IV de Portugal, seria "a esperança de construção de um Portugal brasileiro", inclusive pela outorga de uma carta constitucional praticamente igual à brasileira. Estranha sina, a de um monarca que no Brasil era tido por absolutista no final de seu reinado, transformar-se em herói liberal ao cruzar a linha do Equador, voltar a Portugal e reconquistar o trono para sua filha, contra seu irmão, que era, naquelas terras mais ao norte, este sim, o conservador. Não obstante sua vitória e a ascensão ao trono de sua filha brasileira, Maria da Glória, o sonho por alguns acalentado de um novo Reino Unido, ou no caso de um Império Unido, não prosperou, embora ficassem nos respectivos tronos dos dois países dois irmãos, Maria da Glória e Pedro de Alcântara.

O resultado das disputas entre os dois irmãos, Miguel e Pedro, e a morte precoce deste último, aos 36 anos, em 1834, constitui o "desenlace" da história comum de Brasil e Portugal, com o fim da ingerência brasileira nas atribulações da antiga Metrópole. Trata-se do desquite amigável de que fala Oliveira Lima, que não foi tão litigioso quanto o das colônias hispânicas com a Espanha, ou dos Estados Unidos com a Grã-Bretanha, e que, conquanto se conservassem em grande medida os elos, com a presença de dois irmãos nos respectivos tronos, ensejou a cada país seguir seu rumo próprio.

Esta é a última independência de que Oliveira Lima é o historiador, a de Portugal em relação ao Brasil, o qual, se permanecessem unidos os dois países, fatalmente viria a preponderar nas decisões políticas, econômicas e sociais.

Em resumo e conclusão, a interpretação que Oliveira Lima faz, tanto da formação nacional quanto das "Independências" do Brasil, implica sempre na alteridade, em outros modelos, que seriam os Estados Unidos e a América espanhola, bem como Portugal, neste caso um "outro" que era quase um

"eu". Implica também em "outros" dentro das fronteiras nacionais: Pernambuco e São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, *inter alia*, cujas diferentes "alteridades" se complementam e constituem um conjunto uno, um projeto único, que é o Brasil.

Nesse, como em outros casos, o objetivo a que Oliveira Lima se propõe é o de alcançar uma visão integradora da História, que leve em consideração esses diversos aspectos da formação nacional brasileira e do seu multifacetado processo de Independência; que considere não somente o brilho, pela "lantejoula das glórias militares", dos feitos de guerra e dos acontecimentos políticos, mas também a história do povo, a atmosfera moral em que vivia, com as relações de dependência entre senhores e escravos, entre funcionários e naturais, entre fazendeiros e agregados, enfim, a história geográfica da conquista do território e a crônica íntima das "relações incessantes entre as autoridades da Metrópole e as populações do ultramar, modelando um novo organismo político", ou seja, a História Social, como bem definiu em seu artigo "O que deve ser uma História do Brasil", escrito em Bruxelas em agosto de 1909.

* * *

Mas esta não é a única "visão pernambucana" sobre a Independência. Outro autor, Gilberto Freyre, um "quase-discípulo", como ele diria, de Oliveira Lima, também tratou desse tema. Para ele, "a pura independência política, importante como é, não basta para que um povo se constitua em nação verdadeiramente autônoma", conforme escreveu em 1976. E prossegue: "é preciso que seja completada pela autonomia cultural, representada por um estilo nacional de vida, que se desenvolve esclarecido, justificado, inspirado por uma filosofia, por uma literatura, por uma arte, por uma religião, por uma sociologia, por uma economia e por uma antropologia também ecologicamente nacionais e, ao mesmo tempo, abrangentemente universais nas suas perspectivas e nas suas formas de expressão"[5].

[5] FREYRE, Gilberto. Conferência no ciclo "1776-1976 — O bicentenário da Revolução americana". Brasília: Câmara dos Deputados, 1976, p. 146.

Estas palavras dizem respeito à Independência norte-americana, e foram pronunciadas em conferência na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 1976. Mas são bem representativas do pensamento freyreano em relação ao processo de emancipação brasileiro.

Com efeito, para ele, a proclamação da Independência política do Brasil, em 1822, constituía um episódio de um "processo amplo e complexo", que vinha de dias remotos. 1822 seria assim um episódio ostensivo, memorável, expressivo, significativo, "porém não de importância máxima quando considerado sociologicamente"[6].

O grito do Ipiranga seria dessa forma um episódio de um processo de longa duração, que Gilberto Freyre, seguindo aliás Oliveira Lima, denomina "movimento da Independência do Brasil", e que dataria do momento em que se juntou à colonização feita por europeus e africanos, a "autocolonização" feita por "europeus e africanos já diferenciados das gentes de suas origens etnocêntricas", mas principalmente por mestiços, ou seja, "brasileiros miscigenados por vezes portadores dos sangues europeus e africanos e ameríndios"[7].

Aqui adquirem realce dois conceitos, um mais presente e conhecido que o outro na obra gilbertiana. O mais conhecido, o da miscigenação, básico na interpretação do Brasil feita pelo pernambucano. O menos conhecido, o da autocolonização, que pareceu aflorar na conferência feita em 1972, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário do Grito do Ipiranga.

Essa "autocolonização" viria dos meados do século XVII, e teria entre os seus pioneiros os bandeirantes e os pernambucanos. Os bandeirantes, e aqui conviria substituir a expressão "bandeirantes" por "sertanistas", pela sua obra inestimável de expansão do território que seria brasileiro, por meio de expedições que reuniriam os elementos básicos da concepção freyreana: miscigenação e adaptação aos trópicos[8].

---

6 FREYRE, Gilberto. "A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da Independência brasileira". In: FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural*. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

7 *Idem*.

8 Em outra obra, *Nordeste*, Freyre observa a propósito das bandeiras: "Às 'Bandeiras' ninguém ouse lhes diminuir o valor no sentido da extensão da colônia portuguesa na América: do seu alongamento para o Oeste, para o extremo Sul, para o Norte. Mas esse transbordamento de

Os pernambucanos, pelo seu papel na expulsão dos holandeses, em 1654, e em episódios como a prisão e a "devolução" a Lisboa de um governador reinol que não era do seu agrado, em 1666, Sebastião de Castro Caldas. Aqui o episódio de longe mais significativo é o de 1654, sem dúvida. Este poderia ser considerado, de certa forma, um precursor da Independência do Brasil. Com efeito, e aqui socorro-me da obra de Southey, no ato da capitulação holandesa, as chaves das fortalezas do Recife haviam sido entregues pelos holandeses a João Fernandes Vieira, o representante mulato líder das forças brasileiras, e não a Francisco Barreto de Menezes, português representante oficial da Coroa lusa. João Fernandes Vieira é que teria repassado, ato contínuo, essas chaves para o português. Este, e outros motivos, levaram a que os pernambucanos se declarassem súditos políticos, e não naturais, ou vassalos, da Coroa portuguesa: eles o eram porque queriam ser, tendo tido a possibilidade de optar por outra via e declarar a sua independência; ao contrário dos outros brasileiros, que eram naturalmente submetidos à dominação portuguesa, por direito de domínio e de conquista, porque à custa de suas fortunas e vidas haviam conquistado a sua liberdade. Episódio bem menos significativo, nesse mesmo diapasão, seria a proclamação de Amador Bueno da Silva como rei por alguns paulistas mais ligados aos interesses hispânicos, quando da notícia da Restauração portuguesa, em 1640. Mas este episódio não teve consequência praticamente nenhuma, a começar pelo fato de que o homenageado, Amador Bueno, foi o primeiro a aclamar o duque de Bragança como rei de Portugal, na ocasião[9].

---

esforço — já mais mameluco do que português — teria sido quase em vão e todo no raso — tão no raso que não criaria tipo nenhum de casa — se em torno dos engenhos de açúcar, nas manchas de terra de massapê, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras do agricultor de cana, da senhora de engenho, da mãe preta, do negro, do cabra da bagaceira" (FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.* 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985, p. 11).

[9] É interessante notar, a esse propósito, que a própria Restauração portuguesa de 1640, ou seja, sua independência do domínio do rei da Espanha, se deveria, segundo Jaime Cortesão, aos interesses ligados à área açucareira do Brasil que, controlados pelos portugueses, estariam ameaçados pelas ações do governo de Castela sob o conde duque de Olivares. Nesse sentido, e expandindo o raciocínio de Cortesão, a Restauração portuguesa constituiria também um episódio da Independência brasileira, só que em relação a Castela. Nada a estranhar, vez que nações há que comemoram uma dupla independência.

Seja como for, o importante a ressaltar é que, na visão de Gilberto Freyre, desde o começo de sua colonização, o Brasil viria a sofrer, "em benefício do seu futuro como nação independente", a influência de "circunstâncias americanas, tropicais, extra europeias, sobre suas origens ou heranças valiosamente europeias, principalmente ibéricas"[10]. Tal fato se vê bem claramente seja na adoção da "guerra brasílica" pelas tropas miscigenadas luso-brasileiras nas guerras holandesas, seja na profunda influência indígena nas práticas e nos usos dos sertanistas.

Trata-se, segundo ele, de um processo revolucionário, pois, "a prevalecer nas relações da nova sociedade, que se foi aqui constituindo, com as nações de sua origem principalmente europeias, uma *rotina conservadora* (itálicos meus), uma conformidade passiva de colônia para com a Metrópole, essas relações teriam sido a negação mesma de qualquer tendência revolucionariamente diferenciadora[11], e criadora, acrescentaria eu.

O Brasil, dessa forma, constituiu-se em "pré-nação" e depois definiu-se e estabilizou-se em "nação", em um equilíbrio entre duas tendências: continuar preso a valores europeus básicos de sua formação sociocultural ou "reagir contra extremos de submissão às nações europeias colonizadoras, sobretudo Portugal, mas não exclusivamente, pela autocolonização, pela diferenciação, pela tropicalização, pela nacionalização[12]. Trata-se de

> pequenas revoluções — pequenas como ocorrências históricas — dentro de recorrências crescentemente revolucionárias que podem ser definidas, em termos sociológicos, como expressões de um processo. Um processo constantemente criador. A independência política, em 1822, seria uma das expressões culminantes desse processo[13].

Na análise desse processo, ou desse movimento da Independência, convém aplicar outro conceito freyreano, o de "passados úteis", que se prolongam em

---

10 FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 20.

11 *Idem.*

12 *Ibidem.*

13 *Ibidem.*

"presentes valiosos" e se projetam em "futuros adaptados a constantes nacionais". É o caso da proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822 que, ao romper "com a solução em voga indiscriminada na América Latina — a republicana", considerou "útil" ou "válido" o passado monárquico, e optou pela fundação de um Império que, entre outras coisas, lhe garantiu a unidade nacional e a integridade territorial[14]. Vale observar, a esse respeito, que, para Freyre,

> a monarquia já castiçamente brasileira representada pelo rei dom João — mais brasileiro que europeu — e pelos dois Pedros é como pode ser classificada sociologicamente: como tendo correspondido a um processo de autocolonização que abrasileirou, em benefício do Brasil, o próprio sangue real importado da Europa[15].

A Independência do Brasil foi feita, assim, também no contexto da concepção patriarcal de que o "monarca é o pai civil dos seus vassalos"[16]. Não se admire então que essa independência se tenha consolidado no princípio com base numa "aristocracia quase feudal de senhores de terra de massapê", e mais tarde dos fazendeiros da terra roxa[17]. Gilberto insiste mesmo, talvez um tanto anacronicamente, no caráter feudal da grande propriedade na primeira metade do século XIX, louvando-se em Joaquim Nabuco e reiterando mesmo uma comparação com a Rússia czarista: "o que principalmente dava à grande propriedade daquela época ar de parentesco com os feudos antigos e com os da Rússia daqueles dias era a fixação à terra do senhor e dos agregados: era a relação entre estes e aquele"[18].

Para ele, essa aristocracia era "quase feudal nas tendências e no gênero de vida e antimonárquica por natureza", mas deu à Coroa o prestígio e as

---

14 FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982, p. 66.

15 FREYRE, Gilberto. "A unidade nacional do Império". In: MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil.* Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

16 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 420.

17 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 11 e 12.

18 FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941, p. 174.

condições de vida que doutro modo lhe faltariam em terra tão nova como o Brasil[19], referindo-se principalmente à base política que permitiu a Maioridade.

Foi essa aristocracia durante algum tempo o melhor apoio da Coroa, mesmo que com o correr do tempo os conflitos se acentuassem e as divergências se dramatizassem[20]. Em troca, o reconhecimento do seu poder, dado pela outorga de títulos nobiliárquicos, sobretudo os de barão, que "foram sendo aceitos pelos senhores mais arrogantes e até procurados pelos mais vaidosos"[21]. Mas não só no que se refere a essa aristocracia territorial que permanecia em suas terras, raramente vinha à Corte e se contentava com o baronato. Também alguns grandes estadistas da Monarquia vieram dessas áreas de aristocracia tradicional, sobretudo da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro[22].

Essa aristocracia, ademais de antimonárquica por natureza, nas palavras de Freyre, era profundamente nacionalista, e mesmo particularista e bairrista. Não à toa, logo depois da Independência, em arroubos de "furor nativista", seus membros mudaram os nomes de família lusitanos pelos nomes indígenas das suas propriedades, confirmados ou não por títulos de nobreza concedidos pelo imperador: Buritis, Juremas, Jutaís, Araripes. O caso mais extremo seria o do futuro visconde de Jequitinhonha (este de pleno direito um nome nativista): Francisco Jê Acaiaba Montezuma, ao invés do prosaico Francisco Gomes Brandão[23]. Outros, menos indianistas, optaram por nomes não menos nacionalistas e bairristas: Brasileiro, Pernambucano, Paraense, Maranhão[24]. Outros entretanto enveredaram pelo Iluminismo e pela maçonaria: Voltaire etc.

---

19 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 12.

20 *Idem.*

21 *Ibidem.*

22 FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966, p. 82.

23 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002, p. 451 e 452.

24 Sobre o nome Maranhão recorde-se que sua origem é bem anterior, tendo sido acrescentado ao sobrenome Albuquerque pelo conquistador do Maranhão aos franceses, nos inícios do século XVII, que passou a chamar-se Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Gilberto Freyre alerta, entretanto, contra a simplificação de que essa aliança com a Coroa fosse automática, e que a aristocracia rural tivesse sempre encarnado os "interesses conservadores e de ordem, enquanto as cidades, os sobrados portugueses e as ruas teriam sido sempre os focos de revoluções democráticas e de movimentos liberais"[25]. Bem ao contrário, muitas vezes as posições se invertiam[26].

A maior ou menor pressão dos interesses econômicos — a intervenção da Metrópole por intermédio do vice-rei ou do capitão-general na economia particular e a favor da gente miúda — deve ter atuado poderosamente nas atitudes políticas dos proprietários de terra do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Atitudes, tantas vezes, de ressentimento e de insubordinação, em contraste com a passividade das cidades do litoral, por muito tempo cidades quase sem povo, só com uma onda movediça de plebe ou canalha da rua; e dominadas por um comércio ainda mais interessado que a lavoura na ordem e na estabilidade do domínio, primeiro português, depois imperial, sobre toda a extensão do país[27].

Observe-se a esse respeito que a política econômica da Coroa, a partir do século XVIII, consistia em deixar de lado a grande lavoura e privilegiar as cidades e os homens do comércio, tendência que ademais era histórica, recorrente desde a fundação do reino de Portugal por Afonso Henriques e que atingiu seu ápice com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Acentuou-se assim com dom João VI o desprestígio da aristocracia rural, formada por "devedores sempre em atraso"[28].

Esse movimento, esse processo de "desprestígio", não foi linear nem contínuo, e caracterizou-se por idas e vindas, progressos e regressos — como aliás quase tudo na História do Brasil. Assim, as influências sociais e econômicas, presentes já no século XVIII com a intervenção mais direta da Coroa desde que se descobriram as minas, e que se "definiram ou tomaram cor" com a chegada do príncipe regente[29], não impediram que a

25 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, p. 161.
26 *Idem.*
27 *Ibidem.*
28 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, introdução à 2ª edição, p. 120.
29 *Idem*, p. 106.

Independência se fizesse com apoio dessa mesma aristocracia, cujos representantes maiores, os senhores dos engenhos de açúcar e principalmente das fazendas de café, se ligassem durante certa fase do Império, "com certos interesses conservadores e de ordem, às vezes contra a demagogia das cidades, isto é, das ruas, das praças e dos mocambos"[30], não sem que não houvesse rusgas na relação.

O antagonismo entre campo e cidade, entre o patriciado rústico e a burguesia dos sobrados, revelava-se, em áreas como Pernambuco, desde inícios do século XVIII, com a Guerra dos Mascates, verdadeira guerra civil que terminaria com uma vitória inconclusa, "aos pedaços, incompleta, pela metade", dos interesses burgueses[31].

Essa indefinição, essa zona cinzenta entre as partes, entre aristocratas e burgueses, perduraria. Os interesses não estavam claramente demarcados, e muitas personagens transitavam de um lado para outro: havia, por exemplo, mascates senhores de engenho. É por isso que uma parte dos senhores de engenho e de outros proprietários de terra chegou aos princípios do século XIX "como elemento de perturbação, e não de defesa da Ordem" aristocrática, pertencendo à "Ordem democrática"[32].

A esse respeito Gilberto Freyre menciona análise de Francisco de Sierra y Mariscal no livro *Ideias gerais sobre a revolução do Brasil e suas consequências*, escrito no calor da hora da Independência. Para este autor, o comércio é que seria a única aristocracia. Os senhores de engenho, de seu lado, é que estavam desacreditados por seus privilégios, sobretudo o de não pagarem suas dívidas, e não constituíam uma classe só, opulenta e bem nutrida. Ao contrário, ele comentava que "qualquer pode ser senhor de engenho e há muitas qualidades de engenho", afirmação diametralmente oposta à que Antonil fizera um século antes, segundo a qual "o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos". Em alguns deles era necessário que 200 pessoas

30 *Ibidem*, p. 161.
31 *Ibidem*, introdução à 2ª edição, p. 106.
32 *Ibidem*, p. 381.

morressem de fome para que o senhor comesse carne de vaca duas vezes por semana e tivesse um cavalo na estrebaria[33].

Com o correr do tempo, as divergências aumentaram, e a "rústica nobreza" territorial se separou, como a Igreja católica, de uma Coroa que a não prestigiava. Gilberto Freyre dá a entender que tal ocorreu mais por culpa do imperador, de dom Pedro II. Com efeito, afirma ele que seria aquela nobreza de rústicos que um imperador paternalista "poderia ter aproveitado numa grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em élite[34].

Em resumo, para o mestre de Apipucos, a Independência do Brasil é mais um processo constante de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas; mais demonstrações culturais e populares do que afirmativas menos vivas e só abstratas. É um processo ativo ou latente de abrasileiramento, que teve início já no século XVII e se estende até hoje[35].

* * *

A presença de Pernambuco nesse processo revelou-se fundamental. Mas não sob uma perspectiva exclusivista, como se a Nova Lusitânia fosse uma instância separada, bastando-se a si própria. Não. Aqui me reporto a Oliveira Lima, que enxergava sua terra natal de uma forma mais abrangente e generosa. Para ele, o foco de atenção devia ser a contribuição pernambucana para a formação brasileira: não poderia haver o Brasil sem Pernambuco, da mesma forma que não poderia existir Pernambuco sem o Brasil. Não foi à toa que apontou o que pode ser considerada a representação gráfica desta indissociabilidade: a árvore que deu nome ao país era também denominada "pau de Pernambuco", denominação que foi perpetuada em inglês (*Pernambuco wood*), e em francês (*bois de Pernambouc*), pois o melhor pau-brasil era aquele colhido nas terras da Nova Lusitânia. Pernambuco, já nessa época, era sinônimo de Brasil.

---

33 *Ibidem.*

34 FREYRE, Gilberto. "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

35 FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 21 e 24.

É ainda Oliveira Lima quem afirma que a presença de Pernambuco na História brasileira é fundamental, seja nas suas vitórias, como a Restauração Pernambucana, seja nos seus fracassos, como na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador. Fracassos mais aparentes que reais, como dizia Gilberto Freyre, para quem o valor de alguns fracassos revolucionários era superior ao das vitórias.

Neste sentido, o resultado final, descontado o lamento pelo martírio dos heróis, importava pouco, porque o movimento para o qual a História apontava estava determinado pelo tipo de evolução que a nação experimentava desde a Colônia, mas especialmente desde a chegada da Corte ao Brasil. E é por isso que Oliveira Lima tratava a violência da reação como algo que deveria ser compreendido, mesmo em sua rudeza extremada. Tratava-se na verdade, da tentativa vã e mesmo desesperada de parar o trem da História que apontava para o processo de libertação das colônias. E havia sido justamente este poder que realizara a dura repressão que possibilitaria este tipo de transição pacífica para a construção dos ideais sonhados pelos revolucionários.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a primeira percepção da Revolução de 1817 não foi a que poderíamos denominar, com Evaldo Cabral de Mello, de "saquarema", segundo a qual o movimento pernambucano seria separatista, mas uma percepção que inseria Pernambuco no que Oliveira Lima denominava o "Movimento da Independência", e que outros historiadores preferem chamar de "processo da Independência". Separatismo, se havia, o era em relação à Metrópole, pecado que pode ser igualmente atribuído ao herdeiro do trono português de então. O que complica um pouco a questão é que, à época, a Metrópole era também o Rio de Janeiro.

Aliás, se se me permitir abrir um parêntese, a maior parte das comemorações daqueles Estados brasileiros protagonistas de alguma revolução ou revolta contra o poder central são comemorações de derrotas: Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo; e, no caso de Minas Gerais, a comemoração da derrota não é estadual, é nacional, o 21 de abril. Derrotas que foram, esses movimentos foram essenciais na formação do que seria o Brasil.

Nesse sentido, aspecto curioso e sintomático, a experiência "revolucionária" de 1817 foi de extrema valia para a atuação dos deputados brasileiros

às Cortes Liberais Constituintes de Lisboa. Com efeito, tanto a atuação revolucionária quanto a sua prisão em Salvador, possibilitou, ao reunir presos representantes de províncias distintas, a percepção de uma possível unidade, e o sentido inédito de ruptura. Assim, muitas lideranças ou ideólogos do Império participaram diretamente ou através de seus pais na Revolução de 1817. Exemplos são Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão do Patriarca da Independência, Francisco Muniz Tavares, cronista da revolução e depois figura política importante do Império, o general Abreu e Lima, filho do padre Roma, e o escritor e político José de Alencar, filho do padre Alencar.

É assim que "foi de Pernambuco que partiu o primeiro grito de liberdade que chamou o Brasil à Independência. Foi lá que se fez a primeira revolução na qual os direitos do país foram discutidos". Estas palavras foram escritas e publicadas em 1839, por Ferdinand Denis, um viajante, historiador e escritor francês, administrador da biblioteca de Santa Genoveva, em Paris, que se dedicou, durante a maior parte de sua vida, à História do Brasil.

Trata-se da primeira referência, em livro de natureza pedagógica dedicado à História do Brasil, à Revolução de 1817. Com efeito, a obra de Denis, intitulada *Histoire et description du Brésil*, feita no contexto da coletânea de escritos *L'Univers*, e publicada pela editora de *Firmin Didot & Frères*, em Paris, antecede a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, cuja primeira edição data de 1857; é anterior também às *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1861, e mesmo ao *Compêndio da História do Brasil*, do general Abreu e Lima, filho de um dos mártires da Revolução, o padre Roma, cuja primeira edição data de 1843.

Esta percepção, aliás, a de que a Revolução de 1817 foi o "princípio da Independência do Brasil", como o afirma Gonçalo de Barros Carvalho de Mello Mourão, seria a que predominou na opinião internacional da época imediatamente posterior ao movimento. Segundo este autor, "a Revolução de 1817 fundou e efetivamente apresentou pela primeira vez ao mundo um Brasil não português, insurgente e republicano", no que seria "o ponto de partida do Brasil novo" e constituiria o início da História diplomática nacional. Como prova ele menciona comentário feito pelo abade Dominique de Pradt, publicista amplamente lido no Brasil e respeitado por Bolívar, para quem a Revolução de 1817 seria a corroboração da "inevitabilidade

da separação do Brasil de Portugal". Ainda segundo o abade em panfleto publicado à época, no calor da hora, mesmo que a rebelião fosse sufocada, a independência de Pernambuco acarretaria a do Brasil inteiro. Esta seria a opinião não só de Pradt, mas de grande parcela da imprensa contemporânea[36].

Entre as causas da Revolução de 1817, ademais daquelas de natureza econômica e moral haveria uma outra, simbólica, que Evaldo Cabral de Mello denomina "sistema de representações mentais sobre o período holandês". Segunda essa representação, os pernambucanos, ao contrário dos demais habitantes do Brasil, não seriam "súditos naturais" do soberano português, mas "súditos políticos" porque, ao expulsar os holandeses maiormente com recursos próprios e com pouca ajuda da Coroa, "à custa de nosso sangue, vida e fazendas", haviam optado, soberanamente, em restituir o território resgatado à Coroa portuguesa.

O paradoxo desse sistema de representação mental é que ele foi utilizado tanto pelos revolucionários quanto pelos defensores da monarquia. Para os revolucionários, 1817 significaria a segunda Restauração, desta feita contra a monarquia portuguesa, cuja representante, a casa de Bragança, não havia cumprido os termos e compromissos assumidos por dom João IV e por dom Afonso VI como compensação à retribuição do território ocupado pelos holandeses. Já os defensores da monarquia utilizavam-se desse simbolismo, após a derrota da Revolução, para comemorar também a segunda Restauração dos pernambucanos, desta vez contra os revolucionários de 1817, e a devolução dos territórios à mesma casa de Bragança, na ocasião sob a égide de dom João VI.

A Revolução pernambucana de 1817 foi, assim, de acordo com Oliveira Lima, um elo a mais da grande empresa da libertação da América Latina. Tal concepção é confirmada por Evaldo Cabral de Mello, para quem "mais do que a República, a Independência foi o verdadeiro motor de Dezessete". Mas, uma "outra Independência", que não a gerada no Centro-Sul, e na qual tivesse guarida um projeto federalista. Evaldo Cabral sabe, no entanto, que sua posição não é majoritária, e atribui as dificuldades de compreensão dessa

---

[36] MOURÃO, Gonçalo de B. C. e Mello. *A Revolução De 1817 e a História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

sua perspectiva ao "peso da tradição saquarema na historiografia da Independência", ou seja, a "historiografia da Corte fluminense e dos seus epígonos da República", responsáveis por uma "perspectiva apologética" segundo a qual

> a unidade do Brasil foi concebida e realizada por alguns indivíduos dotados de grande descortínio político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio-São Paulo–Minas e a quem a pátria ficou devendo o haverem-na salvo da voracidade dos interesses provinciais, como se estes fossem por definição ilegítimos, e do gosto, digamos, ibero-americano, pela turbulência e pela agitação estéreis.[37]

Oliveira Lima, por seu lado, busca demonstrar que a Revolução de 1817 encarnava a continuidade do processo formativo da nação. Rebentara não como um elemento alheio à evolução nacional, mas como parte dela, como um prenúncio do processo que se desenvolvia surdamente e que conduzia para o desfecho da Independência nacional. Era um sintoma, um aviso antecipado, uma pequena amostra do que a evolução do conjunto do corpo nacional guardaria para mais tarde.

Mas, nesse processo, 1817, em oposição direta à forma de poder dominante, significava a entrada em cena de um outro projeto de Estado, o revolucionário, por pautar-se no ideal de liberdade e de efetiva participação do cidadão na sociedade em formação e, também, por reivindicar a forma de governo republicano. Abafado o movimento e aniquilados os seus líderes, o quadro conflituoso que se configuraria a seguir, sobretudo a partir de 1820, traduziria o confronto entre grupo distintos que divergiam em relação às propostas de organização constitucional e quanto ao grau de participação dos dois reinos, o do Brasil e o de Portugal, no Estado liberal em formação com a instalação das Cortes Gerais e Constitucionais[38].

Mais do que no que concretamente fez a importância da revolução de 1817 reside no que provocou, no que semeou mesmo se não colheu, no

---

[37] MELLO, Evaldo Cabral de. "Frei Caneca e a outra Independência". In: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora. 34, 2001, p. 16.

[38] *Idem*, p. 22.

que fundou na História do Brasil. O Seis de março trouxe para a História do Brasil o espírito insurgente que seria a fagulha a acender a fogueira do movimento pela Independência. Se a Independência viria a ser feita em monarquia, não o seria pacatamente, e isto sob dois aspectos: por um lado, não foi o espírito monarquista e dinástico bragantino quem moveu o desejo de separação; por outro, todo o processo inicial da consolidação do Império passou por um sério questionamento, tanto em nível político quanto em nível social; em nível político, aquele questionamento representou, no início, a sustentação das ideias republicanas e, logo depois, as do constitucionalismo liberal e da descentralização administrativa que inviabilizariam, ao fim e ao cabo, os sucessivos governos do Primeiro Reinado; em nível social, aquele questionamento significaria as diversas insurreições com que este último teve que lidar e que entrariam mesmo pelo Segundo Reinado, transformando-se, após a breve trégua que vai do fim da Revolta Praieira em 1848 ao fim da Guerra do Paraguai, no movimento republicano que triunfaria em 1889. Foi assim a Revolução de 1817 quem levantou a bandeira da Independência, da República, do liberalismo, do constitucionalismo e da descentralização administrativa.

* * *

Nas páginas anteriores se anteciparam temas e se discutiram as teses e os argumentos de alguns autores que serão analisados com mais profundidade e com mais vagar nos ensaios que compõem o presente volume.

Todos são pernambucanos, e todos são recifenses. Eles constituem, portanto, uma tradição, uma linha de continuidade de diferentes "visões pernambucanas" sobre a Independência e o Império, que se estende por mais de cento e cinquenta anos. Visões às vezes diferentes, às vezes complementares, mas que se influenciaram reciprocamente, obedecidos naturalmente os critérios da cronologia.

Dos quatro autores analisados, três exerceram a carreira diplomática, e o único que não fez tal gostava de afirmar que havia sido o intelectual brasileiro que, não pertencendo ao Itamaraty, mais viajara ao exterior.

Dois deles foram políticos, um no Império, outro na República.

Três deles deixaram a terra natal ainda cedo, e retornaram esporadicamente, mas sem nunca perder as raízes pernambucanas, e o outro fez questão de estabelecer-se "no" Recife, como ele fazia questão de afirmar, e não "em" Recife, recusando inclusive convites tentadores para se fixar em outras plagas.

Três foram assim colegas de profissão, no caso a diplomacia, e dois deles são primos.

Mas o que é mais importante destacar aqui é que há uma linha de continuidade entre o pensamento dos quatro, fruto de uma convivência, de leituras recíprocas, de discussões, de homenagens dos mais novos aos mais velhos.

É assim que o primeiro deles, Joaquim Nabuco, conviveu com o segundo, Oliveira Lima, no Itamaraty e, entre aproximações e afastamentos, os dois devem ter trocado muitas ideias e impressões.

O segundo, Oliveira Lima, foi o mestre do terceiro, Gilberto Freyre, quando adolescente e adulto jovem. Gilberto o considerava um "quase tio" e a si se chamava um seu "quase-discípulo" — o que, na perspectiva gilbertiana, já era muita coisa.

E entre Freyre e o quarto, Evaldo Cabral de Mello, há a "mística do parentesco", como diz o título de um livro genealógico pernambucano, pois são primos. E Gilberto, como se verá mais adiante, fez rasgados elogios ao início da carreira historiográfica de seu primo mais jovem.

Não obstante essa continuidade, as visões são diferentes, e às vezes antagônicas, não deixando de ser complementares. Passemos a elas.

A primeira é a de Joaquim Nabuco, na interpretação de José Theodoro Menck. A característica definidora da atuação de Nabuco seria a busca por consensos: conquanto defendesse o que achava justo, ele sempre trabalhou pela pacificação da sociedade, procurando sempre construir consensos. Talvez seja esta uma antecipação do famoso "equilíbrio de antagonismos" sempre exalçado por Gilberto Freyre.

Homem multifacetado, seu feito maior foi a campanha abolicionista. Não obstante, brilhou também na Diplomacia, na Literatura e na História, sendo a sua data natalícia, 19 de agosto, consagrada o Dia do Historiador no Brasil. Também brilhou na sua trajetória política, a qual se caracterizou por uma impostergável fidelidade a seus compromissos. Se ela foi curta no

tempo, foi muito intensa. Foi interrompida antes da hora, justamente por conta da sua já mencionada fidelidade aos compromissos, que o vinculavam muito mais ao abortado reinado de dona Isabel do que à nascente República. E foi assim que, com a proclamação desta última, entregou-se a um exílio voluntário da política.

Sua fidelidade maior, desse modo, dividia-se entre a causa da emancipação dos escravos, em que obteve sucesso, e a defesa do regime monárquico, na qual foi derrotado.

Para ele, como afirmou em discurso de campanha no teatro de Santa Isabel, no Recife, "a grande questão para a democracia brasileira não é a Monarquia, é a escravidão". Neste sentido, apresentou três projetos de lei importantes: o primeiro sobre a emancipação dos escravos; o segundo sobre a instauração de um federalismo monárquico; e o terceiro sobre a reforma do Código Penal.

Para Nabuco, as ideias de Federação e de Monarquia não se opunham e não se excluíam, e havia muito mais futuro e segurança no Brasil para o desenvolvimento da autonomia provincial sob a Monarquia do que sob uma eventual República, como afirmou em discursos na Câmara dos Deputados, em 1888. No estudo e na defesa da autonomia provincial, portanto, ele se antecipou às outras vozes pernambucanas que constam do presente livro. Sua grande causa, conseguida a Abolição, foi dessa forma a Federação, sob o regime monárquico. Para Nabuco, ainda no que se refere à Federação, a Monarquia era a fiadora idônea da autonomia das províncias, numa verdadeira conciliação da unidade nacional com a autonomia provincial.

Mas o "maior enigma político" de sua vida foi sua fidelidade ao trono. Ainda estudante, convenceu-se das vantagens de um governo de gabinete, e este somente funcionaria bem se estivesse acompanhado de suas "partes importantes", ou seja, a Coroa e todo o seu aparato cerimonial. Aqui Nabuco antecipa mais uma vez Gilberto Freyre, que defendeu décadas depois a importância do "ritual" para a Monarquia brasileira, uma das suas principais críticas a dom Pedro II sendo justamente a pouca aptidão do segundo monarca brasileiro para o cerimonial e para o ritual.

A segunda visão é a de Oliveira Lima, primeiro na interpretação de Teresa Malatian. O Império foi presença constante na obra histórica do

dom Quixote Gordo, para quem dom João VI havia sido o fundador da nacionalidade brasileira, e a Monarquia a responsável pela manutenção da unidade territorial do Brasil. Nesse contexto, o marco inicial do processo de Independência havia sido a chegada da Corte, em 1808, que foi a concretização de um antigo projeto que resultou na fundação de um Império.

Sua definição da nação brasileira e do Império expressam paradigmas da historiografia de sua época, pois ele foi permeável às teorias difundidas no final do século XIX e início do século XX.

No *Dom João VI no Brasil*, Oliveira Lima estabeleceu um diálogo revisionista com a historiografia portuguesa, sobretudo com seu mestre Oliveira Martins e com Pinheiro Chagas, a respeito da transmigração da Corte portuguesa e da figura de dom João VI. Para os lusitanos acima mencionados, tratava-se de uma fuga protagonizada por um rei covarde. Para Oliveira Lima, de uma opção diplomática, geopolítica, histórica mesmo, pois aventada desde o século XVII, conduzida por um soberano sábio e prudente. O diplomata e historiador pernambucano, desse modo, construiu de dom João VI uma imagem capaz de satisfazer a historiografia nacionalista brasileira e os monarquistas brasileiros. Estabeleceu assim uma "visão brasileira" de dom João VI, em contraste com a visão portuguesa deletéria.

Dando continuidade a Varnhagen, Oliveira Lima considerou a Independência no contexto da continuidade de um "Brasil português", fundando-se, com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, a nação brasileira, cuja unidade foi mantida graças à presença do poder real.

Já em seu último livro publicado em vida, *O Império brasileiro*, Oliveira Lima destaca a figura de dom Pedro II, soberano mais republicano que monárquico, mais liberal e democrático. O que o dom Quixote Gordo afirma numa chave positiva, como elogio ao segundo monarca brasileiro, seu "quase-discípulo" Gilberto Freyre sustentaria em chave completamente diferente, negativa, causa inclusive da queda da Monarquia.

O reinado de dom Pedro II beneficiou-se, com a derrota da Revolução Praieira, de 1848, do fim da instabilidade que tumultuara as primeiras décadas do Segundo Reinado, passando este a constituir um longo período dotado de "espírito republicano", verdadeira "democracia coroada", mas que não foi capaz de evitar o declínio da Monarquia, sobretudo após

a Abolição, pois a instituição monárquica estava excessivamente ligada à instituição servil.

Oliveira Lima testemunha assim indisfarçável benevolência, e mesmo admiração pelo Império, ainda que se afirmasse republicano. O fato é que estava desiludido com o regime instaurado em 1889.

Seguimos com a visão de Oliveira Lima, mas agora com a interpretação de José Almino de Alencar. Mas, como prova da continuidade entre as quatro visões pernambucanas de que falei mais atrás, e das suas inter-relações, retornemos antes à visão de Joaquim Nabuco, para o qual Tiradentes não resumia "em si o ingente esforço para a Independência", a ponto de não se valorizarem os heróis pernambucanos de 1817, como observou em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1896.

Segundo Nabuco, entre a Independência e a República estendia-se um "deserto" de quase setenta anos, a que se poderia denominar "deserto do esquecimento". Os republicanos queriam desse modo realizar uma ruptura entre a Monarquia e a República, esquecendo todo o progresso material alcançado pela primeira. Em protesto contra essa percepção, Nabuco proclamou o Brasil monárquico como o "Brasil brasileiro", e o reinado de dom Pedro II como o apogeu moral, o plexo da unidade nacional e o nó vital da liberdade civil.

Nesse sentido, o regime parlamentar era praticamente uma concessão da Monarquia, a maneira encontrada pela Coroa de melhor governar política e administrativamente o país. O que Nabuco afirma aqui em chave positiva, Gilberto Freyre analisaria depois em chave negativa, o regime parlamentar brasileiro copiado dos ingleses não se adaptando às realidades tropicais do país.

Oliveira Lima demonstra o mesmo desapreço de Nabuco diante de um sistema político corrompido por elementos incompatíveis ou inassimilados aos pactos políticos civilizados, numa "república de inúteis".

Ambos participaram de um longo processo de discussão e de elaboração interpretativa sobre um quadro institucional que mantivesse a unidade territorial e garantisse formas favoráveis à convivência ordeira das diferenças regionais, e chegaram à conclusão de que esse quadro era o monárquico.

Com efeito, nesse período desenvolveu-se e consolidou-se uma interpretação da História da Monarquia brasileira que seguiu de perto as linhas

do diagnóstico de Nabuco, com nítidas vantagens da Monarquia sobre a República, apesar de todos os problemas e vícios que a primeira apresentara.

E nesse contexto, dom Pedro II seria o monarca exemplar, que realizou o ideal da democracia antiga, o "governo do melhor homem", e que inclusive utilizava de forma moderada o enorme Poder Moderador, que a Constituição lhe assegurava. Esta chave interpretativa foi totalmente subvertida por Gilberto Freyre, que criticava exatamente a "exemplaridade" de dom Pedro II.

Trata-se assim, em Nabuco e Oliveira Lima, de uma certa idealização da Monarquia no período inicial da República.

As especulações desses dois autores sobre os méritos de um parlamentarismo oligárquico coroado por um monarca sábio e tolerante deram origem a obras poderosas e essenciais da historiografia política brasileira: *Um estadista do Império* e *Dom João VI no Brasil*. Tais livros possuem elementos que permaneceram no longo prazo, definindo o caráter original e a sustentabilidade da ordem política e social brasileira, para a qual foi essencial a existência de uma Monarquia que mantivesse o legado colonial do país enlaçado à História dos países civilizados.

Nesse sentido, para Oliveira Lima a "continuidade civilizacional" dos herdeiros da casa de Bragança, após a volta de dom João VI a Portugal, em 1821, garantira, ao longo do século XIX, uma Independência "relativamente pacífica" e evitara a revolução e a anarquia.

Em *Dom João VI no Brasil*, o desenvolvimento da Corte carioca, a ocupação da Banda Oriental e outros, vão cada vez mais caracterizando o esforço territorial brasileiro como unidade política, delimitada em forma de Estado, que prevalece até hoje.

Oliveira Lima demonstra assim uma "nostalgia do patriarcado", que seria reiterada depois por Gilberto Freyre, mas por outro lado compreende que a "reeuropeização" do século XIX fazia parte constitutiva de nossa formação, como era também o entendimento do mestre de Apipucos.

Com isso passemos à visão de Gilberto Freyre, agora na minha interpretação que foi, privilégio do organizador, antecipada e aprofundada no início da presente introdução. Essa visão é em algumas vezes tributária das de Nabuco e de Oliveira Lima, mas em muitos casos afasta-se desses dois mestres e adquire contornos originais tipicamente gilbertianos.

Para o mestre de Apipucos, como já se disse páginas atrás, a Independência foi um processo amplo e complexo, que vinha de dias remotos, e de que 1822 seria um mero episódio dentro da "longa duração".

Para ele, a forma como se havia realizado a separação política do Brasil em relação a Portugal seria o exemplo acabado de quanto uma revolução libertária pode ser efetivada com o mínimo de violência e rancor. Nisso ele seguia Nabuco e Oliveira Lima, com seu "desquite amigável" e com sua "continuidade civilizacional".

Mas Gilberto Freyre trata também dos fracassos revolucionários pernambucanos, 1710, 1817 e 1824, movimentos que foram realizados com base em um "sentimento de suficiência" e um "desejo de estabilidade" assegurados pelas terras férteis da cana de açúcar. Ele atribui, nesse contexto, maior importância a uma outra data, que passara quase despercebida para Oliveira Lima: a da Convenção de Beberibe, em 1821. Para o mestre de Apipucos, nesta data Pernambuco havia antecipado em cerca de um ano o Grito do Ipiranga, com a expulsão completa das tropas estrangeiras, no caso as portuguesas, do seu território.

Mas a visão freyreana do processo revolucionário vai muito além do seu aspecto político, e a ele acrescenta a transformação social, as mudanças culturais, econômicas e mesmo estéticas. Nisso ela é originalmente gilbertiana. Baseia-se ele em um "equilíbrio de antagonismos", amortecidos e harmonizados pelas condições de confraternização e mudança social peculiares ao Brasil.

Para Gilberto Freyre, enfim, a Independência se tratava de um processo revolucionário mais ostensivo, mais concreto e menos abstrato, mais criativo que explosivo e sangrento.

A visão do mestre de Apipucos tem continuidade agora na interpretação de George Cabral. A explicação freyreana do Brasil, influenciada que foi por vários autores estrangeiros mas também por Oliveira Lima, tem muito de saudosismos, de contemporização, e mesmo de negação de conflitos, mas é revolucionária na valorização da mestiçagem, na amplitude das perspectivas de análise e na sua rica variedade de materiais e de fontes.

O tema da Independência foi tangenciado nas principais obras de Freyre, para quem a descolonização não significa o repúdio a grandes valores co-

muns, como a língua portuguesa, numa referência direta à "continuidade civilizacional" de que falavam Nabuco e Oliveira Lima. Nesse contexto, para o mestre de Apipucos, Pernambuco foi a primeira província do Brasil "que desassombradamente se descolonizou por completo", referindo-se aos fatos ocorridos entre agosto e outubro de 1821, em Goiana, no Recife e em Olinda.

A Independência foi "consumada" de um "modo tipicamente brasileiro", sem uso ostensivo da força, de forma suave mais efetiva, pela busca da reciprocidade e da interpenetração. O processo de Independência foi assim constituído de uma longa sequência de revoluções "suaves", mais adjetivas que substantivas, mas efetivas.

Nesse contexto merece menção especial Manuel de Arruda Câmara, naturalista e filósofo paraibano do final do século XVIII e início do XIX, estadista comparável a José Bonifácio, cuja atuação foi cortada pela sua morte precoce em 1810, para quem a Independência seria a ocasião para "uma reconstrução inteira da sociedade, a partir de relações mais justas entre senhores e oprimidos, entre brancos e homens de cor".

Gilberto Freyre aplica o seu conceito de tempo tríbio à Independência, pela valorização das conexões entre os "fatos convencionalmente históricos" dentro de passado, presente e futuro, do que os próprios eventos. "Nessa perspectiva", afirma George Cabral, o processo de Independência iniciou-se no Brasil com a "autocolonização" promovida por "europeus e africanos já diferenciados de suas origens etnocêntricas, e, sobretudo, por mestiços". Nesse sentido, para Gilberto Freyre a "autocolonização" é neologismo necessário à explicação do Brasil como "terra madrugadoramente nacional". E a mestiçagem iniciada durante a colonização foi defendida como tática para a consolidação de um Brasil emancipado, inclusive por José Bonifácio.

No que se refere ao século XIX, para Freyre a estabilidade é o traço distintivo da trajetória política brasileira, comparada aos vizinhos. A Monarquia, nesse contexto, teve papel importante na manutenção dessa estabilidade. Aqui se ouvem os ecos de Nabuco e de Oliveira Lima.

E outro eco de Oliveira Lima: para seu "quase-discípulo", a Monarquia seria a instituição capaz de complementar, em alguns aspectos, a escravidão patriarcal, e ao mesmo tempo servir de antídoto para os seus abusos, o que

contribuiu para manter a unidade nacional, tanto no viés político quanto no cultural. Nesse sentido, mesmo o Império se caracterizando por uma centralização excessiva, tal fato não representou ameaça à diversidade cultural e regional brasileira.

Por outro lado, caracterizou-se também pela mistura de virtudes politicamente aristocráticas com maneiras e costumes tão democráticos quanto os de qualquer república adiantada que tivesse tido o continente.

Mas os críticos de Freyre apontam a sua visão conciliatória do processo da formação da sociedade brasileira como uma das partes mais problemáticas do seu pensamento. Tratar-se-ia de uma visão de Brasil saudosista de um passado idealizado, visto retrospectivamente a partir de um ponto de vista elitista. Em defesa de Freyre vem outro pensador pernambucano, Vamireh Chacon, para quem essa crítica poderia ser enxergada "como reação de centros universitários com pretensões de colonização interna das periferias nacionais", que teriam escrutinado os autores dos grandes centros com "pente grosso", enquanto Freyre teria sido passado a "pente fino"...

A quarta visão pernambucana é a de Evaldo Cabral de Mello, primeiro na interpretação de Manoel Carlos Fonseca de Alencar. Nesse contexto, para Evaldo Cabral a formação do Estado brasileiro é contada como um "destino manifesto" pela "visão saquarema" do processo de Independência, que foi feito sob a ótica dos vencedores. Mas havia formas alternativas ao projeto vencedor, sobretudo em Pernambuco. Evaldo Cabral propicia assim uma "perspectiva periférica" do processo da Independência, e nos faz enxergar não apenas o que foi, mas o que poderia ter sido.

Com efeito, o projeto independentista pernambucano era bem diferente daquele da Corte do Rio de Janeiro, e inseria-se numa singularidade pernambucana existente desde 1654, numa retórica comum também aos paulistas. Assim, desde a Restauração os colonos nortistas hostilizavam a excessiva ingerência da Coroa no poder local, reivindicando maior autonomia, pois se haviam se libertado dos holandeses "à custa do seu sangue e de sua fazenda", da mesma forma que os bandeirantes paulistas haviam explorado e conquistado boa parte do território que seria o brasileiro à custa de seus próprios recursos. Aqui se encontra o eco de Gilberto Freyre e seu conceito de "autocolonização", que dataria justamente da Restauração pernambucana

e da conquista do território pelos bandeirantes. Foi nesse contexto que, nos oito meses em que os mazombos dominaram o Recife, em 1710, ensaiou-se uma experiência republicana de autogestão.

Desse modo, a luta pela maior autonomia é o aspecto essencial da "outra Independência" pernambucana, e o anseio de Independência dos pernambucanos antecede em mais de um século o processo da Independência do Brasil. A sua vontade de autogoverno antecedeu também ao das demais províncias. Aqui se ouvem os ecos de Nabuco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre.

Evaldo Cabral é também o portador de uma visão radical do processo da Independência. Mas ele não trata de uma ainda "outra" Independência, a dos pobres, a dos mestiços e a dos negros.

A visão de Evaldo Cabral conclui-se com a interpretação de Mario Helio Gomes. Nesse sentido, alguns temas da História do Brasil são tratados sob um consenso tão oficial e constante que é como se houvesse um controle deliberado do passado. A unidade inegociável do território do país, marco fundador da Independência, espelha-se no discurso da unidade e uniformidade das visões. A ênfase posta na unidade nacional escamoteou, desse modo, e escamoteia, as complexas questões da diversidade e da desigualdade.

É nesse contexto que é tratado o processo da Independência, que se caracteriza pela dominação de um determinado discurso, o da História contada a partir de um Centro-sul hegemônico; pela impugnação de discursos outros, sobretudo os da periferia das províncias do Norte; e pela manipulação, no que se refere à forma como quem está no poder usa uma determinada retórica para comunicar os feitos e os fatos à população.

Esse discurso, que é histórico, já que as deformações promovidas pelos colonizadores continuaram na Monarquia e na República, tem o seu clichê máximo no Grito do Ipiranga, repetido ao longo das gerações.

As centralidades exacerbadas, o colonialismo interno, a hegemonia da política e da economia refletem-se assim na narração da História. Mas, da mesma forma que entre os judeus da época do Cristo, há uma voz que clama no deserto, que não atende pelo nome de João Batista, mas sim pelo de Evaldo Cabral de Mello.

Trata-se efetivamente de uma intensa, e quase solitária voz, contra tudo aquilo que caracteriza a "história oficial" da Independência, e que se expressa

pela divulgação e defesa de uma "outra" História da Independência, que detalha iniciativas que, se tivessem sido bem-sucedidas, não teriam construído a "ambígua" Independência de 1822. Ambiguidade e duplicidade que remontariam a 1808.

As revoltas, os movimentos que constituem essa "outra" Independência, mesmo que não exitosos, fazem parte do processo histórico da emancipação brasileira, como já haviam preconizado tanto Oliveira Lima quanto Gilberto Freyre. E, nesse sentido, Pernambuco tem o seu pioneirismo, também por que, em matéria de gritos, antecipou-se em 1817 e em 1821 ao do Ipiranga. Como afirma Mario Helio, na Revolução de 1817 "é que, efetivamente, se deu o primeiro grito de Independência, e não às margens do Ipiranga. Grito cuja reivindicação personalista foi feita por Pedro da Silva Pedroso", que tomou para si a metáfora expressionista do grito.

Recorde-se, a esse propósito, que a Independência do "Ipiranga" deu-se de uma forma um tanto esdrúxula, com o poder entregue ao herdeiro dos colonizadores. Talvez por isso que, independentes os brasileiros, permaneceram nos habitantes da Terra de Santa Cruz a "saudade do futuro" e o "gosto pelo estrangeiro".

As tentativas de Independência que não deram certo configuram assim uma história da "vida inteira que podia ter sido e não foi", como no verso de Manuel Bandeira. Nesse contexto, a obra de Evaldo Cabral compõe capítulos inteiros de uma "outra" História de Pernambuco e, por consequência, do Brasil.

Nada mal para esse primo menos famoso de Gilberto Freyre, o qual, em artigo intitulado "Porque me ufano de uns tantos parentes", escrito na década de 1950, já reconhecia o talento e a competência do primo Evaldo, que acabou sendo o autor de uma História da Independência "independente e descolonizada", e de "longa duração", que se inicia com a invasão holandesa de Pernambuco, em 1630, e se estende até a Confederação do Equador.

* * *

Tais são as "visões" pernambucanas sobre a Independência e o Império. Visões que, ao longo de cento e cinquenta anos, dialogaram com a visão

oficial, às vezes dela se aproximando, muitas vezes dela se afastando. Mas visões que influenciaram e influenciam a historiografia nacional, ainda hoje.

O mais importante a destacar no que se refere a essas visões, entretanto, é o papel fundamental de Pernambuco na formação brasileira e no seu movimento da Independência, seja nas suas vitórias, seja nas suas derrotas. Sem o Brasil não haveria Pernambuco, e sem Pernambuco não haveria o Brasil.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Guerra Literária — Panfletos da Independência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FREYRE, Gilberto. "A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da Independência brasileira". In: FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural*. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

FREYRE, Gilberto. "A unidade nacional do Império". In: MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil*. Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002.

FREYRE, Gilberto. Conferência no ciclo "1776-1976 — O bicentenário da Revolução americana". Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.

FREYRE, Gilberto. "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985, p. 11).

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência, 1821-1822*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1922.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. "Frei Caneca e a outra Independência". In: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora. 34, 2001.

MOURÃO, Gonçalo de B. C. e Mello. *A Revolução De 1817 e a História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

Joaquim Nabuco, o construtor de consensos

José Theodoro M. Menck[1]

Uma das maiores características da ímpar figura histórica de Joaquim Nabuco foi sua grande busca por consensos. Tendo vivido no Brasil em uma época de transição, de conflitos, nos quais as diversas e graves questões sociais poderiam facilmente transbordar para a violência generalizada, para a guerra civil, Joaquim Nabuco conseguiu não se omitir, tomou partido e lutou pela causa que julgava justa, mas simultaneamente trabalhou pela pacificação da sociedade. Em uma era em que a questão servil havia degenerado para a guerra intestina nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco conseguiu canalizar a luta para o Parlamento, mesmo contra a vontade de muitos, e lá, dentro das específicas regras do jogo político, vencer a partida, sem necessidade de descambar para a violência física.

Ao tornar possível resolver no Parlamento questões prementes, basilares e fundantes da sociedade, questões que dividiam profundamente o país, questões que em outras plagas escorregaram para verdadeiras guerras, Joaquim Nabuco legou às gerações futuras um exemplo de conduta sem par. Não que Joaquim Nabuco tenha sido um inveterado vitorioso. Ele não venceu sempre. Nem todas as suas bandeiras triunfaram. O fim da monarquia no Brasil é uma prova de que Joaquim Nabuco por vezes fracassou. Ainda assim, sua postura, seja na vitória, seja na derrota, lhe habilitou a granjear a estima do Brasil.

---

[1] Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília — UnB, Pós- Graduado em Direito Romano pela Universidade de Roma I — La Sapienza; Mestre e Doutor em História pela Universidade de Brasília — UnB; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, onde foi o coordenador técnico dos festejos vinculados ao Bicentenário da Independência do Brasil.

O homem e o mito

Em 1910, o Brasil perdeu um grande homem. Naquele ano, faleceu em Washington o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, o primeiro brasileiro a ostentar o título de embaixador. A suas cerimônias fúnebres, e denotando o prestígio que o falecido soubera angariar, compareceram o presidente dos Estados Unidos William Taft, o secretário de Estado Philander Knox, juízes da Suprema Corte, além de diversos senadores e deputados. Seu cortejo desfilou pela capital estadunidense escoltado por aprumados cadetes. Dois meses depois, seu corpo chegou ao Rio de Janeiro, onde recebeu igual demonstração de respeito e pesar por sua morte. Durante quatro dias seu corpo ficou exposto no Palácio Monroe, onde os amigos monarquistas e a República, que jamais conseguira realmente cooptá-lo, o visitaram. Por fim, fez sua última viagem, de volta à terra natal, Recife, onde os companheiros da Abolição o receberam e enterraram definitivamente em solo santo.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, o homem que recebeu tantas homenagens fúnebres, também gozou em vida de grandes triunfos. Homem multifacetado, acreditava na imortalidade, fosse da alma, como bom católico em que se converteu no final da vida, fosse da arte, que cultivou como beletrista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

As homenagens de que foi alvo no ano de 2010, centenário de sua morte, de certa forma demonstram que ele estava certo. Cem anos, quatro gerações, não foram capazes de relegar ao esquecimento seu nome e seus feitos, o principal deles ter comandado no Parlamento a campanha abolicionista, que erradicou a escravidão no Brasil por intermédio da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, a segunda e definitiva Lei Áurea.

As homenagens que então cercaram a figura de Joaquim Nabuco, e as que ainda hoje a cercam, sempre têm procurado realçar as mais diferentes facetas da sua singular personalidade. Nelas foi lembrada a figura do abolicionista que arrebatava multidões; a do menino de engenho, verdadeiro, nas conhecidas palavras de Gilberto Freyre, "senhor moço de casa-grande nascido em sobrado fidalgo, neto de morgado dos canaviais do sul de Pernambuco", que se fez a grande voz do povo, o representante do sofrimento da gente escrava, traduzindo-a na mais pura e refinada eloquência que a arte da oratória

pode produzir. Também foi lembrado o elegante homem de sociedade, o homem do mundo, que ficou célebre pela conversação com que encantava os homens e a doçura e correção litúrgica com que sabia curvar-se dentro de sua casaca, o que lhe angariava a imediata simpatia das mulheres. Não menos festejado foi o descortínio do memorável historiador que retratou como ninguém o ambiente político do Segundo Reinado; do sociólogo que, pela primeira vez em nossas letras, vislumbrou os nefastos e perenes efeitos da escravidão em nossa sociedade e em nossa forma de ser. O homem de letras, membro fundador e Secretário Perpétuo da Academia Brasileira de Letras, já foi igualmente lembrado. Igualmente é frequente serem recordados os feitos do primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

Pouco menos recordada, mas digna de todos os encômios, foi a trajetória política de Joaquim Nabuco. Em verdade, foi nela que Joaquim Nabuco escolheu efetivamente brilhar. Pessoalmente, acreditamos que a principal característica de Joaquim Nabuco na política foi a sua inquebrantável fidelidade a seus compromissos, seus empenhos em manter o prometido, em suma, a preocupação em manter sua palavra. Tanto que, mesmo tendo dentro de si uma inegável vocação e paixão pela política, deixou-a, por se sentir profundamente comprometido com o malogrado Terceiro Reinado. Por sentir que tinha firmado, ao longo de toda a campanha abolicionista, um compromisso pessoal com a monarquia, mais especificamente, com dona Isabel, a princesa imperial, convencendo-a a se colocar ao lado da causa abolicionista. Por conseguinte, Joaquim Nabuco sentia-se vinculado com o malogrado futuro reinado de dona Isabel.

A trajetória política de Joaquim Nabuco foi curta no tempo, apenas dez anos, mas foi muito intensa. Podemos resumi-la da seguinte maneira:

Em setembro de 1878 foi eleito por Pernambuco, por apadrinhamento político. Tomou posse em janeiro de 1879 e logo assumiu o discurso abolicionista. Execrado por seus eleitores escravocratas pernambucanos, candidatou-se pelo Primeiro Distrito da Corte e perdeu a eleição em junho de 1881. Em 1884, voltou a candidatar-se por Pernambuco, pelo Primeiro Distrito, e fez vários comícios diários. Sua popularidade cresceu. Denunciou fraudes contra sua candidatura. A eleição foi anulada em dezembro. Na nova eleição, em janeiro de 1885, seu nome atingiu repercussão nacional e, eleito, seguiu para o Rio de Janeiro. Em março do mesmo ano, sua eleição

foi "depurada" pela Câmara, que não reconheceu seu mandato. Em junho de 1885, nova eleição, agora pelo Quinto Distrito de Pernambuco, em que foi outra vez eleito. Os deputados liberais abriram mão de suas candidaturas em seu benefício. Nesse mesmo ano foi promulgada a Lei dos Sexagenários. Novas eleições, em janeiro de 1886, e nova derrota. Nas eleições de agosto de 1887, foi eleito pelo Primeiro Distrito, apesar da oposição do Gabinete, assumindo a cadeira em outubro. Era o chefe inconteste dos abolicionistas e estava no auge de seu prestígio. Em 8 de maio de 1888, propôs a apreciação do projeto de abolição em regime de urgência. Tornou-se o líder informal, na Câmara, do Gabinete abolicionista conservador de João Alfredo, seu adversário em Pernambuco. Aos 13 de maio de 1888, um domingo, ocorreu a aprovação no Senado e a promulgação da Lei Áurea. Novas eleições em agosto de 1889, em que foi reeleito deputado, apesar da oposição do gabinete. Em 15 de novembro de 1889, cinco dias antes da posse da nova legislatura, a República foi proclamada e Joaquim Nabuco se retirou da vida pública.

Um período curto, mas de uma vida pública intensa e cheia de frutos, cuja acidentada trajetória somente pode ser compreendida se levarmos em consideração a fidelidade de Joaquim Nabuco a seus compromissos: a causa da emancipação dos escravos e a fidelidade à monarquia.

O sistema político eleitoral

O sistema eleitoral no período em que Joaquim Nabuco se candidatou para deputado era bem diferente do sistema atual no Brasil. No Segundo Reinado, as eleições para a Câmara dos Deputados consistiam num processo indireto em dois turnos. No primeiro, os votantes elegiam os eleitores, que no segundo turno escolhiam os representantes. Em 1881, com a Lei Saraiva, as eleições passaram a ser diretas. Eliminou-se a eleição em dois turnos, mas manteve-se a forma censitária, ainda que com valores não corrigidos. Havia a exigência de uma renda líquida anual não inferior a 400 mil réis para o registro de votantes e eleitores.

A Lei Saraiva definia a divisão das províncias em círculos distritais de um só deputado:

> Art. 17. As províncias serão divididas em tantos distritos eleitorais quantos forem os seus Deputados à Assembleia Geral, atendendo-se quanto possível à igualdade de população entre os distritos de cada província e respeitando-se a contiguidade do território e a integridade do município.[2]

O período eleitoral no Brasil Império era um acontecimento muito especial. As eleições eram sempre realizadas nas igrejas, momento solene, com liturgia cívica. Entretanto, o sistema era viciado, com mecanismos de controle rígidos por parte dos régulos locais. As eleições eram períodos igualmente marcados pela desordem e pela violência, que muitas vezes terminavam em pancadaria e morte.

Havia ainda relações clientelistas entre os cidadãos e os poderes locais, e daí decorria a falta de compromisso dos parlamentares com os eleitores. Os candidatos não se preocupavam com estes últimos, mas com o governo, e se concentravam nas boas relações para o favorecimento de suas candidaturas.

Não obstante suas deficiências, no Brasil Império as eleições foram sempre realizadas com regularidade, como a lei determinava. De quatro em quatro anos eram escolhidos deputados, vereadores e juízes de paz, e de dois em dois anos, os deputados provinciais. O imperador, consciente das falhas do sistema, sempre procurava, quando possível, tentar contrabalançar os defeitos institucionais, forçando a alternância de poder entre os partidos, o que explica o fim das rebeliões armadas que caracterizaram o período regencial.

Como já dissemos, a primeira eleição de Joaquim Nabuco somente se deu graças ao patrocínio do barão de Vila Bela, Domingos de Sousa Leão, chefe do Partido Liberal em Pernambuco e ministro dos Negócios Estrangeiros. Amigo e parente do senador Nabuco de Araújo, Vila Bela assumira com ele o compromisso de eleger o seu filho. A morte do seu pai tornou a eleição de Joaquim Nabuco uma questão de honra para Vila Bela. O próprio Nabuco recordará mais tarde:

> o fato que me lançou na política foi a morte de meu pai, em março de 1878, ano em que serei eleito pela primeira vez deputado[...] Ele morreu

[2] Lei Saraiva — Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 — art. 17, *caput.*

> em tempo ainda de assegurar a minha eleição, que tinha ficado resolvida entre ele e o barão de Vila Bela, chefe político de Pernambuco. [...] Não me deu trabalho algum essa eleição, que foi feita pelo partido, dispondo de todos os elementos oficiais.[3]

Ainda que tenha sido eleito sem maiores dificuldades, e sem grande esforço, Joaquim Nabuco não escondia suas ideias, tanto que, no único comício que teve de fazer, no Teatro de Santa Isabel, no Recife, declarou em alto e bom tom: "a grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão".[4]

Com a morte do barão de Vila Bela, em outubro de 1879, e com seu ideário abolicionista, Joaquim Nabuco acabou por se afastar de seus primeiros eleitores, todos eles escravocratas donos de engenhos de açúcar. Consciente desse afastamento, nas eleições seguintes procurou a reeleição pela Corte, não obtendo êxito.

Em 1884, Joaquim Nabuco voltou a se candidatar por Pernambuco. Devido a sua falta de patrocínio, mas consciente do fascínio que sua oratória despertava em seus interlocutores, Nabuco planejou, e levou a cabo, uma campanha eleitoral diferente, na qual venceria somente pela força de suas ideias. No final da campanha declarou:

> Vim a esta cidade em serviço da ideia abolicionista. Apresentando-me candidato. Procurei fazer da minha eleição uma campanha política de repercussão nacional. Para isso desprezei a cabala, a intriga de porta em porta, entreguei-me todo à propaganda. Na sustentação das reformas que advogava, falei mais de vinte vezes ao povo.[5]

A campanha foi cuidadosamente programada. Os comícios se sucederam por todos os cantos da cidade do Recife, sempre acompanhados de uma

---

[3] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 126.

[4] *Idem*, p. 126.

[5] NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife: Eleições de 1884.* Brasília: Senado Federal, 2005, p. 154.

grande massa. Seu porte nobre, sua fisionomia enérgica e inspirada, seu gesto eloquente e sóbrio, a voz bela e vibrante atraíam as plateias por onde passava. Estava lançada a campanha abolicionista:

> Ontem e anteontem fiz reuniões populares com o maior sucesso possível. Anteontem, uma de 4 mil pessoas no Teatro Santa Isabel, e, nessa, fiz uma conferência de uma hora. Ontem falei duas vezes: outra conferência no teatro [...] também literalmente cheio, e à tarde uma reunião ao ar livre de eleitores de uma paróquia de Afogados.[6]

Aquelas eleições de 1884 deixaram em Joaquim Nabuco marcas indeléveis:

> elas puseram-me em contato direto com a parte mais necessitada da população e em mais de uma morada de pobre tive uma lição de coisas tão pungente e tão sugestiva sobre o desinteresse dos que nada possuem, que só a lembrança do que vi terá sempre sobre mim o poder, o efeito de um exame de consciência... Eu visitava os eleitores, de casa em casa, batendo em algumas ruas a todas as portas... A pobreza de alguns desses interiores e a intensidade da religião política alimentada neles fez-me por vezes desistir de ir mais longe... Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política. Diversos desses episódios gravaram-se-me no coração.[7]

Vencida a eleição, ela foi logo anulada por fraude. Em novo turno no ano seguinte, 1885, Joaquim Nabuco venceu e seguiu para o Rio de Janeiro. Naquele tempo, não bastava vencer as eleições, o diploma tinha de ser reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes, órgão interno da Câmara dos Deputados, composto de deputados cujos diplomas já haviam sido reconhecidos previamente por outra comissão composta por outros deputados, que reconheciam a higidez e a validade

---

6 NABUCO, Joaquim. "Missiva a Rodolpho Dantas, datada aos 2 de novembro de 1884", In: *Cartas a Amigos*. Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol. XIII, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 122.

7 NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 150.

dos diplomas dos candidatos eleitos que se apresentavam para tomar assento no Parlamento.

Joaquim Nabuco não teve seu diploma reconhecido pela Câmara dos Deputados, o seu mandato foi, no jargão político de então "*degolado*":

> *consumatum est!* Foi-se o Dantas e logo depois fui eu degolado. Três meses toda a verificação de poderes esteve sujeita à tramoia principal de degolar-se o deputado do Recife.[8]

A "degola" de Nabuco causou revolta em Pernambuco. Tendo de ser refeita a eleição pelo Quinto Distrito, por falecimento do titular, todos os candidatos liberais renunciaram em seu favor. A eleição de Nabuco se tornou acontecimento nacional. Novas eleições, com estrondoso triunfo. Em 1887, já famoso, candidatou-se novamente, sem fazer campanha eleitoral na província. Foi eleito derrotando o ministro do Império, Manuel Portela, veterano político e deputado geral pelo Partido Conservador.

Na Câmara dos Senhores Deputados

> Foi um ano de atividade e de expansão único em minha vida, esse de 1879, em que fiz a minha estreia parlamentar. Posso dizer que ocupei a tribuna todos os dias, tomando parte em todos os debates, em todas as questões [...] O favor com que era acolhido, os aplausos da Câmara e das galerias, a atenção que me prestavam eram para embriagar facilmente um estreante.[9]

Assim Joaquim Nabuco relembrou o primeiro ano de sua participação política.

A vida pública foi movimentada naquela última década do Império. Durante os mandatos de Joaquim Nabuco — três entre 1878 e 1888 —,

---

[8] NABUCO, Joaquim. "Missiva ao Barão de Penedo, datada aos 17 de maio de 1885", In: *Cartas a Amigos,* Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol. XIII, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, pág. *Cartas a Amigos* pag. 136.

[9] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 127.

a Câmara foi dissolvida cinco vezes. Os gabinetes também se sucederam, tendo o país conhecido, no período, nove presidentes de Conselho.

Sempre soberbo no improviso, os apartes e interpelações de Joaquim Nabuco pareciam verdadeiros discursos. Sua eloquência se celebrizou, e era sempre recheada de conceitos e pensamentos novos. Nabuco abusava de todos os artifícios para se fazer ouvir em plenário. Eram inúmeros os apartes. Discutia cada ponto das matérias em pauta, geralmente apresentando emendas. Abundavam suas questões de ordem. Parecia ter na ponta da língua todo o regimento interno da Casa. Não se cansava de apresentar as mais variadas interpelações ao Poder Executivo, fossem elas dirigidas diretamente ao presidente do Conselho de Ministros, ou a algum dos ministros de Estado. Não se fatigava em cobrar e inquirir sobre a atuação do governo nas mais variadas questões.

Os *Anais da Câmara dos Deputados* guardam intervenções do deputado Joaquim Nabuco nos mais diversos assuntos: orçamento; reformas ministeriais; fixação dos efetivos das forças armadas; eficiência dos serviços públicos; contratação de "homens de negócios estrangeiros e brasileiros" para serviços de navegação, transporte público, saneamento e limpeza urbana, entre outros; educação; construção de um novo matadouro na capital; questão religiosa; liberdade de culto; casamento civil; reforma eleitoral; eleição direta; sufrágio universal; direitos civis dos não católicos; secas nas províncias; desvalorização da moeda; taxa de câmbio; situação dos bancos; questões internacionais; demarcação da fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Argentina; imigração chinesa etc.

Os interesses de Joaquim Nabuco antecipavam problemas no tempo, como na defesa da causa ambiental. Tratava-se de uma concessão em que o Estado entregava a vários indivíduos o privilégio exclusivo para, durante vinte anos, explorar e extrair os recursos naturais do vale do rio Xingu.

No entanto, a grande questão, à qual sempre retorna, é a emancipação dos escravos:

> quando sou pela primeira vez eleito para o Parlamento, eu tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino

> e na condição alheia, na sorte dos infelizes; aproveitar a minha vida em qualquer obra de misericórdia nacional; ajudar o meu país, prestar os ombros à minha época, para algum nobre empreendimento. [...] Tal interesse só podia ser o da emancipação, e por felicidade da minha hora, eu trazia da infância e da adolescência o interesse, a compaixão, o sentimento pelo escravo — o bulbo que devia dar a única flor da minha carreira.[10]

Nabuco apresentou três projetos importantes: um acerca da emancipação dos escravos, outro tornando o Império federalista e, por fim, um sobre a reforma do Código Penal.

Certa ocasião, Joaquim Nabuco assim sintetizou suas dificuldades com os gabinetes liberais e, de certa forma, com o seu partido como um todo: "vejo uma situação liberal, um partido liberal, homens liberais, mas não vejo ideias liberais".[11]

Em 1888, apresentou pela segunda vez seu projeto sobre federalismo e subiu à tribuna para defendê-lo. Na ocasião, travou com Prudente de Morais, futuro presidente da República, o primeiro civil, um curioso diálogo:

> Prudente de Morais: — Com certeza, isso é que é um sonho, uma utopia irrealizável, e tal é a minha convicção, que não tenho dúvida em propor ao nobre deputado uma transação honrosa para ambos. Se o nobre deputado conseguir neste regime a conversão das províncias em estados confederados com monarquia, eu deixarei de ser republicano, para ir assentar praça nas fileiras do partido do nobre deputado, que, se encontrar nas instituições atuais, especialmente na Coroa onipotente, um obstáculo invencível para a realização do seu sonho patriótico, que nesse dia o nobre deputado venha também assentar praça no Partido Republicano.
>
> Joaquim Nabuco: — O pacto está feito. Senhor Presidente, não somente as ideias de federação e monarquia não se opõem e não se excluem, como há

[10] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 125.

[11] Sessão da Câmara dos Deputados de 14 de abril de 1879, In: *Joaquim Nabuco, Série Perfis Parlamentares*, 2ª edição, Brasília: Câmara dos Deputados — Edições Câmara, 2010, p. 107.

muito futuro e segurança no Brasil para o desenvolvimento da autonomia provável sob a Monarquia do que sob a República.[12]

No dia 9 de maio de 1888, foi aprovado no plenário da Câmara o projeto de lei extinguindo a escravidão no Brasil. No dia seguinte realizou um dos seus mais memoráveis discursos sobre a Lei Áurea, sobre a legislação penal e os escravos.

Sua participação em plenário na 4ª Sessão Legislativa de 1889 seria seu último momento como deputado, pois novamente o Imperador decretaria a dissolução da Câmara, a última no Segundo Império (os trabalhos legislativos ficariam suspensos de 17 de junho a 1º de novembro de 1889). Nessa época, fundamentou o seu projeto de federação e declarou "defender a criação da federação do Império como defendeu a abolição". Fez considerações em plenário também sobre o movimento republicano e alertou o novo presidente do Conselho, visconde de Ouro Preto, para que seu ministério "não possa ser, em caso algum, o último da monarquia".

Abolicionismo no Parlamento

Não há sombra de dúvida de que a maior obra política de Joaquim Nabuco foi seu papel de grande líder abolicionista no Parlamento. Líder cuja chefia e comando eram reconhecidos por todos, inclusive pelos adversários da imediata abolição da escravidão. A demonstrar esse sentimento podemos invocar a saudação que, em 13 de maio de 1888, no átrio do Senado, o senador Paulino José Soares de Souza, filho do visconde do Uruguai, presidente do Senado e líder dos escravagistas, endereçou ao tribuno da grande causa: *Ave César*.

Se Joaquim Nabuco foi o grande tribuno da campanha abolicionista que encantou o país de 1879 a 1888, e que erradicou do Brasil a escravidão legal, a Câmara dos Deputados foi o seu palco por excelência. Foi

[12] NABUCO, Joaquim. *Série Perfis Parlamentares*, 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados — Edições Câmara, 2010, p. 510.

assim que Joaquim Nabuco apresentou a campanha abolicionista em seu livro de memórias:

> decerto pelos escravos já vinham trabalhando Luís Gama [Luís Gonzaga Pinto da Gama, 1830-1882, advogado mulato que chegou a libertar cerca de quinhentos escravos por meio de processos judiciais no foro paulistano] e outros, mesmo antes da lei de 1871 [Lei do Ventre Livre], como trabalharam todos os colaboradores dessa lei; mas o movimento abolicionista de 1879 a 1888 é um movimento que tem o seu eixo próprio, na sua formação distinta, e cujo princípio, marcha e velocidade são fáceis de verificar; [...] e esse movimento começa, fora de toda dúvida, com o pronunciamento de Jerônimo Sodré em 1879 na Câmara[...] Esse pronunciamento vem resolvido da Bahia e rebenta na Câmara como uma manga-d'água, repentinamente. Nada absolutamente o fazia suspeitar[...] Ao ato de Jerônimo Sodré filia-se cronologicamente a minha atitude de dias depois[...] Mais tarde é que entram Rebouças, Patrocínio, Gusmão Lobo, Meneses, Joaquim Serra[...] Isso não é apurar a data dos primeiros escritos abolicionistas de cada um; os meus, por exemplo, datavam da Academia[...] É reivindicar para a Câmara, para o Parlamento, a iniciativa que se lhe tem querido tirar nesta questão, dando-se ao elemento popular, republicano[...] É uma pura questão de datas; desde que se der a data certa a cada fato alegado, verificar-se-á o *autem genuit* acima. [...] foi o movimento popular talvez que mais tarde incubou o gérmen parlamentar, não o deixando morrer nas sessões seguintes, mas que o gérmen foi parlamentar, que o *liber generationis* começou em 1879, com Jerônimo Sodré, é o que se pode demonstrar com os próprios documentos.[13]

A verdade é que se deve ver a Lei Áurea como a culminação de uma evolução legislativa em que a participação do Parlamento, ainda que não suficientemente lembrada, foi essencial. As mais importantes leis que antecederam a Lei Áurea foram a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro

[13] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 139.

de 1850; a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885.

A Lei Eusébio de Queirós pôs efetivamente fim ao tráfico negreiro para o Brasil. Embora tenha havido leis similares anteriores, mormente nos anos 1830 (e cuja vigência foi a base da argumentação jurídica usada por Luiz Gama em sua vitoriosa banca de advocacia), foi na gestão de Eusébio de Queirós como ministro da Justiça que o governo brasileiro efetivamente atuou com eficácia contra o tráfico de escravos para o Brasil (as leis anteriores foram "para inglês ver"). Como Eusébio tinha sido chefe de Polícia no Rio de Janeiro, conhecia os locais onde se escondiam os africanos contrabandeados. Também tinha boas ligações pessoais com a burguesia carioca, que traficava escravos da África. Utilizando suas informações e relacionamentos, atuou com severidade na repressão ao tráfico proibido, de modo que este cessou abruptamente.

O passo seguinte foi a promulgação da Lei do Ventre Livre. O Partido Liberal havia se comprometido publicamente com a causa da emancipação dos recém-nascidos. No entanto, foi um gabinete conservador, o do visconde do Rio Branco, que promulgou a lei. Em defesa de seu projeto de lei, o visconde apresentou a escravidão como uma "instituição injuriosa", menos para os escravos e mais para o país, sobretudo para sua imagem externa.

Proposta em 27 de maio de 1871, foi objeto de discussão por vários meses. Por fim, submetido a voto, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei obteve 65 votos favoráveis e 45 contrários. Desses, trinta eram de deputados das três províncias cafeeiras: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. No Senado, foram 33 votos a favor e sete contrários. Entre os votos contrários, cinco foram de senadores das províncias cafeeiras.

Quando da promulgação da que viria a ser conhecida como Lei do Ventre Livre, mas que no primeiro momento foi denominada Lei Rio Branco, ocorreu no plenário do Senado evento singular, que muito nos deveria orgulhar, e marcante em nossa história parlamentar, mas que hoje é pouco lembrado.

Aos 28 de setembro de 1871, quando se verificou, pela votação final no Senado do Império, a aprovação do projeto de lei que viria a se converter na Lei do Ventre Livre, o presidente do Conselho de Ministros, o visconde do Rio Branco, que defendera a aprovação da lei, recebeu do povo que enchia

as galerias verdadeira chuva de flores. Das galerias, lançaram-lhe sobre a cabeça braçadas e braçadas de flores. Terminada a sessão, o representante dos Estados Unidos no Brasil, James Rudolph Partridge, desceu ao recinto para felicitar o presidente do Conselho e os senadores que haviam votado o projeto. Colhendo algumas flores, das que o povo atirara, declarou: "Vou mandar estas flores ao meu país, para mostrar como aqui se fez, deste modo, uma lei que lá custou tanto sangue!". Referia-se à então recente Guerra de Secessão dos Estados Unidos.

Na época, acreditou-se que ela seria a solução do "problema servil", como eufemisticamente as autoridades governamentais se referiam à escravidão, pois levaria à sua extinção gradual no Brasil. Em verdade, o que conseguiu foi apenas a dilatação do problema. Na época a Lei Rio Branco chegou a ser chamada de "Lei Áurea", epítome que mais tarde se transferiu para a lei firmada em 1888, passando a de 1871 a ser conhecida por "Lei do Ventre Livre".

Em 1885, o Ceará, através de uma lei provincial, declarou extinta a escravidão em seu território, recebendo então de José do Patrocínio o epítome "Terra da Luz". Sua ação foi logo seguida pelo Amazonas. A decisão do Ceará aumentou a pressão da opinião pública sobre as autoridades imperiais. Em 1885, o governo cedeu mais um pouco e promulgou a "Lei dos Sexagenários", na época também denominada "Lei Saraiva-Cotegipe", que regulava a "extinção gradual do elemento servil". Nascida de um projeto do deputado baiano Rui Barbosa, esta lei libertou todos os escravos com mais de sessenta anos.

No século XIX, poucas pessoas chegavam aos sessenta anos de idade, mormente escravos. Quando chegavam, já estavam sem condições de garantir seu sustento, ainda mais por precisarem então competir com os imigrantes europeus. Em verdade, a lei fazia sentido porque no recenseamento de 1872, que fez a primeira matrícula geral de escravos, muitos fazendeiros tinham aumentado a idade de seus escravos com o fim de burlar a Lei Eusébio de Queirós, escondendo o fato de que haviam sido contrabandeados após 1850. Em 1885, portanto, havia numerosos negros robustos e ainda jovens, em perfeitas condições de trabalho, que eram legalmente sexagenários. Foi a esses escravos que Rui Barbosa visou a libertar, contornando a burla da

lei. Os proprietários ainda tentariam anular a libertação, alegando ter sido enganados por não receberem a indenização prometida pela lei.

Campanha abolicionista

Segundo Joaquim Nabuco, quando a última fase do abolicionismo foi iniciada, em 1879, restavam no Brasil cerca de 2 milhões de escravos,[14] enquanto seus filhos de menos de oito anos, e todos os por nascer, apesar de serem juridicamente livres — ingênuos —, estavam sujeitos, até os 21 anos, a um regime praticamente igual ao cativeiro. Joaquim Nabuco declarou que "foi esse imenso bloco que atacamos em 1879, acreditando gastar a nossa vida sem chegar a entalhá-lo. No fim de dez anos não restava dele senão pó".[15]

Ao rememorar os fatos, Nabuco atribuiu o sucesso da campanha a:

> cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º a ação motora dos espíritos que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings*, da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, diminuíam diante dele as resistências, libertando em massa as suas fábricas; 4º a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; e 5º a ação dinástica.[16]

---

[14] Os números de Joaquim Nabuco parecem inflados, pois calcula-se que foi libertado pela Lei Áurea um total que não chegou a 1 milhão de escravos, para uma população de 15 milhões de almas. Na primeira matrícula de escravos, concluída em 1872, foi registrada a existência de 1,6 milhão de escravos; já na última matrícula, concluída em 30 de março de 1887, constatou-se a existência de 720 mil escravos, isso um ano antes da Lei Áurea.

[15] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 137.

[16] *Idem.*

Tendo sido o herói maior da causa abolicionista, fosse no Parlamento, fosse nas ruas, Joaquim Nabuco dividia seus créditos com vários companheiros de luta:

> dentre aqueles com quem mais intimamente lidei em 1879 e 1880 e que formavam comigo um grupo homogêneo, a nossa pequena igreja, as principais figuras eram André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra[...] A igreja fronteira era a de José do Patrocínio, Ferreira de Meneses, Vicente de Sousa, Nicolau Moreira, depois João Clapp com a Confederação Abolicionista. Se eu estivesse escrevendo nesse momento um esforço do movimento abolicionista de 1879-1888, já teria citado Jerônimo Sodré, que foi quem pronunciou o fiat, e passaria a citar os meus companheiros de Câmara Manuel Pedro, Correia Rabelo, S. de Barros Pimentel, e outros, porque o movimento começou na Câmara em 1879, e não, como se tem dito, na Gazeta da Tarde de Ferreira de Menezes, que é de 1880, nem na Gazeta de Notícias, onde então José do Patrocínio, escrevendo "Semana Política", não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão.[17]

Dos membros de "sua igreja", Joaquim Nabuco diria:

> de todos, aquele com quem mais intimamente vivi, com quem estabeleci uma verdadeira comunhão de sentimentos, foi André Rebouças[...] Nossa amizade foi por muito tempo a fusão de duas vidas em um só pensamento: a emancipação. Rebouças encarnou, como nenhum outro de nós, o espírito antiescravagista: o espírito inteiro, sistemático, absoluto, sacrificando tudo, sem exceção, que lhe fosse contrário ou suspeito.[18]

É bem verdade que André Rebouças não tinha o *physique du rôle* exigido para ser o tribuno da grande causa, era tímido e inseguro, mas o engenheiro mulato, professor diligente e querido da Escola Politécnica, filho do depu-

---

[17] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 138.

[18] *Idem*, p. 140.

tado e líder liberal Antônio Pereira Rebouças, seria o grande articulador da causa. O homem dos bastidores.

A associação de André Rebouças com Joaquim Nabuco formou a grande dupla da causa emancipadora. Um, com ares aristocráticos, sabendo falar, vestir-se, agradar, seria a face pública da dupla; o outro, lutador, hábil tecedor de contatos na elite política, na Corte, na imprensa independente, versado em economia e em detalhes técnicos, daria o substrato, o estofo, para o debate. Juntos, maximizariam seus talentos numa associação de propaganda junto à opinião pública e pressão sobre o Parlamento.

Ainda que fossem duas "as igrejas abolicionistas", Nabuco reconhecia que a causa os unia, pois "os dois grupos de que falei, encontravam-se, trabalhavam juntos, misturavam-se". No entanto, "a linha divisória era sensível: um representava a ação política, o outro a revolucionária, ainda que um refletisse por vezes a influência do outro".[19]

Joaquim Nabuco sempre insistiu em afirmar que o gérmen abolicionista, adormecido por quase dez anos após a Lei do Ventre Livre, despertou em virtude do corajoso discurso de Jerônimo Sodré, pronunciado na Câmara dos Deputados em 1879. Ainda que o gérmen fosse parlamentar, não há como negar que o abolicionismo vingou por ser um reclame efetivo de toda a sociedade brasileira na última quadra do século XIX. O próprio Joaquim Nabuco reconheceu e proclamou essa realidade:

> a questão de iniciativa aliás tem um interesse todo secundário, sobretudo quando a ideia está no ar e o espírito do tempo a agita por toda a parte. [...] Tudo na abolição prende-se e não se pode escrever-lhe a história suprimindo qualquer dos seus elos [...] Assim, morre Ferreira de Meneses, mas Patrocínio toma a Gazeta da Tarde; a minoria abolicionista de 1879 não é reeleita, surge a Confederação Abolicionista; quando o Ceará conclui a sua obra, o Amazonas começa a dele; demitido um presidente de província [Teodureto Souto], é nomeado um presidente de Conselho [Dantas]; organizada a ação da polícia, aparece a agitação no Exército; às sevícias da Paraíba do Sul e de Cantagalo, sucede o combate do Cubatão; morto José Bonifácio [o Moço],

[19] *Ibidem.*

> toma o seu lugar, em São Paulo, Antônio Prado; repelido pela Câmara José Mariano, o Recife derrota o ministro do Império; vacilando o Partido Liberal, move-se o Partido Conservador; parte o imperador, fica a princesa [...] Ninguém afinal sabe quem fez mais pela abolição; se a propaganda, se a resistência; se os que queriam tudo, se os que não queriam nada [20].

Sempre segundo a óptica de Nabuco, o movimento abolicionista teve duas fases bem acentuadas:

> a primeira, de 1879 a 1884, em que os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos, e a segunda, de 1884 a 1888, em que viram sua causa adotada sucessivamente pelos dois grandes partidos do país. Em 1884 deu-se a conversão do Partido Liberal e em 1888 a do Partido Conservador.[21]

Joaquim Nabuco ainda prestou preito aos nomes de Joaquim Serra e Gusmão Lobo, da sua "igreja", e a José do Patrocínio, o líder revolucionário da "igreja" vizinha. Outrossim, reconheceu que:

> sem o espírito governamental de homens como Dantas [o primeiro que colocou ao serviço do abolicionismo um dos partidos constitucionais, o Liberal], Antônio Prado [que retirou o veto de São Paulo à abolição, quebrando assim a resistência até então compacta do Sul, a porção mais rica do país] e João Alfredo [que levou o Partido Conservador a apresentar a lei da extinção imediata, ato que foi de uma audácia inaudita], não se teria chegado pacificamente ao fim, nem tão cedo, sem o espírito humanitário, estreme de ódios e tendências políticas, a abolição teria degenerado em uma guerra de raças ou em um encontro de facções.[22]

---

20 *Ibidem*, p. 139.
21 *Ibidem*, p. 140.
22 *Ibidem,* p. 144.

Fim da carreira política

Joaquim Nabuco, no último capítulo de sua autobiografia, publicada em 1900, deixa antever todo o desânimo e a sensação de derrota que invadiu seu espírito nos dez anos seguintes à Proclamação da República:

> a queda do Império pusera fim à minha carreira[...] A causa monárquica devia ser o meu último contato com a política[...]. De 1889 a 1890, estou todo sob a impressão do 15 de Novembro seguindo-se ao 13 de Maio; escrevo então os meus solilóquios em uma Tebaida onde podia andar centenas de milhas sem deparar com o refúgio de outro praticante[...]. Em 1891, minha maior impressão é a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da fé [...] De 1893 a 1895, sofro o abalo da Revolta [da Armada], da morte de Saldanha [da Gama, contra-almirante que comandou a Revolta da Armada contra o governo do general Floriano Peixoto], de que saem meus dois livros *Balmaceda* e a *Intervenção* [*estrangeira durante a Revolta — História diplomática*] Desde 1893, porém, o assunto que devia ser a grande devoção literária da minha vida, a *Vida* de meu pai, tinha-se já apossado de mim e devia seguidamente durante seis anos ocupar-me até absorver-me[...] O meu espírito adquirira em tudo a aspiração da forma e do repouso definitivo.[23]

Em uma República construída unicamente graças à adesão de tantos e tantos viscondes, barões e conselheiros, por que Joaquim Nabuco, o grande reformador da sociedade, o arauto do povo miúdo, não pode encontrar um lugar ao sol?

Em realidade, Nabuco não foi excluído da arena política, excluiu-se. Fora eleito deputado por Pernambuco nas últimas eleições do Império, cuja posse, prevista para o dia 20 de novembro de 1889, nunca ocorreu.

A República foi acompanhada de várias inovações jurídicas, econômicas e sociais, e todas foram desancadas. O clero pregou um movimento

[23] *Ibidem*, p. 172.

de desobediência ao casamento civil. A justiça federal foi profundamente criticada pelos juristas do Império. Os positivistas reclamaram da naturalização em massa. Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, foi acusado de ceder território brasileiro à Argentina. Benjamin Constant, ministro da Guerra, de desrespeitar a fila de promoções e privilegiar o Exército em detrimento da Marinha. Rui Barbosa, ministro da Fazenda, e Deodoro, chefe do governo provisório, tornaram-se suspeitos de corrupção, e todos os membros do governo, de nepotismo.

A formação aristocrática na casa paterna incutiu em Joaquim Nabuco a honra, a altivez, as boas maneiras, a devoção à autoridade e a fidelidade ao sangue. A expansão de afetos, que tanto cativava seus interlocutores, e a submissão à hierarquia divina vieram-lhe da madrinha. Essa forma de ser logo o incompatibilizou com a feição que a nova ordem ia imprimindo ao Brasil. A sociedade tornou-se republicana, militarizada e aburguesada. Nabuco logo viu no novo regime a junção do primado da força com o culto ao dinheiro, o que o horrorizava.

Quando, por fim, no ano seguinte, a República marcou novas eleições, Joaquim Nabuco foi sondado por seus distritos eleitorais, mas declinou o convite. Ainda assim, seus distritos eleitorais lançaram sua candidatura. Numa "Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré", em março de 1890, recusou-se novamente, por incompatibilidade política e moral com a República e fé na restauração, *in verbis*:

> a monarquia está morta, dir-me-ão, não podeis ser um sebastianista. » [...] **Morta**! Não vos fieis só n'isso. Nós vivemos n'um século que Renan chamou **o século da ressurreição dos mortos**. (...) Eu porém não tenho que indagar se a monarquia está ou não para sempre enterrada sob este singelo epitáfio: **7 de Setembro de 1822 — 13 de Maio de 1888**. Isto não é comigo. (Grifos de Joaquim Nabuco)[24]

[24] NABUCO, Joaquim. *Resposta às Mensagens do Recife e Nazareth*, Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, p. 24; "Resposta às Mensagens do Recife e de Nazaré" In: *Escritos e Discursos Literários*. Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol. IX, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 67.

Em 1890, partiu em exílio voluntário para Londres. Voltando ao Brasil no ano seguinte.

Joaquim Nabuco e a Monarquia

Talvez o maior enigma político de Joaquim Nabuco tenha sido sua fidelidade ao trono. Herói popular da abolição, tribuno que arrastava multidões e cuja imagem era reproduzida em rótulos de cervejas e de cigarros, o estadista que rompia com hediondos privilégios hereditários em prol do ideal maior de justiça e liberdade largou a vida política em seu apogeu. E o pior é que tudo abandonou por fidelidade a um privilégio hereditário de terceiros. Se assim agia, Joaquim Nabuco simplesmente se mantinha fiel a si mesmo e a suas crenças pessoais, que nada tinham de fetichismo a uma liturgia monárquica, ou porque se sentia membro de uma aristocracia que só teria a perder com a mudança do regime.

O próprio Joaquim Nabuco, em sua autobiografia, nos apresenta a origem de suas ideias:

> as minhas ideias, porém, flutuavam, no meio das atrações diferentes desse período, entre a Monarquia e a República, sem preferência republicana, talvez somente por causa do fundo hereditário. [...] O que me decidiu foi a Constituição Inglesa de Bagehot. Devo a esse pequeno volume que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável.[25] [...] A Constituição inglesa de Bagehot é o livro de um pensador político, não de um historiador, nem de um jurista. [...] O que tem é a compreensão, a adivinhação do maquinismo que vê funcionar [o governo inglês].[26] [...] As ideias que devo a Bagehot são poucas, mas são todas elas, por assim dizer, chaves de sistemas e concepções políticas, de verdadeiros estados do espírito moderno. Foi ele, por exemplo, quem me deu a ideia do que ele chamou "governo de gabinete", como sendo a alma

[25] NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 [1900], p. 29.
[26] *Idem*, p. 25.

da moderna Constituição inglesa. [...] Essa é a primeira ideia, ou grupo de ideias, que devi a Bagehot: o governo de gabinete, o gabinete comissão da Câmara, o gabinete saído da Câmara, tendo o direito de dissolver a Câmara, "dissolução ministerial" (não a Coroa só, nem a Coroa com um gabinete contrário à Câmara): tudo, em suma, que depois daquele pequeno livro se tornou lugar comum, mas que ele foi o primeiro a revelar, a fixar.[27] [...] Sua ideia é que os dois poderes, o executivo e o legislativo, se unem por um laço que é o gabinete e que, de fato, assim só há um poder, que é a Câmara dos Comuns, de que o gabinete é a principal comissão. "O sistema inglês" — diz ele — "não consiste na absorção do poder executivo pelo legislativo; consiste na fusão deles." O rival desse sistema é o que ele chamou sistema presidencial. Essas designações são hoje [1900] usadas por todos, mas são todas dele. A qualidade distintiva do governo presidencial é a independência mútua do legislativo e do executivo, ao passo que a fusão e a combinação desses poderes serve de princípio ao governo de gabinete.[28] [...] Devo outras ideias a Bagehot. Antes de o ler, eu tinha o preconceito democrático contra a hereditariedade, o princípio dinástico e a influência aristocrática. Foi esse democrata que me fez compreender como o que ele chamou as partes imponentes da Constituição inglesa, "as que produzem e conservam o respeito das populações", são tão importantes como as eficientes, "as que dão à obra o movimento e a direção". [...] **A vantagem incalculável [o grifo é de Joaquim Nabuco] das instituições imponentes em um país livre é que elas impedem a catástrofe. Se a Nomeação dos governantes se faz sem abalo, é graças à existência aparente de um governo não sujeito à eleição.** As classes pobres e ignorantes imaginam ser governadas por uma rainha hereditária e que governa pela graça de Deus, quando na realidade são governadas por um gabinete e um parlamento composto de homens escolhidos por elas mesmas e que saem das suas fileiras. [29] [...] A ideia **principal** [Grifo de Joaquim Nabuco] que recebi de Bagehot foi essa

27 *Ibidem*, p. 33.
28 *Ibidem.*
29 *Ibidem*, p. 35 e 36.

> da superioridade prática do governo de gabinete inglês sobre o sistema presidencial americano. [30]

Ou seja, Joaquim Nabuco, ainda estudante, depois de arroubos revolucionários republicanos, convenceu-se intimamente das vantagens de um governo de gabinete, e que o governo de gabinete somente funcionaria bem se estivesse acompanhado de suas "partes imponentes" — a Coroa e todo o seu aparato cerimonial. Foi em fidelidade a esses princípios que Joaquim Nabuco não pôde acompanhar sua geração, recusando-se a franquear os limites da monarquia no Brasil.

Por fim, não seria demais lembrarmos a resposta pública que endereçou aos generosos eleitores pernambucanos dos distritos do Recife e de Nazaré que, já sob o novel regime republicano, lembraram-se de Joaquim Nabuco para representá-los na Câmara dos Deputados. Nela a própria personagem justifica suas crenças políticas e, por conseguinte, sua incompatibilidade com o novo regime e sua fidelidade e seus compromissos políticos. Como temos feito ao longo deste artigo, passemos-lhe a palavra, transcrevendo alguns de seus primeiros parágrafos:

> aos dois compromissos de minha carreira pública — a emancipação do povo e a emancipação das províncias — guardo a fidelidade das obrigações morais espontâneas. Sou entretanto forçado a pedir-vos que me dispenseis de associar-me à fundação da República, porque me considero para isso política e moralmente impróprio. [...] Politicamente, porque tudo que eu disse na Câmara, perante vós, no país, e, ainda o ano passado no rio da Prata, em preferência da Monarquia, como a fiadora idônea da autonomia das províncias e a continuadora natural da obra de 13 de Maio, foi-me ditado pela mais profunda e desassombrada convicção que um espírito sincero possa formar sobre os problemas vitais do seu país. Moralmente, pela humilde parte que tive no movimento abolicionista, na semana histórica de maio, e na sustentação da Monarquia duas vezes libertadora, depois do seu segundo *alea jacta est*, ainda mais nobre e mais generoso do que o do Ipiranga. [...] A minha adesão

[30] *Ibidem*, p. 36.

à monarquia teve quatro fortes razões, em fases históricas sucessivas. Antes do movimento abolicionista eu era monarquista como liberal, por acreditar que a monarquia parlamentar com o seu sistema de partidos, que mutuamente se fiscalizam e se limitam, e de responsabilidade ministerial perante as Câmaras, permitindo a ação imediata e livre de prazos da opinião no governo, era para nós um sistema de garantias públicas e individuais superior à república presidencial, governo de um só homem, ou de um só partido, o que é talvez pior, nos povos de caráter ainda inconsistente e entre os quais a independência pessoal é uma rara exceção. [...] Desde a campanha da Abolição em 1879, fui monarquista principalmente como abolicionista, pela razão, negativa, que a liberdade pessoal do homem deve preceder à escolha da forma de governo, e pela razão positiva da abstenção sistemática do partido republicano, — precipitado político das duas leis de 1871 e 1888, — que se desinteressou da Abolição declarando-a um problema exclusivamente monárquico. [...] Ao levantar a bandeira da Federação em 1885 tive para sustentar a Monarquia a razão de que sem ela, sem um eixo nacional fixo e permanente sobre o qual girasse o sistema federal desimpedido, ver-se-ia no Brasil o perpétuo conflito que se deu em toda a América entre o unitarismo e o federalismo e do qual resultou a destruição d'este último, exceto na União Americana, que pôde sobreviver à maior guerra civil da história causada por aquela luta de forças. Nesse período a monarquia era para mim a conciliação da unidade com a autonomia. [...] A quarta fase da minha adesão monárquica data de 13 de maio. A atitude da Monarquia nesse dia criou entre ela e a parte do abolicionismo a que eu pertencia um foco de solidariedade que no futuro, com o desenvolvimento da consciência moral no país, se compreenderá melhor do que hoje. "É um crime toda obra feita em proveito de ingratos", li em um escritor cristão. Eu não tinha tanta certeza disso, mas tinha de que era um crime nacional a ingratidão, e seria ingratidão, um ano depois da lei de 13 de maio, derribar a monarquia com o apoio da propriedade injustamente ressentida. A regente, ao assinar aquela lei, podia dizer, lembrando-se das palavras do almirante holandês ao afundar no seu navio: "a Abolição é o único túmulo digno da Monarquia brasileira". Mas as nações que aceitam sacrifícios desses vibram o mais profundo de todos os golpes no seu próprio cerne moral. Propagava-se a República fazendo os libertos dar **morras** à princesa

no quadrado das senzalas que lhes serviram de prisão, no mesmo ano em que ela os libertou. Era isto cultivar o senso moral da raça negra? E que sorte seria a do Brasil quando as raças saídas do cativeiro sentissem que a sua liberdade estava manchada de ingratidão?[31]

Referências bibliográficas

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *Joaquim Nabuco: O Valor da Palavra Empenhada*, São Paulo/ Brasília: Fundação Armando Álvares Penteado/ Câmara dos Deputados, 2010

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

NABUCO, Joaquim. Série Perfis Parlamentares, 2ª edição, Brasília: Câmara dos Deputados — Edições Câmara, 2010

NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife: Eleições de 1884.* Brasília: Senado Federal, 2005.

NABUCO, Joaquim. *Cartas a Amigos.* In: Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol. XIII, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Escritos e Discursos Literários.* In: Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol. IX, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Resposta às Mensagens do Recife e Nazareth.* Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo/Brasília: Livraria Martins/ Instituto Nacional do Livro, 1973.

VIANA FILHO, Luiz. *Três estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Notas de Eduardo Portella *et alii*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/ Instituto Nacional do Livro, 1981.

[31] NABUCO, Joaquim. *Resposta às Mensagens do Recife e Nazareth.* Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, p. 3 a 6.

O Império brasileiro na obra de Oliveira Lima

Teresa Malatian[1]

Em seu livro autobiográfico Manuel de Oliveira Lima deixou registrado o que lhe pareceu conveniente num esforço de rememoração. Escritas em torno de 1923-1925 em Washington, quando aposentado do serviço diplomático e distante geograficamente dos embates políticos em que se envolvera no Brasil, suas *Memórias* constituem o mais importante registro de sua vida pública e privada. A publicação da obra ocorreu em 1937, na coleção *Documentos Brasileiros* dirigida por Gilberto Freyre, e foi de grande relevo para a compreensão da visão de mundo e da identidade pernambucana do seu autor.

Provavelmente com a orientação de Gilberto Freyre, que lhe escreveu o prefácio, a publicação incluiu alguns documentos importantes para o esclarecimento de certas passagens de sua vida, parte de seu testamento e o opúsculo *O meu caso*[2], entre outros escritos. A obra foi reeditada em *fac-símile* em 1986, pelo governo de Pernambuco, com prefácio do historiador Fernando da Cruz Gouvêa.

Escritas em linguagem irônica, por vezes cifrada, a exigir algumas chaves e códigos para sua compreensão, as *Memórias* traçam um autorretrato sugestivo, ou seja, a imagem que Oliveira Lima construiu de si mesmo e desejou fixar:

> nasci no Recife a 25 de dezembro de 1867. Disse Salvador de Mendonça no discurso com que me recebeu na Academia Brasileira — discurso bem pouco

[1] Docente aposentada da UNESP e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História dessa universidade, FCHS, campus de Franca.

[2] LIMA, M. de O. *O meu caso*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1913.

> brasileiro pela primorosa sobriedade — que repicavam festivos os sinos pela data do nascimento de Cristo e antecipavam as vitórias do Paraguai. Nem por isso saí festeiro ou guerreiro. Nunca possuí uma arma a não ser uma faca de ponta de Pesqueira com cabo de osso e prata, de que me fizeram presente com o título de cidadão de Pernambuco. Verdade é que a pena saiu acerada e, como escreve um autor alemão, uma espada deve ser prezada pelo rei só pelo seu gume e não pelo bom ou mau uso que se tiver feito dela. Da minha pena posso contudo dizer, sem mentira, que esteve sempre ao serviço de boas causas, que nunca se alugou, foi invariavelmente desinteressada quanto sincera e, se porventura cometeu erros de apreciação porque é próprio do juízo humano falhar, bem os resgatou com as contrariedades que me trouxeram o culto da verdade e o desejo veemente da paz universal. Não me envergonho de ser pacifista à *tout prix* e de aspirar — nisto se cifra todo o meu lirismo — à dignidade de cidadão do mundo. Não tenho preconceitos, quer de raça, quer de religião, e sob este aspecto sou bem nacional sem ser nacionalista.[3]

O estudo dessa autobiografia remete a outros textos memorialísticos referentes à História de Pernambuco, como as *Memórias de um senhor de engenho*, de Júlio Belo, *As Memórias de um Cavalcanti*, de Félix Cavalcanti de Albuquerque e *Um senhor de engenho pernambucano*, de Aníbal Fernandes.[4] Sobretudo nas *Memórias de um Cavalcanti* evidencia-se o paradigma de uma visão de mundo baseada em valores aristocráticos de laços de bens e de sangue, apontados em seu prefácio por Gilberto Freyre.

Muitos foram os laços construídos por Oliveira Lima com Pernambuco, desde seu nascimento no Recife, em 25 de dezembro de 1867, filho de Luís de Oliveira Lima, comerciante português radicado nesta cidade, e

---

[3] LIMA, M. de O. *Memórias*. Recife: Sec. Turismo, Cultura e Esportes, 1986. p. 5.

[4] BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. (Pref. de Gilberto Freyre e José Lins do Rego); FREYRE, G. *O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. (Pref. de Diogo de Melo Meneses e comentário de Gilberto Freyre); FERNANDES, A. "Um senhor de engenho pernambucano". *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1959. Para este tema é interessante também a obra de FREYRE, G. et al. *Estácio Coimbra:* homem representativo de seu meio e do seu tempo. Recife, MEC/ IJNPS, 1973.

unido pelo matrimônio a Maria Benedita de Miranda, inserida no mundo dos engenhos. Ao atingir a idade de seis anos, sua família mudou-se para Lisboa, onde o jovem Manuel realizou os estudos primários e prosseguiu sua formação até o ensino superior. Somente retornaria a Pernambuco ao ingressar no serviço diplomático, quando conheceu aquela que viria a ser sua esposa, Flora Cavalcanti de Albuquerque, prima da esposa de Luís, seu irmão mais velho, que residia no Recife. Foi com evidente satisfação que Oliveira Lima referiu-se em seu livro autobiográfico à família de sua esposa e especialmente ao seu engenho, situado no massapê canavieiro.

A aliança matrimonial solidificou os laços do jovem escritor com sua terra natal e conferiu prestígio inconteste à sua pessoa, construindo vínculos sólidos já demonstrados com a publicação de artigos na imprensa pernambucana. Seus artigos foram acolhidos pelo *Jornal do Recife* e pelo *Diario de Pernambuco* e com eles abriu as portas para tornar-se sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). Sua primeira obra em formato de livro teve como tema a terra natal, que abordou nas páginas de *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, publicada em 1895. Na sequência, outras portas lhe seriam abertas: as do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), também como sócio correspondente, e da Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual foi um dos fundadores. Com essa obra, iniciou seu percurso de historiador, aos vinte e sete anos de idade, passando a dedicar-se a temas brasileiros, entre eles a História de Pernambuco e sobretudo o período do Império, cuja presença constante em sua obra marcou sua trajetória historiográfica, bastante ampla e diversificada, difundida em livros e artigos publicados em periódicos acadêmicos e jornais.

A inserção no serviço diplomático, em diversos postos, o levou a Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo. Atuou desde o modesto cargo de segundo secretário de legação até ministro plenipotenciário, e a partir dessa trajetória, outra vertente de sua obra delineou-se, voltada para a História e a política internacional. Entre os diversos títulos que publicou, destacam-se a abordagem do panamericanismo e de sua influência no continente americano.

Seus vínculos com Pernambuco foram mantidos por meio de escritos e colaboração em jornais, tais como as anotações feitas à obra História *da*

Revolução de Pernambuco de 1817, de autoria de Muniz Tavares, republicada por ocasião do centenário do evento[5]. Seu contato com a terra pernambucana foi no entanto esporádico, exceto durante o período da Primeira Guerra Mundial, quando esteve impedido de ingressar na Inglaterra, onde se fixara após a aposentadoria do serviço diplomático ocorrida em 1913. Seus posicionamentos políticos polêmicos, em que pese afirmar-se pacifista, levaram-no a estabelecer-se no Estado natal, à espera do final da guerra. Após esse período pernambucano, em Parnamirim, acabou por fixar residência em Washington, nos Estados Unidos, para onde transportou sua valiosa biblioteca.

Neste artigo pretende-se abordar o historiador do Império, em duas obras principais: *Dom João VI no Brasil* (1908) e *O Império brasileiro* (1927), aqui retomadas como momentos inicial e final dessa historiografia. Sua concepção de História enquanto ciência e arte, bem como aspectos teóricos e metodológicos constituem o eixo da análise. Por esta razão, foram selecionadas entre as demais que o historiador-diplomata publicou sobre o tema.

Na segunda edição de *Dom João VI no Brasil*, em 1945, o prefácio de Otávio Tarquínio de Souza abordou a atualidade da obra. Sua indagação dirigiu-se para a validade dos pressupostos desenvolvidos na análise sobre a transferência da Corte portuguesa para a América e a alteração do estatuto político do Brasil, que se tornou Reino Unido, num prenúncio do que seria sua emancipação e a consequente fundação do Império brasileiro.

Pode-se afirmar que a obra provoca ainda hoje uma reflexão sobre o destino da casa de Bragança no Brasil, uma vez que, de 1808 a 1889, esteve no poder durante 81 anos, e se considerado apenas o Império, a soma do Primeiro e do Segundo Reinados perfazem escassos 67 anos. A indagação se justifica, embora como digressão e mote para futuras reflexões, pois ao monarca português que aqui chegou com sua corte no contexto da invasão francesa ao território português orquestrada pelo expansionismo napoleônico, Oliveira Lima atribuiu o mérito de ter sido o fundador da nacionalidade brasileira e, à monarquia, a responsabilidade pela manutenção do território brasileiro após a ruptura política com a metrópole.

---

[5] TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 3. ed. Recife: IAHGP, 1917.

Em sua terceira edição, de 1996, o livro contou com o prefácio de Wilson Martins, que retomou a questão da atualidade da obra para lembrar que "o destino dos livros depende da compreensão de quem os lê" e vinculou a interpretação de Oliveira Lima à historiografia de diretriz psicológica e mesmo autobiográfica, dado o paralelismo de personalidades entre o biógrafo e o biografado, que motivaria identificações projetivas do escritor e de sua consagrada atuação quixotesca na vida pública.

Sucessivas reedições da obra, inclusive em Portugal, testemunham a recepção favorável à interpretação de Oliveira Lima, reabilitadora do papel do monarca português no longo processo da Independência mas também de seu próprio autor, controverso e polemista.

Mais recentemente, o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello em artigo publicado no suplemento *Leia Livros*, do jornal *Folha de São Paulo*, reconheceu na interpretação oliveiralimista uma inspiração saquarema, portadora da ideologia do Partido Conservador que desde o Segundo Reinado atribuiu ao período joanino o lançamento dos alicerces da ordem monárquica com a criação do grande Império luso-brasileiro. A idealização saquarema do período joanino — partilhada pelo historiador-diplomata — não teria outra intenção que justificar a emancipação política como a história da construção de um Estado centralista e a mudança da Corte nada mais teria sido que a transferência da capital, sem que se alterassem as estruturas políticas da monarquia bragantina, dado o temor da repetição do movimento revolucionário que na França derrubara a monarquia. Teria prevalecido no Novo Mundo o aparato estatal extremamente conservador, refratário a reforma ou adaptação, gerando atritos que resultaram na separação entre os dois reinos unidos[6]. Seria essa a pedra fundamental do sucesso do processo de Independência do Brasil, tendo a centralização monárquica desempenhado papel decisivo para a preservação do território nacional. Nessa interpretação os benefícios da colonização lusitana são exaltados, colocados em contraste com o sucedido na América hispânica,

[6] MELLO, Evaldo Cabral de. O império frustrado. *Leia Livros*, suplemento da *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15/4/2001, p. 16-18.

onde a ausência da figura centralizadora do rei resultou na fragmentação do extenso território colonial em repúblicas independentes.

A interpretação motiva historiadores da atualidade a revisitar a obra para compreender alguns pontos da análise, escrita e publicada no bojo das comemorações do centenário do evento celebrado como o marco inicial do processo da Independência. Para tanto, faz-se necessário lembrar a formação do seu autor, um dos poucos historiadores não autodidatas de sua época, que recebeu formação específica do ofício em Lisboa. Nesta cidade, frequentou o Curso Superior de Letras, que definiu sua concepção de História, a qual foi marcada pelo positivismo divulgado por Teófilo Braga, bem como pelas obras de historiadores e literatos portugueses, Oliveira Martins, Garrett, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. A chamada Geração de 70 de Portugal tendeu a atuar imbuída pela missão de crítica política e social contra a estagnação e a tradição católica, exercendo importante papel no contexto de crise da monarquia portuguesa. Oliveira Lima partilhou tais inquietações e foi também sensibilizado pelas questões da nacionalidade e da identidade nacional.

Essa formação direcionou-o para a crítica literária, jornalismo, escrita de relatos de viagens, análise política e historiografia, atividades por ele desenvolvidas ao longo de sua intensa produção intelectual. Para o âmbito do presente artigo, é importante destacar que a simples menção do elenco de suas obras históricas principais evidencia seu projeto historiográfico, vinculado à sua inserção na diplomacia, ou seja, a construção de uma ampla história diplomática do Brasil, para a qual escreveu *O descobrimento do Brasil, suas primeiras explorações e negociações diplomáticas a que deu origem* (1900); *História diplomática do Brasil: o reconhecimento do Império* (1901); *Dom João VI no Brasil* (1908); *O movimento da Independência* (1922); *Dom Pedro e Dom Miguel* (1925); *O Império Brasileiro* (1927) e *Dom Miguel no trono* (1933, póstuma). Muitos desses títulos foram escritos durante sua residência no exterior, motivada majoritariamente por vicissitudes da profissão. Nelas aflora uma história diplomática, na concepção tradicional daquela área que posteriormente seria identificada como História das Relações Internacionais, e centrada na análise da formação do Império brasileiro.

O discurso proferido por Oliveira Lima na Academia Brasileira de Letras, durante a solenidade de sua posse em 1903, contém a primeira sistema-

tização de seu conceito de História e do ofício de historiador. Ao fazer o elogio de Varnhagen, que considerava o "mais notável" historiador brasileiro, apresentou sua concepção de História como ciência e arte[7]. Ressaltou a base documental da escrita da História, que motiva a faina incansável do historiador em busca de documentos inéditos para conhecimento e comprovação dos fatos, pois em tal perspectiva o discurso autorizado pelas fontes documentais permite o estabelecimento progressivo da verdade. Nada melhor do que a "serena e despreocupada observação das hipóteses" para alcançar resultado fidedigno.

Distanciou-se portanto da história filosófica dos séculos XVIII e XIX para revelar-se afinado com os procedimentos da historiografia conhecida como metódica. Nada o desviava da admiração pelo "bom senso germânico", resultado da formação pautada também pela leitura dos historiadores alemães, destacadamente Ranke e Mommsen. Insistiu na necessidade do rigor do método entendido como heurística e hermenêutica, a ser depurado na narrativa.

A dupla formação, em Literatura e História, alertava-o para o lugar fundamental do estilo no discurso histórico, exigindo do historiador correção, clareza, propriedade vocabular e disposição dos argumentos para assegurar categorias próprias da obra ficcional, isto é, coerência, verossimilhança, cadência, sugestão, sonoridade. Para que esse padrão fosse alcançado, a intuição seria a qualidade cognitiva necessária ao historiador para o estabelecimento de relações causais e influências. Em suas próprias palavras, o principal pressuposto desse método consistiria em ter "o faro, a intuição que precede a corroboração, e que é mais do que a plenitude, é a pedra de toque do talento do historiógrafo"[8].

Em suma, entendia que o historiador deveria ser um artista, usar das "galas do estilo", abandonar o discurso árido, pesado e indigesto, ainda que correto. Para isso, seria válido lançar mão da ironia, do sarcasmo, da

---

7 LIMA, M. de O. *Francisco Adolfo de Varnhagen Visconde de Porto Seguro, patrono da cadeira do sr. Oliveira Lima, lido por este Acadêmico*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1903 (opúsculo).

8 *Idem.*

zombaria e da galhofa, tudo em nome do relato artístico que escapasse à sensaboria. Fluência, elegância, brilho da narração seriam necessários, evitando-se porém sucumbir ao peso do excesso de atavios, que comprometem a agilidade da linguagem e emperram a expressão. O historiador poderia ainda com proveito, afirmava, espelhar-se nos românticos como Heine, Renan, Michelet e Chateaubriand com o propósito de aprimorar o estilo.

No que se refere aos temas abordados, Oliveira Lima desviou-se das histórias gerais do Brasil, cultivadas por Southey, Varnhagen e João Ribeiro, para dedicar-se a estudos de menor amplitude temporal, com recortes regionais, nacionais ou monográficos de cunho biográfico. Merece destaque sua opção pela presença do indivíduo na história, que trazia embutido o pressuposto de que os grupos sociais se fazem representar pelos heróis a serem trabalhados como personagens-sujeito, sínteses de determinadas forças atuantes num dado momento histórico, para moldar os símbolos necessários à compreensão e memorização do passado. A abordagem dos heróis inspirou-se em Oliveira Martins e seu método de retrato, o qual associou a ação do acaso à abordagem psicológica para apresentar a trama da história como um teatro de grandes individualidades.

As *Memórias* acima mencionadas apresentam as mais interessantes informações acerca de sua concepção de História. Em outro texto, datado de 1904, sobre Robert Southey — que considerava o maior historiador sobre o Brasil, apesar de estrangeiro, precursor de Varnhagen mas não suplantado por este — apontou os talentos necessários ao ofício de historiador: "graça, *humour*, fantasia, originalidade de pensamentos". Em 1909, outros textos seriam portadores dessa concepção, um deles sobre Teófilo Braga[9] onde ajustou contas com a formação positivista ministrada pelo mestre, na ocasião rejeitada como incômoda, por implicar regras e fórmulas **acusadas** de enclausurarem o historiador, ao preconizarem a "explicação racional de tudo, uma sistematização completa do mundo".

Ao percorrer a *vol d'oiseau* a produção da historiografia brasileira apontava suas deficiências: excesso de história militar, guerras, política e "sucessos". Para

[9] LIMA. M. de O." Teófilo Braga". In: *Obra seleta.* (Org. Barbosa Lima Sobrinho) Rio de Janeiro: MEC-INL, 1971, p. 232-234.

contornar essa limitação, apontou temas a serem descobertos e portanto inovadores: história econômica e social, das instituições, relações de dependência entre os três poderes, das "classes da população entre si", incluindo índios e africanos escravizados. Antes mesmo que ocorresse a chamada "revolução dos *Annales*", utilizou comparativamente fontes de diversa natureza. Se privilegiou a correspondência diplomática, obtida nas chancelarias, foi além das fontes oficiais, ao basear-se também em correspondência privada e outros testemunhos de época (livros de viajantes, memórias), para obter uma visão ampliada do objeto. A vida privada constitui uma das dimensões que abordou, ao se ocupar dos bastidores da vida dos personagens-chave (amores, enredos familiares, idiossincrasias, traços psicológicos). Dessa concepção resultou sua história diplomática, construída sem isolamento dos demais aspectos da vida em sociedade, de modo que a trama da ação se insere no seu contexto.

Foi, também, discípulo de Oliveira Martins ao tratar de cada tema como um conjunto integral de aspectos de uma dada época ou problema, sem isolar elemento algum, embora privilegiasse a análise do político e neste, a diplomacia. Também recebeu influência do historiador português do romantismo, Alexandre Herculano (1810-1877), que desaconselhava o isolamento analítico de temáticas e preconizava atenção para as várias dimensões que constituem a existência de um povo.

O caminho percorrido pelo historiador-diplomata para definir a nação brasileira e sobretudo o Império expressou paradigmas da Historiografia de sua época, pois ao abordar o tema, foi permeável à difusão das teorias difundidas no final do século XIX e início do XX. O contato com o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer lhe forneceram elementos-chave para a concepção sobre os povos submetidos pelos colonizadores europeus, que teriam alcançado o estágio mais avançado da civilização e, ao se lançarem na expansão colonial dos séculos XV e XVI, teriam levado as luzes ao Novo Mundo mediante dois agentes principais, o Estado e a Igreja.

Em Hegel, buscou fundamentos para apontar o Estado como a chave de conciliação entre o universal e o particular, enquanto instituição ético-civilizadora capaz de promover a superação da existência bruta. Nesse sentido, a colonização foi entendida como promotora de "desencantamento" da América, por resgatar povos inferiores. A presença do Estado constitui

nessa interpretação a maior evidência de civilização, por significar o traço distintivo de um povo superior, fronteira excludente entre o europeu e os povos em estado de barbárie, dispersão, desordem, ausência de autoridade e paganismo. O Estado atuaria enquanto força formadora e tutelar da nação, elemento racionalizador do processo histórico.

No conjunto da obra de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil* destaca-se por abordar detalhadamente a passagem do Brasil à situação de Reino Unido e a fundação da nacionalidade. Neste livro desenvolveu a hipótese que o norteou ao longo de sua vida de historiador. Resultou de extensas pesquisas arquivísticas, que remontam a 1897, época em que ele escrevia a José Veríssimo sobre a preparação do texto que faria parte de ampla história diplomática. O projeto foi aprovado pelo crítico literário, que considerava o monarca "certamente uma figura mal conhecida, mal estudada e mal compreendida. Eu o tenho, ao contrário do que se pensa, por um sujeito atiladíssimo e, mais ainda, inteligente"[10].

Em 1900, quando Oliveira Lima residia em Londres, o plano da obra tomou impulso, resultando em artigo publicado na *Revista Brasileira*. O estudo iniciado em *O Reconhecimento do Império* pouco a pouco avançava com a documentação encontrada e a discussão entre pares. José Veríssimo continuava enviando sugestões, influenciando Oliveira Lima na decisão sobre o formato final, concretizado em um volume independente da história diplomática:

> permita-me dizer-lhe que não acho boa a sua ideia de não dar o *Dom João VI* como um livro separado, mas fazer dele um volume da sua história da diplomacia brasileira. Esta será forçosamente especial, técnica e reservada a poucos, enquanto aquele, a julgar pelo que dele conheço, há de ser um livro vivo, interessante para todos. Deve mesmo dá-lo em primeiro lugar[11].

Com Capistrano de Abreu, na época a ele ligado por cordialidade, discutiu também o projeto e dele recebeu sugestões[12]. A principal delas, a consulta

---

10 Carta de José Veríssimo a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 7 jan. 1897.

11 Carta de José Veríssimo a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 11 dez 1900.

12 Carta de Capistrano de Abreu a Oliveira Lima, 19 abr. 1900. In: RODRIGUES, J.

às obras de viajantes dos séculos XVIII e XIX, que constituem o pano de fundo da obra no que diz respeito à sociedade brasileira da época da vinda da Corte ao Brasil, com destaque para as missões científicas austríaca e bávara.

O concurso de monografias sobre o governo de dom João VI no Brasil, aberto em 1903 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o centenário da abertura dos portos — iniciativa do visconde de Ouro Preto — teve como objetivo o estudo do rei considerado fundador da nacionalidade brasileira[13]. Estabeleceu os parâmetros dessa revisão historiográfica centrada na exaltação da unidade nacional do Brasil independente e na interpretação da transferência da Corte como antigo projeto que resultou na fundação do Império. Percebe-se uma vinculação do concurso, tanto pelo seu proponente como pelo teor da proposta, à Historiografia monarquista que cultuava personagens relacionadas ao regime substituído pela República[14].

Oliveira Lima já havia sido admitido no IHGB como sócio correspondente desde 1895, em reconhecimento ao seu primeiro livro, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Havia também publicado em separata da *Revista do IHGB* a *Relação dos manuscritos Portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres* (1903). Com essas credenciais, candidatou-se ao prêmio.

O diálogo principal da revisão historiográfica por ele empreendida foi estabelecido com a historiografia portuguesa que consagrara a versão da fuga vergonhosa do príncipe regente, do abandono da nação portuguesa às tropas napoleônicas, e, em contrapartida, do favorecimento da colônia que resultara em sua Independência. Oliveira Martins e Pinheiro Chagas sintetizaram a interpretação depreciativa, gestada entre os partidos políticos nas

---

H. (Org.) *Correspondência de Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: INL, 1954, v.3, p. 12.

13 Atas das sessões de 23 out. 1903 e 6 nov. 1903. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro*, t.66, parte I,1904, p. 269 e 275-7.

14 Cartas de Max Fleiuss a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 1 dez. 1904; 1 e 23 maio 1906. Sobre as discussões que acompanharam a elaboração do regulamento do concurso, vejam-se as Atas das sessões de 17 jun. 1904 e 15 jul. 1904. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.67, 1906, p. 424-8 e 440-1. A primeira edição datada de 1908 foi feita pela Tip. do Jornal do Commercio, do RJ.

disputas que cercaram o retorno da Corte a Lisboa. Prevalecia a versão dos radicais descontentes com a atuação do rei, que Oliveira Martins retomara na *História de Portugal,* na qual expressara em quadro dramático de exaltado romantismo a desilusão causada pelas mudanças decorrentes da decisão tomada por dom João VI de transferir a Corte para o Brasil.

A essa visão pessimista da saída da Corte como fuga vergonhosa Oliveira Lima contrapôs a interpretação de que não se tratara de covardia e sim de opção diplomática bem pesada em seu alcance, tanto em relação a Portugal quanto às colônias, realizando assim um novo julgamento do rei tendo como horizonte a constituição da nacionalidade. Construiu de dom João VI uma imagem capaz de satisfazer a Historiografia nacionalista brasileira e o campo político monarquista persistente no Brasil republicano. Para isso, apoiou-se na obra de Varnhagen**,** que a partir de interpretação favorável à colonização portuguesa no Brasil, apresentara a Independência como continuidade do Brasil português. A tese permitira a Porto Seguro não depreciar dom João VI, ao contrário, apresentá-lo como líder do processo da emancipação política, construída em diversas etapas desde a vinda da corte ao Brasil e na qual incluiu a passagem da colônia a Reino Unido.

Em seu elogio da colonização portuguesa e defesa da comunidade luso-brasileira, Varnhagen direcionara-se para a construção encomiástica da figura de dom João VI, a exaltação da casa de Bragança e da monarquia, a qual tornara o Brasil sede do Império português e garantira-lhe assim a integridade, ameaçada com a Revolução de 1817 em Pernambuco. Sua atuação teria resultado na Independência como obra da família real e não contra ela, com a persistência do Brasil português apesar das chamas incendiárias republicanas oriundas da França.

Oliveira Lima retomou essa tese e construiu um alentado painel onde abordou temas cruciais: unidade nacional, centralização administrativa, relações coloniais e sobretudo as relações diplomáticas, numa interpretação positiva da monarquia bragantina. Procedeu à revisão do período ao reabilitar a figura do rei, porém afastou-se do panegírico incondicional para buscar um equilíbrio entre o tom laudatório e a crítica. A obra atendeu aos cânones historiográficos vigentes no IHGB e garantiu sua aceitação entre os pares, sendo unanimemente apontada pela crítica sua sólida base documental.

O resultado é um dom João em versão brasileira: em lugar da figura burlesca consagrada pela historiografia portuguesa, emerge das páginas de Oliveira Lima um rei humanizado e popular, dotado de argúcia camponesa, ardiloso, perspicaz e responsável pela emancipação política do Brasil. Trata-se do maior retrato por ele elaborado, um retrato físico, psicológico e político do monarca. Personagem-símbolo da unidade nacional, dom João deu continuidade ao mundo luso-brasileiro, no contexto da Europa napoleônica.

Ambientou-o em um grande painel não apenas político, mas também social, econômico e cultural, tendo como fio condutor a história diplomática escrita em seu estilo tradicional e em grande parte inédita, graças às pesquisas realizadas em arquivos europeus. Nesse sentido, a mudança da sede da monarquia surge como esforço para a manutenção do trono em mãos da dinastia bragantina e de preservação da unidade do Império português. A debilidade extrema do reino de Portugal perante a Grã-Bretanha, aliada exigente, e a França, inimiga invencível, foi ressaltada como diretriz das decisões de dom João VI no confronto com as ameaças ao trono.

A habilidade política do monarca ao transferir a Corte para o Brasil foi realçada como estratégia que teria permitido minimizar as inevitáveis derrotas no contexto das guerras napoleônicas. O plano teria sido um projeto longa e previamente amadurecido, apressado apenas em sua execução, tornada premente pela invasão de Portugal por tropas francesas. Fundava-se pois com a vinda da Corte a nação brasileira cuja unidade foi mantida graças à presença do poder real, o qual impedira a ação desagregadora do localismo e a fragmentação das províncias debilmente ligadas à metrópole.

Mesmo admitindo certos aspectos negativos da colonização portuguesa, onerada por máquina administrativa opressora, o livro expôs a convicção do acerto da ação civilizatória exercida pelos europeus e sobretudo pelo Estado, simbolizado na figura de dom João. Progresso, melhoramentos e civilização teriam sido por ele trazidos, não apenas em termos materiais, mas principalmente na "emancipação intelectual" decorrente do incremento do ensino, das artes, da ciência e da imprensa, e que teriam resultado na formação da consciência da unidade nacional, pois a circulação de livros portadores de ideias liberais permitira o "desenvolvimento das mentalidades" e a reação anticolonial. Tudo converge na obra para exaltar a constituição do Brasil

independente, cujo passo decisivo teria sido dado com a transferência da Corte e a instituição do Reino Unido.

Sem ser um rei "cerebral", dom João teria sido possuidor de inteligência e gosto pelas "coisas espirituais", bom humor, indulgência, sagacidade, malícia, bonomia, magnanimidade e senso político, qualidades que segundo o autor lhe teriam permitido ser um governante afável e fazer-se amar pelo povo. Porém, o retrato favorável não procurou escamotear as convicções absolutistas desse rei avesso ao liberalismo. Evidencia-se a riqueza de detalhes com que Oliveira Lima ampliou o discurso sóbrio de Porto Seguro, ao elaborar a teia em filigrana de minúcias que conferem vivacidade ao relato, contrapondo à ideia de fuga a de opção política. Contrastam com a parcimônia do texto de Varnhagen o estilo transbordante e adjetivado de Oliveira Lima, a exuberância no trato dos pormenores e a utilização do traço psicológico na composição dos personagens. A este fator subjetivo atribuiu papel relevante nas atitudes e decisões do governante, inovando assim a interpretação da história centrada na ação dos grandes personagens. Nesta perspectiva, fundava-se, com a vinda da Corte, a nova nação e mantinha-se sua unidade pela presença do rei detentor do poder central.

O Brasil Reino Unido ocupou um capítulo específico da obra para justificar a passagem da situação de colônia para a de sede da monarquia. Apresenta esta mudança como política longamente cabalada na Corte e afinal aceita por dom João para que se estreitassem os laços com Portugal, diante da ameaça de ruptura. "Destruir a ideia de colônia" tornara-se em 1815 a palavra de ordem preservacionista do Império português. Tenha ela vindo da Inglaterra ou pensada internamente entre os portugueses, o fato é que a medida política e administrativa surge como complemento natural ou desdobramento natural do movimento de 1807-8.

Outra leitura que se pode fazer do livro *Dom João VI no Brasil* procura dar conta da história diplomática nele apresentada. Trata-se de uma continuação do tema que ocupava Oliveira Lima há anos e adquiriu na obra consistência, densidade, base documental inédita e visão ampliada. A crítica que tem sido feita à obra pouco se refere à história diplomática que ela primordialmente apresenta, tendo o retrato de dom João VI ofuscado uma contribuição importante num campo de certo modo negligenciado da historiografia brasileira.

Tomando-se uma vez mais Varnhagen como paradigma, percebe-se o avanço que a obra de Oliveira Lima representou em relação à história diplomática desse período, em que a política externa foi decisiva para a política colonial e para o Brasil. Seus pontos de referência podem ser localizados no contexto das relações internacionais entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, que marcaram as primeiras décadas da República, quando a obra foi escrita.

Se esta análise teve como limite a não insistência nas condições da dominação inglesa na América Latina criadas no contexto das guerras napoleônicas e da emancipação das colônias, por outro lado esteve atenta a outros aspectos das relações internacionais do período, notadamente o monroísmo. Ao conceder espaço às preocupações dominantes no cenário da política exterior brasileira, Oliveira Lima procurou evidenciar as origens e os fundamentos da doutrina Monroe, contrapondo, nas primeiras décadas do século XIX, Inglaterra e Estados Unidos. Não se pode desvincular esta temática das polêmicas acerca do panamericanismo no período em que ela foi elaborada. Para responder a elas, Oliveira Lima remontou à influência inglesa na América portuguesa e na América espanhola, sua interferência no processo de Independência das colônias em função de seus interesses mercantis e o jogo diplomático com as metrópoles para garantir privilégios comerciais, ora reprimindo, ora apoiando os movimentos de emancipação. Sua interpretação da doutrina Monroe, nem sempre explícita, orienta a análise da política britânica de "tutela europeia do Novo Mundo" e do posicionamento norte-americano contrário a tais pretensões, que considerava incorreto em seus propósitos defensivos.

Elogios ao *Dom João VI* vieram de José Veríssimo, Artur Orlando[15], e do conde de Afonso Celso, entre os que se manifestaram no contexto da primeira edição. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou uma resenha da obra que pode ser considerada autorizada e, posto

[15] VERÍSSIMO, J. "Dom João VI e o Brasil". *Jornal do Commercio*, 30 jun. 1909; Carta a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 17 ago. 1909; ORLANDO, A. "Dom João VI". *Jornal do Commercio*, 7 nov. 1909; CARVALHO, A. *Dom João VI no Brasil*, pelo sr. M. de Oliveira Lima. *Jornal do Recife*, Recife, 26 set. 3 e 10 out. 1910; BEVILAQUA, C. "Oliveira Lima: diplomata e historiador". *O Estado de São Paulo*, 27 jul. 1911; Cartas de Artur Orlando a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 28 set. 1909 e 20 abr. 1910.

que não assinada, representativa da instituição em torno da legitimação do trabalho. Sobre o valor revisionista da obra pretendido pelo autor, ironizava com a afirmação de tratar-se de análise que "transformou um soberano apático, fraquíssimo, digno colega dos incapazes que a Revolução Francesa encontrou ocupando o trono da Europa, em um agente do progresso, em um êmulo dos grandes tipos humanos". Reconhecia sua base documental segura e negava-lhe o caráter de história diplomática, apesar do uso de documentação específica; apontava anacronismos como o uso do conceito de imperialismo na análise da política externa de dom João VI, a semelhança à crônica e a tendência de colecionar documentos em lugar de utilizá-los segundo "processos indutivos", bem como suas dimensões "incomuns", ou seja, sua prolixidade[16].

Outros historiadores também se inseriram no debate, como Capistrano de Abreu. Já distanciado de Oliveira Lima, criticou-o veementemente em diversas cartas, como a que enviou a José Veríssimo. Não lhe agradavam a pessoa do autor do livro — a quem ridicularizava as "banhas" — nem sua maneira de escrever história. No caso deste livro, em especial, considerava-o detestável e incapaz de prender a atenção do leitor.

Da mesma *coterie* de Capistrano, Gilberto Amado, partidário da oligarquia rosista pernambucana, professor da Faculdade de Direito do Recife, preterido em benefício de Oliveira Lima em votação para a ABL — "por ser dado a tiros" — desforrou-se também e bastante tempo depois, na crítica implacável publicada na obra *Minha formação no Recife*, que dedicou a Oliveira Lima, "autor da obra mais mal escrita que já apareceu em livraria em qualquer época, em qualquer país ou latitude"[17].

Quanto à crítica em Portugal, à época da sua publicação, João Lúcio de Azevedo, historiador que vinha correspondendo-se com Oliveira Lima, recebeu favoravelmente o novo livro, que considerou

> valioso trabalho histórico, de erudição e sagacidade crítica, não somente notável pela novidade e abundância dos fatos, como pela interpretação deles

[16] BIBLIOGRAFIA — Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil. RIHGB*, t.72, parte 2, p. 279-94.

[17] AMADO, G. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 252.

> e dos caracteres representados. D. João 6.o [sic], Carlota Joaquina, o conde de Linhares são personagens a quem se não erro, V.Exa. confere na história lugar novo e, quero crer, definitivo. Dos episódios, o da fuga para o Brasil aparece-nos transformado, e à luz da sua crítica vem a ser uma ponderada e feliz solução, em vez de um vergonhoso conselho do pânico, como até agora ele tinha sido considerado[18].

O valor da obra foi reconhecido também pelo historiador português Fidelino de Figueiredo em *Epicurismos* e pelo revisionismo historiográfico português, que se ocupou de dom João VI sem conseguir apagar a ideia de fuga. João Ameal e Rodrigues Cavalheiro em *Erratas à História de Portugal* e Damião Peres em *História de Portugal* apontaram igualmente o valor da obra de Oliveira Lima, por ter utilizado novas bases documentais, constituídas por fontes brasileiras e portuguesas.

A segunda obra que se pretendeu analisar neste artigo, O *Império Brasileiro,* a derradeira publicada em vida por Oliveira Lima, foi elaborada durante o período final de sua existência, quando residia em Washington e com ela encerrou o périplo sobre o Império. Trata-se de um vasto painel do período, desigual em metodologia, em base documental e em temas analíticos, se comparado com o seminal *Dom João VI no Brasil*. Obra de caráter ensaísta e de síntese de sua visão sobre esse período, com escassa utilização de fontes primárias e escrita a partir de documentação já anteriormente reunida. Embora composta por capítulos temáticos, como a primeira, o critério cronológico aqui cedeu espaço para visão ampla, abrangente, de síntese interpretativa, por esta razão mais concisa e afirmativa de seu posicionamento sobre a formação da nacionalidade brasileira.

Salientou nessa obra o patrocínio da casa de Bragança sobre o Império, e seu percurso até a República, com destaque para a figura do último imperador, desenhado como soberano mais republicano que monárquico, que privilegiou o exercício do poder Moderador em relação ao Executivo, por isso mesmo mais liberal e democrático. Tal pressuposto aparece já na epígrafe de abertura da obra: *Se ha acabado la única república que existia en*

[18] Carta de João Lúcio de Azevedo a Oliveira Lima, Lisboa, 4 set. 1909.

América: el Imperio del Brasil. A frase célebre atribuída a Juan Pablo Rojas Paúl, presidente da Venezuela entre 1888-1890, traduziu o sentimento evidente de decepção com o regime instaurado em 1889 no Brasil.

No outono da vida, Oliveira Lima dedicou a obra aos únicos amigos que considerava contar no Brasil, todos ligados a Pernambuco, onde havia ocorrido sua última passagem pela terra natal: Joaquim de Souza Leão (1897-1976, diplomata), Afonso Bandeira de Mello (? — 1966, escritor e membro da alta administração da República) e Antônio Carneiro Leão (1887-1966, educador, jornalista e autor da reforma do ensino de Pernambuco em 1928).

O propósito da obra foi apresentado logo no seu início:

> este livro não é o fruto da investigação direta e própria da documentação de um período histórico, baseada antes sua exposição, dividida pelas diversas categorias do desenvolvimento social, sobre memórias, estudos e papéis alheios, de caráter público. Tampouco é a justificativa de uma época ou governo, que dela não carece, porque consigo carrega seu fulgor moral. É a simples condensação de uma fase essencialmente progressiva da nossa nacionalidade, à qual não foi dado ultimar sua evolução, interrompida pelo mesmo espírito revolucionário que presidira ao seu albor e de que parecia haver-se libertado pela continuação. Dentro desse tempo verificou-se, porém, em plena ordem, o desenlace de uma das questões fundamentais da nossa economia, a questão complexa e intricada do elemento servil, através de uma ação legislativa que honra sobremodo a nossa cultura e constitui um nobre exemplo humano. Organizaram-se partidos; floresceu o regime parlamentar; triunfou a ordem civil sobre a desordem militar; remodelou-se a economia; seguiu-se uma política exterior com fixidez de princípios, embora com erros de aplicação. O Império foi, assim, deveras representativo e deveras notável[19].

Predomina na obra a presença de duas chaves interpretativas que estariam presentes ao longo da história do Império, apresentada em leitura evolucionista: o sentimento revolucionário antiluso e o sentimento revolucionário republicano, em constante presença no Brasil desde a Independência até

[19] LIMA, M. de. *O Império Brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1927, p. 9.

1848-1849. Com a Revolução Praieira em Pernambuco, Oliveira Lima periodizou o fim da instabilidade que tumultuou as décadas iniciais do Império, vencida graças à prevalência do poder central coroado, personificado em Pedro II, em seu longo reinado dotado de "espírito republicano", passadas as tormentas político-partidárias do período regencial. No declínio do Império, afirmou, teria prevalecido esta linha de força, na inexorável marcha da História em direção a uma nova fase da trajetória nacional, que passara pela modernização decorrente do fim do cativeiro do "elemento servil", efetivado por leis promulgadas pelos gabinetes conservadores, que com sucesso adotaram as pautas liberais, graças à sua maior capacidade operacional no sistema parlamentar. A pedra de toque das interpretações sobre o peso da Abolição no declínio da Monarquia recebeu aqui incondicional apoio por ter resultado no fim do que considerava um peso para o Brasil: "o inglório fardo de continuar a ser no decorrer do século XIX um dos países americanos de trabalho alimentado pelo tráfico"[20]. Salientou a "correlação da instituição servil com a instituição monárquica" e consagrou a versão de que à Abolição sucedeu-se a inevitável queda da Monarquia, num entrelaçamento com a questão militar, apresentada como o descontentamento dos militares com o regime. Cumpriu-se assim a pauta colocada desde a fundação do Império e vencida ao longo das mais de cinco décadas de duração da "democracia coroada".

Afinal livre das amarras do método historiográfico, Oliveira Lima navegou com serenidade sobre temas abrangentes de uma História ampla do Império. Ampla pelas temáticas abordadas, pois nela afinal seguiu a tradicional interpretação historiográfica em voga no período de sua publicação. Didática porque escrita em linguagem simplificada, quase um manual, onde se cristalizaram interpretações construídas ao longo de décadas e buriladas em obras que o consagraram como historiador do Império, pelo qual nutriu indisfarçável benevolência e mesmo admiração, ainda que se afirmasse republicano.

A epígrafe da abertura mostra o paradoxo da construção do retrato de Pedro II como monarca republicano e da Monarquia brasileira como a única

[20] *Idem*, p. 117.

República verdadeira das Américas. Desse modo expressou a síntese de sua visão liberal desencantada com o jogo político oligárquico da Primeira República, cujo final não chegou a acompanhar, mas do qual participou, pois envolveu-se com as disputas regionais e nacionais. Mesmo quando já distante do Brasil, residindo em Washington, atentamente acompanhou a política republicana e sobre ela teceu reflexões publicadas em artigos na imprensa brasileira e internacional. Nesse sentido a obra revela ter sido ele naqueles últimos anos de vida um dos desiludidos com o regime instalado em 1889.

Referências bibliográficas

AMADO, G. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. (Pref. de Gilberto Freyre e José Lins do Rego).

FREYRE, G. et al. *Estácio Coimbra:* homem representativo de seu meio e do seu tempo. Recife, MEC/ IJNPS, 1973.

FERNANDES, A. "Um senhor de engenho pernambucano. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1959.

FREYRE, G. *O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti*". Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

LIMA, M. de O. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, M. de. *O Império Brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

LIMA, M. de O. *Memórias*. Recife: Sec. Turismo, Cultura e Esportes, 1986.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817.* 3a ed. Recife: IAHGP, 1917.

Algumas reflexões em torno de um clássico: *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima

José Almino de Alencar[1]

No seu discurso de posse como novo associado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, registrado na Ata da Seção Ordinária dos 27 de outubro de 1896[2], Joaquim Nabuco nos faz sentir de maneira enfática que ali está imbuído de uma missão de intérprete vigilante da história nacional, ao que poderíamos sem dúvida acrescentar: também na qualidade de ator político — e dos mais relevantes — de sua geração. Cito em particular essas linhas:

> nossa história está atravessando uma grave crise que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa, se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus do mundo, mais política em todo caso que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Abstraio de se fazer o Brasil datar suas tradições somente da Independência, atribuindo assim à história portuguesa, antes do que à brasileira, como se então não existíssemos, a glória, os esforços dos quanto lutaram para povoar, criar, conservar esta nacionalidade durante os seus três primeiros séculos: direi somente que esquecer na história do Brasil

[1] Graduado em Sociologia pela Université Paris-Nanterre, mestre em Economia pela Vanderbilt University e doutor em Sociologia pela University of Chicago. Foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Sócio titular do IHGB.

[2] *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, IHGB, tomo 59, v. 94, 1896, p. 308-315.

> a luta holandesa é esquecer a página sem igual de heroísmo e afirmação nacional de nosso passado[3].

Nabuco concede que os três citados fossem representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República. Mas não concorda que Tiradentes "resuma em si o ingente esforço pela Independência", a ponto de não se valorizarem "os heróis pernambucanos em 1817", ou que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à Independência do que ao passado imperial. A ideia, conclui, é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um deserto de quase setenta anos, a que posso denominar de deserto do esquecimento. Objetivava-se, deste modo, realizar uma ruptura entre Monarquia e República, ignorando todo o progresso material então alcançado:

> desse novo Brasil (o republicano), continuava Nabuco, nada posso dizer. [...] Do Brasil português, porém, do Brasil da primitiva colonização, composto do mesmo elemento de raça, religião, costumes e sentimentos que no tempo da Independência; desse Brasil brasileiro, tudo que me faz pensar que o reinado de Pedro II marcará o apogeu moral. Ele foi em todo caso o plexo da unidade nacional e o nó vital da liberdade civil[4].

O ano anterior a este seu discurso, 1895, havia sido decisivo para a consolidação da República instaurada pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889. A posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 marcara o início do fim de um período de tensão e conflito que caracterizaram os dois primeiros governos republicanos, chefiados por marechais do Exército. O estabelecimento de um governo civil abre caminho para a pacificação entre as diversas facções da elite nacional. O momento era de congraçamento, de colaboração. "O dever do momento" — título de uma

---

3 *Idem*, p. 310.
4 *Ibidem,* p. 312.

carta pública do até há pouco monarquista almirante Jaceguai [5]·, dirigida a Nabuco — seria o de se integrar ao processo político de uma República enfim pacificada e que poderia reconstruir as mesmas características de convivência entre aqueles que habitualmente conduziam os negócios do governo durante o Segundo Reinado.

Nos três livros que escreveu durante o seu retiro da política militante — que constituiu o período entre o 15 de novembro de 1889 e a sua indicação por Campos Sales como embaixador do Brasil na questão da Guiana Inglesa[6] — *Balmaceda*, *Um Estadista do Império* e *Minha Formação* —, Nabuco opôs continuidade e reformismo à mudança revolucionária, identificada com o "jacobinismo" dos fundadores da nossa República e do presidente chileno deposto[7]. Tratou assim de restabelecer o que ele considera o sentido da herança depositada pela história nacional, e que deveria constituir a base sólida e natural do desenvolvimento político de países como o Chile e o Brasil, que conheceram o privilégio de haver acumulado alguma experiência democrática[8]·. No Chile, segundo Nabuco, havia-se constituído, ao longo do século XIX, uma situação constitucional, conservadora, criada e fortalecida por um arranjo oligárquico, sob a forma republicana e parlamentar. Balmaceda, ao tentar impor à força do executivo contra o Parlamento, representara — à semelhança do golpe militar republicano, no Brasil — um rompimento com a "cultura social" do país, "uma evocação",

---

5 A carta é datada de dois de setembro de 1895. O texto integral da carta pode ser encontrado em ALENCAR, José Almino de, e PESSOA, Ana (org.), *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 59-75.

6 Nomeado por Campos Sales, com a intermediação de Rui Barbosa.

7 José Manuel Emiliano Balmaceda Fernández, (19 de julho de 1840 - 19 de setembro de 1891) foi presidente do Chile entre 1886 e 1891. Desde cedo iniciou um confronto com o Legislativo que se transformou em uma Guerra Civil em 1891, depois que Balmaceda aprovou o orçamento da nação sem a assinatura do Congresso. Asilou-se na embaixada da Argentina, recusando-se a sair do país ou a ser julgado por seus vencedores. Viveu até expirar seu mandato legal, suicidando-se no dia seguinte. Nabuco publicou no *Jornal do Comércio* uma série de artigos sobre a guerra civil de 1891 no Chile, logo reunidos em um volume (1895) com o título de *Balmaceda* e que teve sua quarta edição pela Cosac Naify, em 2008. No prólogo desta edição, escrevi uma análise mais detalhada da posição de Nabuco no período: ALENCAR, José Almino de. "Nabuco, monarquista no Brasil e republicano no Chile".

8 NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 42 e 43.

pode-se dizer, "daquela presidência do Chile, do gênio sul-americano da ditadura que nunca havia penetrado nela".

Joaquim Nabuco parece ter se familiarizado, de seu observatório brasileiro, a partir da experiência de uma Monarquia regional e da difícil passagem para a República, com o pensamento conservador europeu que surgira como reação ao jacobinismo da Revolução Francesa. Menciona com certa frequência Benjamin Constant e Hippolyte Taine e Edmund Burke, no qual ele veria o guardião de "uma sorte de presunção contra a novidade, tirada da observação profunda da natureza humana e dos negócios humanos".

Em sua opinião, o século XIX chileno era um bom exemplo dessa reação conservadora e restauradora levada à prática política. O Chile, pensava Nabuco, tinha conseguido se libertar do jacobinismo francês melhor do que o Brasil, apesar das aparências de um Império e de uma República. Por isso ele citou, sem nomear, a frase de um personagem de sua época, que sustentava só haver duas nações organizadas e livres na América Latina: "O Império do Chile e a República do Brasil".

O acerto oligárquico chileno permitira a sobrevivência de certa forma de república — restrita, porém liberal — um "parlamentarismo oligárquico", no dizer de Nabuco. Entre nós, o regime parlamentar durante o reinado havia sido praticamente uma concessão da monarquia, a maneira encontrada pela Coroa de melhor governar política e administrativamente o país. Armada do Poder moderador, essa teia, essa "epeira doirada" — que garantia a estabilidade institucional, as liberdades públicas e certa coexistência competitiva dentro da classe política — ameaçava romper-se, em face da ausência da proteção monárquica e a emergência de forças heteróclitas — os militares "jacobinos", os ex-proprietários de escravos ressentidos separatistas e toda sorte de arrivistas — unidas apenas na oposição conjunta à Monarquia.

Em carta ao barão de Rio Branco (julho de 1890), ele dá vazão a especulações pessimistas:

> entramos na série dos governos pessoais militares e daí virá a degradação do exército, a bancarrota pela ladroeira e pela especulação, como nas repúblicas do mesmo tipo, o governo nos "Estados" de verdadeiros caudilhos,

> cercados de uma quadrilha de analfabetos, e por fim o desmembramento, se o sentimento nacional não reagir à última hora. [9]

Mais tarde, no seu *Memórias. Estas minhas reminiscências*[10], Manuel de Oliveira Lima viria expressar este mesmo desagrado diante de um sistema político não escoimado desses elementos considerados incompatíveis ou inassimiláveis aos pactos políticos civilizados — chamemo-los assim — chamando o regime de "essa república de mulatos".

Ambos, pertencendo a duas gerações que coexistiram, foram partícipes de um longo processo de discussão e elaboração interpretativa sobre o quadro institucional mais apropriado para que o país mantivesse a unidade de seu território e garantisse formas favoráveis à convivência ordeira de suas diferenças regionais e dos diversos tipos de interesses que constituíam os seus vários grupos sociais. Em outras palavras, que forma de Estado, que tipo de regime político, como se organizaria o sistema de justiça no país.

O período conheceu o desenvolvimento e a consolidação de uma interpretação da História da Monarquia Brasileira que segue de perto as linhas gerais do diagnóstico de Nabuco, cujos ecos se encontram, por exemplo, embora de maneira ainda mais partidária, no grande balanço intitulado *A década republicana*, promovido pelo Diretório Monarquista e organizado pelo visconde de Ouro Preto. Ela se prolonga em *O ocaso do Império* (1925), de Oliveira Viana, e constitui de certo modo e por algum tempo — pelo menos até os livros didáticos de minha geração no curso secundário — a versão canônica da historiografia brasileira.

Nessa versão, punha-se de lado a longa duração do regime servil e sublinhava-se a extinção pacífica da escravidão; fazia-se abstração das revoltas regionais e punham-se em relevo a consolidação da unidade nacional desenvolvida pela Coroa e a obra de construção do Estado brasileiro, do sistema político-administrativo, o funcionamento continuado do parlamento e de partidos políticos, em um regime onde vigorava ampla liberdade de expressão.

---

[9] VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1985. p. 183.

[10] Recife, Editora Governo de Pernambuco, 1986.

E, por último, ao lado desse rol de feitos positivos gerados pelo realismo, quase nunca se deixava de mencionar a chance histórica de ter sido o regime conduzido por um monarca exemplar que teria realizado o ideal da democracia antiga, o "governo do melhor homem", — um reinado Pericleiano de meio século, no dizer hiperbólico de Nabuco[11]·. Ou na formulação similar de Oliveira Lima, no seu *Formação histórica da nacionalidade brasileira*:

> todos os descontentes e todos os oposicionistas, mesmo os de boa-fé, falavam a todo propósito do "poder pessoal" de D. Pedro II. Não era senão uma chama, pois esse poder o Imperador não o exerceu senão no limite restrito de suas atribuições constitucionais [...]. Isso não quer dizer absolutamente que ele tenha representado um papel apagado diante de seus ministros. Longe disso. Se seus ministros cediam às vezes, ele não cedia, senão menos vezes. O governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e as opiniões divergentes. [...] Nunca, porém ele tomou partido contra a opinião, representando a reação, nem mesmo corrigiu jamais uma desavença constitucional, fazendo prevalecer sua opinião sobre a dos ministros. Quando muito, em casos tais, ele recorria ao sufrágio, que era limitado e, por isso mesmo, tanto mais representativo de um Brasil onde o sufrágio universal estaria em desacordo flagrante com as condições sociais. Uma única ditadura lhe foi cara, e esta ele a exerceu sem hesitação: — a ditadura da moralidade.[12]

Ambos sublinhavam esta virtude do segundo Imperador, ou seja, a sua moderação no manejo do Poder moderador, o quarto poder, garantia da estabilidade aos outros três poderes e que durante o período imperial ficou reservado à Coroa que acumulava também o Poder executivo. Virtude idiossincrática, mas invocada oportunamente para adornar a idealização da monarquia por seus adeptos naquele período inicial do regime republicano.

---

[11] NABUCO, Joaquim. "O dever do monarquista". In: ALENCAR, José Almino de, e PESSOA, Ana (org.). *Joaquim Nabuco: o dever da política*. Op. cit. p. 81.

[12] LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira.* Edições do Senado Federal, volume 158, Brasília 2012.

Porque, de fato, durante o Segundo Reinado este mesmo Poder moderador imperial era alvo costumeiro de denúncia dos liberais, ataques consagrados pelo famoso polissilogismo de Nabuco, o pai, citado fastidiosamente: "O Poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do país".

No entanto, talvez não seja abusivo sugerir que o Poder moderador — ou algum mecanismo que facilite o ajuste entre os inevitáveis desacertos entre os poderes, é a falta que não ousa dizer seu nome, entre nós que vivenciamos desarmados esses desacertos, egressos de uma longa história onde a predominância de fato do Executivo tem sido a norma. Não seria por acaso que a força que criou a República não tentasse desde logo assegurar para si algo semelhante a este poder.

O golpe militar que instituiu a República constituiu uma importante mudança em relação à fase monárquica, que não conheceu golpes, diferentemente do que ocorria na maioria dos países sul-americanos à época. À origem de sua fundação, os militares tornam-se, ao mesmo tempo, os fiadores e defensores do novo regime.

Desde logo, como assinala Maria Celina d'Araújo[13] "frente às manifestações monarquistas que apareciam ou eram temidas, [...] um novo inimigo entra em cena: os inimigos da República". Com a primeira Constituição Republicana (1891), que definiria, no seu artigo quatro, as Forças Armadas como instituições "nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior", inicia-se um "precedente que só fará se acentuar ao longo do século: a participação das Forças Armadas na manutenção da segurança interna, ou do que hoje se chama 'garantia da lei e da ordem'"[14].

Assim observou Felisberto Freire, participante da Constituinte de 1891 como deputado por Sergipe em sua *Matéria Constitucional do Brasil*, 1895, vol. 3º, pág. VI:

---

[13] D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: 1992, Ática, p. 6.

[14] *Idem*, p. 3-4.

> dos 205 deputados (havia ainda 63 senadores), 46 eram militares. Como classe armada, não podia deixar de ser por sua vez objeto de prescrições constitucionais. O direito público havia de prescrever preceitos que as afetassem e então é bem visível a falta de liberdade de que se ressentiram todas as discussões que afetaram a classe, por parte do elemento civil do Congresso. Não é que os que nele tiveram assento impusessem essa restrição à liberdade de discussão. Não. Ela veio como uma consequência inevitável da situação política, que bem se pôde definir pelo predomínio da classe militar sobre qualquer outra, baixando consideravelmente a cotação política do jurista. E isto constitui um dos fatos mais expressivos da vida do governo republicano.

Ora alcunhados de instrumentos de mando de grupos dominantes, ora de maneira mais favorável, como uma espécie de "Poder moderador", ora como corpo profissional dotado de lógica corporativa e de objetivos próprios, quaisquer que fossem as interpretações ou as funções que lhes eram atribuídas, as Forças Armadas sempre foram consideradas de uma importância referencial dentro dos conflitos, acomodações e mudanças na história do país. E, se por um lado, a participação política para uma parte do oficialato era tida como algo apropriado e legítimo, por outro lado, os militares vieram a ser o alvo de conspirações por parte de grupos civis, que viam nessa eventual aliança um caminho viável para chegar ao poder.

"O que pensam os militares?", "Como reagirão os militares?" foram indagações frequentes entre os principais atores da vida pública brasileira no curso do século passado. Interrogativas, aliás, quase sempre justificadas, tal a importância das Forças armadas em todas as grandes mudanças políticas e institucionais do século XX[15].

Por outro lado, Rui Barbosa encabeçou uma reação "civilista", digamos assim, em homenagem à sua campanha presidencial contra a candidatura de

[15] Incluindo-se aí, desde as revoltas tenentistas dos anos 1920, a Revolução de 30, a criação do Estado Novo em 1937, até o restabelecimento do regime republicano democrático em 1946, o manifesto dos coronéis do início de 1954, o entrevero antes da posse de Juscelino em 1955, que deu lugar ao "contragolpe preventivo" do general Lott, a insurreição contra a posse de Jango que deu lugar a um regime parlamentarista provisório, e, afinal, o golpe de 1964, mesmo quando agraciado da denominação civil-militar.

Hermes da Fonseca. Agiu quase sempre como um ideólogo de uma reforma da sociedade (a expressão é de San Tiago Dantas), que acreditava no poder contagiante das ideias, avesso aos fatalismos sociológicos que subestimavam a força da vontade e do exemplo. A realidade social sozinha não poderia determinar o rumo da ação civilizadora. A insistência teimosa nos princípios apontava para a convicção de que a existência continuada da norma e das instituições de Direito criariam as armas e as oportunidades para que o combate democrático e o consequente desenvolvimento da democracia fossem possíveis.

Mas se Rui não conseguiu fazer de imediato o liberalismo parte principal do nexo efetivo da vida política institucional brasileira, não se poderia negar que seu empenho em dotar e fortalecer o país com instrumentos garantidores das liberdades individuais tenha, no longo prazo, sucedido em alguma medida; como no caso (talvez o mais notório) daquela instituição que ele nomeou — no seu estilo peculiar: "o sacrário da Constituição, [...] veto permanente aos sofismas opressores da Razão de estado": o Supremo Tribunal Federal [16]. À época, Rui introduziu a prática do *habeas corpus* político e multiplicou as iniciativas de cunho jurídico para estimular uma atitude de intervenção política do judiciário junto ao que percebia como abusos do Poder Executivo.

Ambas as tendências à politização, seja a do Judiciário, seja a dos militares parecem ter ressuscitado nos nossos dias.

Seja como for, as especulações de Joaquim Nabuco e de Manuel de Oliveira Lima sobre os méritos de um parlamentarismo oligárquico, coroado por um monarca sábio e tolerante na utilização de seus poderes excepcionais não progrediram. Mas, em compensação, ambos naqueles tempos incertos, extraíram de suas reflexões e estudos, duas obras poderosas e ainda hoje cruciais de historiografia política: *Um estadista do Império* e *Dom João VI no Brasil*.

Caberia talvez aqui invocar uma assertiva de Ángel Rama: "não há texto que não esteja determinado por uma situação de presente e cujas perspectivas

---

[16] A esse propósito, leia-se o ensaio de Christian Lynch: LYNCH, Christian Edward Cyril. "A utopia democrática: Rui Barbosa entre o Império e a República". In: MAGALHÃES, Rejane de Almeida e SENNA, Marta de (Orgs.). *Rui Barbosa em perspectiva*. Seleção de textos fundamentais. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 37-66.

estruturantes não partam das condições específicas dessa situação". Surgidas de uma situação de crise do regime político (republicano) brasileiro, as discussões aqui alinhadas viriam a delinear — em termos gerais — guias dentro dos quais ia se criando um eixo narrativo da história nacional: procurava-se, talvez em primeiro lugar, como lembra Ângela de Castro Gomes, tentar "fundar a autoridade política na tradição, e não na força e no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana". Procurar-se-iam, portanto, elementos que permaneceriam no longo prazo, definindo o caráter original e a sustentabilidade da ordem política e social brasileira, para a qual teria sido notável a existência de uma Monarquia. Enfim, esta última apontaria para uma continuidade do legado colonial que manteria o país enlaçado à história dos países civilizados, atributo importante para que se firmasse um caminho em direção do progresso.

Assim, para Oliveira Lima, "a continuidade 'civilizacional' teria sobrevivido com os herdeiros da dinastia de Bragança, após a volta de dom João para Portugal, ao longo do século XIX, tal como ocorrera com os congêneres europeus", o que teria garantido ao Brasil a possibilidade de uma independência relativamente pacífica e evitado a violência e a anarquia presentes nas frágeis repúblicas hispano-americanas[17]. Assim identificadas, essas diretivas permeiam essas (breves) observações sobre *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima.

Origem e escopo do *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima

Teresa Malatian nos indica que a preparação de *Dom João VI no Brasil* foi longa, tendo o seu começo provavelmente em 1897, quando o autor comunica a José Veríssimo que projetava escrever sobre o assunto como parte de uma planejada história da diplomacia brasileira[18]. A primeira edição do livro data de 1908 e foi publicada a expensas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como trabalho premiado em um concurso

[17] PAMPLONA, Marco A. "Ambiguidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a ideia de nação na Argentina e no Brasil". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 21-22.

[18] MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 203.

de monografias — instituído em 1903, em comemoração ao centenário de abertura dos portos — sobre o governo de dom João VI. O concurso havia sido uma iniciativa do visconde de Ouro Preto, cuja proposta ao Instituto já previa que o trabalho exaltaria "a unidade nacional do Brasil independente" e estabeleceria "a interpretação da transferência da Corte como antigo projeto que resultou na fundação do Império".

É verdade que Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, antecipara a interpretação preconizada por Ouro Preto, quando apresentara a Independência como a continuação natural do Brasil português. Ao transferir a Corte para cá e ao decretar a abertura dos portos, dom João VI praticamente abolira a condição colonial do Brasil e transformara o país em sede do Reino, possibilitando o advento de um governo monárquico independente. Oliveira Lima incorporou a mesma interpretação, mas acrescentou um retrato pessoal do príncipe regente cheio de nuanças, relendo o que era tomado por mediania, hesitações e até poltronices como manifestações de uma espécie de "astúcia dos fracos", em um mundo onde imperavam forças muito superiores à sua dinastia e a Portugal.

Já no início do livro ele questiona a versão da fuga da Corte como tendo sido somente um ato destemperado e improvisado, sugerindo que ela estaria entre as alternativas políticas previstas pelo governo português, ao pôr em relevo uma memória de 1803 de dom Rodrigo de Souza Coutinho ao príncipe regente, na qual se lia: "depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa". E, bem mais adiante, concluiu sobre dom João VI: "seu senso político revelou-se em muita ocasião. Um dos mais fracos soberanos da Europa vimos ter sido o único que escapou às humilhações porque fez Napoleão passar os representantes do direito divino".

Essa versão revisionista da personalidade e das habilidades de dom João VI constitui um dos atrativos mais populares desse livro, mas não creio eu ser o seu traço mais significativo, o qual se diria derivado de um conselho que Capistrano lhe havia voluntariado em carta[19]: "Quando chegar à época em

[19] De 11 de dezembro de 1900, apud. MALATIAN, Teresa, op. cit., p. 204.

que ele (dom João VI) veio para o Brasil, leia, de lápis em punho, todos os viajantes, apresente um quadro largo do estado do Brasil e ver-se-á quanto é falso e acanhado tudo quanto agora se tem feito".

Oliveira Lima consultou praticamente todos os viajantes e estudiosos, como Tollenare, Saint-Hilaire, Luccock, Koster, Freycinet, Mary Graham, Von Leithold, Spix, Von Martius, James Prior; e foi muito além: percorreu cartas e memorandos de diplomatas estrangeiros — da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos — lotados no Rio de Janeiro, e cartas de personagens menos importantes que lhe forneceram valiosas descrições da vida durante o período joanino, como é o caso da extensa correspondência do bibliotecário da Biblioteca Real, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, além de documentos de um sem-número de arquivos brasileiros e portugueses. Ao descrever o seu esforço de compilação, Otávio Tarquínio de Souza nos diz:

> para levar a cabo a grande obra [...], forjou uma pachorra de velho frade e durante anos se entreteve nas coleções de manuscritos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, do Museu Britânico, da Real Biblioteca da Ajuda. Muitos dos documentos em que se apoiou eram inéditos ou só tinham sido manuseados por um ou outro pesquisador menos atilado e sobre eles não se havia feito até então qualquer trabalho. [20]

O resultado desse esforço é um volume de aproximadamente setecentas páginas distribuídas em trinta capítulos. A espinha dorsal da narrativa segue aproximadamente a linha cronológica da estada de dom João VI no Brasil — da partida da Corte de Lisboa em novembro de 1807 ao seu retorno para Portugal em abril de 1821 —, mas o autor introduz capítulos nos quais se engaja em digressões para, por exemplo, compor um personagem, como no capítulo VI, sobre a rainha dona Carlota, ou no muito citado capítulo XXIV, quase no final do livro, onde se tenta descrever modos de agir e traços

[20] SOUZA, Octávio Tarquínio de. Prefácio à 2ª edição. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 771.

da personalidade de dom João VI à luz da história do período. Às vezes, também se detém em um tema especialmente relevante para esclarecer a sua narrativa — é o caso do capítulo X, sobre o tráfico de escravos, e do capítulo XIX, sobre o tratamento dos índios. Em outros, seleciona um episódio particularmente expressivo, como no capítulo XX, sobre a Revolução Pernambucana de 1817.

A multiplicidade de informações acumuladas faz com que *Dom João VI no Brasil* seja utilizado muitas vezes como uma simples fonte de dados ou guia de referência de uma época, por especialistas de áreas diversas que o consultam à procura de material relevante aos seus interesses específicos. No entanto, o todo se apresenta como um monumento de história narrativa em que a riqueza das informações recenseadas — de história diplomática, de história política, de economia, biografias, cenas de descrição da vida comum, anedotas — é alinhavada com um cuidado analítico permanente; o que faz com que este livro possa ser classificado como um dos pilares da historiografia do século XIX, juntamente com *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco.

Oliveira Lima analisa, talvez pela primeira vez, a emergência do Estado brasileiro dentro da dinâmica das relações internacionais da época, percorrendo minuciosamente os seis anos (1808-1814) da hegemonia napoleônica e os cinco anos posteriores ao Congresso de Viena (1815-1820), quando se redefiniram as relações de poder entre os países da Europa.

Destrinçar toda a trama histórica envolvida, vista de um país periférico submetido a dois grandes determinantes — o avanço crescente do domínio do capital inglês e o grande jogo de poder entre as potências europeias —, é tarefa que exige um fôlego intelectual e uma paciência para os detalhes, admiráveis. Esse esforço narrativo é feito ao longo de seis capítulos (do XII ao XVII), repletos de peripécias diplomáticas, jogo de dissimulações e habilidades de muitos agentes manipulando uma variedade de interesses, mas cujas linhas centrais vêm a constituir o cerne do livro, em torno do qual tudo o mais se organiza[21].

---

[21] NEVES, Guilherme Pereira das. "Oliveira Lima: DOM João VI no Brasil". In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. São Paulo, Editora Senac, 2000, p. 152.

Ao observar essa movimentação complexa de agentes e interesses, há que se aceitar a observação de Luiz Costa Lima, que vê em *Dom João VI no Brasil* não uma biografia de um príncipe regente, depois rei, mas uma "biografia plural", compreendendo uma "plêiade de nobres e juristas burgueses (o conde de Palmela, Antônio de Araújo, o conde Barca, o marquês de Aguiar, Rodrigo de Souza Coutinho, Tomás Antônio Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira), sem a qual as hesitações do príncipe-regente teriam sido paralisia, e suas astúcias, inconsequências" [22].

A importância da aliança com a Inglaterra — centro do capitalismo industrial e comercial em expansão — implicava um estado de dependência de Portugal, que se submetia às exigências inglesas. Depois da abertura dos portos, em 1808, medida que também favoreceu o movimento comercial da colônia,

> as condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava como perpétua. A falta de genuína reciprocidade era absoluta[23] e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo dificílima de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem na necessidade de consumo, sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras.

O predomínio econômico da Inglaterra é tomado por Oliveira Lima, como não poderia deixar de ser, por dado inevitável, paisagem permanente do período. Do ponto de vista político, tratava-se, para Portugal, de sobreviver em meio ao jogo das potências europeias, abocanhando as vantagens possíveis.

---

[22] LIMA, Luiz Costa. "Dom João VI no Brasil (Oliveira Lima)" In: LIMA, Luiz Costa. *Intervenções*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 376.

[23] O tratado luso-britânico de 1810 fixava em 15% a taxa alfandegária sobre produtos ingleses vendidos para o Brasil, o que constituía uma vantagem unilateral flagrante para Inglaterra, já que os demais países pagavam uma taxa de 24% e Portugal 16%! Somente em 1816, igualaram-se as taxas inglesa e portuguesa.

Se nos ativermos ao que se passou no Congresso de Viena, veremos que os representantes portugueses procuravam resolver três questões prioritárias: a restituição do território de Olivença, tomado pela Espanha na guerra de 1801; a fixação da fronteira norte com a Guiana francesa — invadida pelas tropas portuguesas em 1809 — de acordo com o Tratado de Utrecht, de 1713, que a Inglaterra havia alterado, em detrimento de Portugal, no acordo de Amiens com a França, em 1802; e a defesa do tráfico negreiro, cuja proibição vinha sendo objeto de campanhas da opinião pública na Inglaterra. A posição marginal de Portugal, na órbita de influência inglesa, durante as negociações de Viena não contribuiu para a resolução definitiva de nenhum desses pontos: Olivença não foi devolvida, e a questão da Guiana ainda se arrastaria por décadas. Ressalve-se, porém, que, embora "fosse Portugal o único estado verdadeiramente interessado em que não se cessasse o comércio de escravos", tivesse obtido uma vitória parcial nesta questão, graças, em muito, às movimentações do conde de Palmela, representante português junto ao Congresso: acordou-se que o tráfico de escravos fosse abolido ao norte do Equador, mantendo-o, todavia, abaixo da linha equatorial. Oliveira Lima sublinha a lucidez premonitória de Palmela sobre esse resultado, citando uma sua comunicação ao Brasil:

> julgo-me na consciência obrigado a declarar e a repetir que a ideia de continuar sem limite de tempo à importação de escravos para o Brasil é impraticável e que nos atrairá, se não nos precavermos, as mais fatais consequências. Basta para provar essa asserção refletirmos que o Brasil é já agora o único país no mundo para onde se levam, sem ser por contrabando, novos escravos. Em todo o resto da América se acha esse tráfico abolido, e a Inglaterra está bem determinada (porque quando mesmo o governo o não quisesse, a nação o exigiria) a conseguir finalmente a abolição geral. O que podemos ainda é ganhar tempo, e para preparar-nos para o sacrifício, mas não evitá-lo afinal[24].

[24] Ofício a Thomas Antônio de Villa Nova, de 10 de agosto de 1819. Cf.: LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 283.

E Oliveira Lima conclui: "dom João VI conseguiu, todavia regressar para Portugal sem que estivesse resolvida a questão, o que neste caso era sinal de vitória".

Esta vitória, sabemos agora, conseguiu ser empurrada até 1850. A dependência do trabalho escravo, que caracteriza os grupos proprietários brasileiros e determina o afinco na defesa do tráfico negreiro pelos diplomatas portugueses, tão bem descrita por Oliveira Lima, tem a força de unir as classes dominadoras dentro do país e de transformá-la em um interesse nacional, perverso, é bem verdade [25].

A essa vitória acrescente-se a ocupação portuguesa da Banda Oriental do Prata, "o maior desforço, o desforço tomado pelo príncipe regente e seus conselheiros em oposição a toda a Europa, mesmo contra o aliado inglês, do que Portugal deixara de alcançar em Viena e de justiça lhe cabia".

Aproveitando a fragilidade da Espanha, recém-saída da ocupação francesa, o relativo alheamento europeu com relação às Américas e a instabilidade do governo de Buenos Aires, o governo no Rio de Janeiro, pretextando intervir contra as movimentações militares de Artigas, invadiu Montevidéu, em 1816. Apesar dos protestos espanhóis e até da oposição inglesa, Portugal conseguiu protelar a situação, através das seguidas negociações de Palmela, criando-se uma situação continuada de ocupação que levou à anexação formal da região, em 1821, e à criação da Província Cisplatina.

É notável a maestria com que Oliveira Lima descreve as manobras diplomáticas e os ganhos possíveis desse Reinado com espaço limitadíssimo dentro do jogo das grandes nações. Nesse processo, ele salienta a divisão virtuosa e produtiva de trabalho entre um rei que tomava iniciativas aqui no continente americano e o seu enviado, que ora se fixava em ganhos específicos julgados essenciais (como no caso do tráfico negreiro abaixo do Equador), ora tergiversava, protelava, chicaneava para evitar uma solução definitiva que fosse prejudicial aos interesses do reino, como no caso da campanha do Prata.

Tudo é descrito, analisado ou sugerido pela enorme quantidade de documentos e fatos aqui reunidos, o que torna as seções sobre a política internacional uma raridade dentre os estudos sobre essa época. O problema

---

[25] LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 371.

da Guiana, a ocupação da Banda Oriental a partir do Rio de Janeiro, o envolvimento comercial com a Inglaterra, as negociações internacionais, que têm naturalmente que receber o aval e o desenvolvimento da Corte carioca, vão cada vez mais caracterizando o espaço territorial brasileiro como unidade política, o que, de resto, ele já se tornara formalmente, com a sua elevação a Reino Unido, delineando o formato de um Estado uno que prevaleceria pelo restante de nossa história. Sem contar, na fixação no imaginário nacional de uma corte originária e fundadora, associada ao estabelecimento de uma Metrópole que iniciara a sua internacionalização.

Era no tempo do Rei...

Com esta primeira frase do seu *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antônio de Almeida nos projeta — pelo poder evocativo de um pregão frequentemente utilizado pelos contadores de história — a um tempo mítico, onde fantasia e imaginação encontram o seu lugar; um tempo estranho pelo pitoresco que a distância impingia, mas igualmente familiar, nosso. Era o tempo de dom João VI, e quase todos nós reconhecemos naquele livro — que praticamente funda a nossa prosa de ficção — um ar, um espírito que gostamos de identificar como brasileiros, mais precisamente de um Brasil urbano que teria sido inaugurado com a presença da Corte no Rio de Janeiro. "Com a chegada de dom João VI", nos diz Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*,

> o patriarcado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e fazenda [...] começou a perder a majestade dos tempos coloniais [...]. No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a reeuropeização se verificou [...] pela assimilação, da parte de raros, pela imitação (no sentido sociológico, primeiro fixado por Tarde), da parte do maior número, e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América [...] uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido aceitos por brasileiros[26].

[26] Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968, vol. 2, p. 3 e p. 309-310.

Nós sabemos que o sociólogo, apesar de vez por outra manifestar sua nostalgia pelo patriarcado, compreendia que, ao destruir a sociedade patriarcal, mas também lhe assimilando certos aspectos, a reeuropeização mencionada fazia parte constitutiva da nossa formação; um pouco à maneira de Oliveira Lima, que foi seu mestre, ou pelo menos seu guia nas leituras, e à diferença dos românticos, que procuravam no passado mais remoto, pré-colonial, a base para a construção da identidade nacional. O Brasil se afirmava, se definia e entrava na grande roda do mundo civilizado; e lá entrava pela mão do Rei.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José Almino de, e PESSOA, Ana (org.), *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968, vol. 2.

GOMES, Ângela de Castro. "Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas", In: *Remate de Males*, nº 24. Campinas: Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004.

LIMA, Luiz Costa. "Dom João VI no Brasil (Oliveira Lima)". In: LIMA, Luiz Costa. *Intervenções*. São Paulo: Edusp, 2002.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira.* Edições do Senado Federal, volume 158, Brasília 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. "A utopia democrática: Rui Barbosa entre o Império e a República". In: MAGALHÃES, Rejane de Almeida e SENNA, Marta de (Orgs.). *Rui Barbosa em perspectiva*. Seleção de textos fundamentais. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 37-66.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. São Paulo: EDUSC, 2001.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: CosacNaify, 2008.

NABUCO, Joaquim. "O dever do monarquista". In: ALENCAR, José Almino de, e PESSOA, Ana (org.). *Joaquim Nabuco: o dever da política*.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEVES, Guilherme Pereira das. "Oliveira Lima: Dom João VI no Brasil". In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.) *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

Ofício a Thomas Antônio de Villa Nova, de 10 de agosto de 1819. Cf.: LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*.

PAMPLONA, Marco A. "Ambiguidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a ideia de nação na Argentina e no Brasil". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

RAMA, Ángel. *La Crítica de la Cultura en América Latina*. Caracas: Bib. Ayacucho, 1985.

Revista Trimestral do Instituto Histórico, IHGB, tomo 59, v. 94, 1896.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. Prefácio à 2a edição. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1985.

A Independência segundo Gilberto Freyre

André Heráclio do Rêgo[1]

Para Gilberto Freyre, a proclamação da Independência política do Brasil, em 1822, constituía episódio de um "processo amplo e complexo", que vinha de dias remotos. 1822 seria assim um episódio ostensivo, memorável, expressivo, significativo, "porém não de importância máxima quando considerado sociologicamente"[2].

O grito do Ipiranga seria dessa forma um episódio de um processo de longa duração, que o mestre de Apipucos, seguindo aliás Oliveira Lima denomina "movimento da Independência do Brasil", e que dataria do momento em que juntou-se à colonização feita por europeus e africanos, a "autocolonização" feita por "europeus e africanos já diferenciados das gentes de suas origens etnocêntricas", mas principalmente por mestiços, ou seja, "brasileiros miscigenados por vezes portadores dos sangues europeus e africanos e ameríndios"[3].

Aqui adquirem realce dois conceitos, um mais presente e conhecido que o outro na obra gilbertiana. O mais conhecido, o da miscigenação, básico na interpretação do Brasil feita pelo pernambucano. O menos conhecido, o da autocolonização, que pareceu aflorar nessa conferência feita em 1972, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário do Grito do Ipiranga.

Essa "autocolonização" viria dos meados do século XVII, e teria entre os seus pioneiros os bandeirantes e os pernambucanos. Os bandeirantes, e

---

[1] Diplomata e historiador. Sócio do IHGB e do IAHGP. Doutor pela Universidade de Paris Ouest Arch de la Défense. Pós-doutor pela Universidade Católica de Lisboa e pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

[2] FREYRE, Gilberto. "A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira". In: FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural*. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

[3] *Idem*.

aqui conviria substituir a expressão "bandeirantes" por "sertanistas", pela sua obra inestimável de expansão do território que seria brasileiro, por meio de expedições que reuniriam os elementos básicos da concepção freyreana: miscigenação e adaptação aos trópicos[4].

Os pernambucanos, pelo seu papel na expulsão dos holandeses, em 1654, e em episódios como a prisão e a "devolução" a Lisboa de um governador reinol que não era do seu agrado, em 1666, Sebastião de Castro Caldas. Aqui o episódio de longe mais significativo é o de 1654, sem dúvida. Este poderia ser considerado, de certa forma, um precursor da Independência do Brasil. Com efeito, e aqui socorro-me da obra de Southey, no ato da capitulação holandesa, as chaves das fortalezas do Recife haviam sido entregues pelos holandeses a João Fernandes Vieira, o representante mulato líder das forças brasileiras, e não a Francisco Barreto de Menezes, português representante oficial da Coroa lusa. João Fernandes Vieira é que teria repassado, ato contínuo, essas chaves para o português. Este, e outros motivos, levaram a que os pernambucanos se declarassem súditos políticos, e não naturais, ou vassalos, da Coroa portuguesa: eles o eram porque queriam ser, tendo tido a possibilidade de optar por outra via e declarar a sua independência; ao contrário dos outros brasileiros, que eram naturalmente submetidos à dominação portuguesa, por direito de domínio e de conquista, porque à custa de suas fortunas e vidas haviam conquistado a sua liberdade. Episódio bem menos significativo, nesse mesmo diapasão, seria a proclamação de Amador Bueno da Silva como rei por alguns paulistas mais ligados aos interesses hispânicos, quando da notícia da Restauração portuguesa, em 1640. Mas este episódio não teve consequência praticamente nenhuma, a

[4] Em outra obra, *Nordeste*, Freyre observa a propósito das bandeiras: "Às 'Bandeiras'" ninguém ouse lhes diminuir o valor no sentido da extensão da colônia portuguesa na América: do seu alongamento para o Oeste, para o extremo Sul, para o Norte. Mas esse transbordamento de esforço — já mais mameluco do que português — teria sido quase em vão e todo no raso — tão no raso que não criaria tipo nenhum de casa — se em torno dos engenhos de açúcar, nas manchas de terra de massapê, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras do agricultor de cana, da senhora de engenho, da mãe preta, do negro, do cabra da bagaceira" (FREYRE, Gilberto. *Nordeste.* Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985, p. 11).

começar pelo fato de que o homenageado, Amador Bueno, foi o primeiro a aclamar o duque de Bragança como rei de Portugal, na ocasião[5].

Seja como for, o importante a ressaltar é que, na visão de Gilberto Freyre, desde o começo de sua colonização, o Brasil viria a sofrer, "em benefício do seu futuro como nação independente", a influência de "circunstâncias americanas, tropicais, extra europeias, sobre suas origens ou heranças valiosamente europeias, principalmente ibéricas"[6]. Tal fato se vê bem claramente seja na adoção da "guerra brasílica" pelas tropas miscigenadas luso-brasileiras nas guerras holandesas, seja na profunda influência indígena nas práticas e nos usos dos sertanistas.

Trata-se de um processo revolucionário, pois, "a prevalecer nas relações da nova sociedade, que se foi aqui constituindo, com as nações de sua origem principalmente europeias, uma *rotina conservadora* (itálicos meus), uma conformidade passiva de colônia para com a metrópole. Essas relações teriam sido a negação mesma de qualquer tendência revolucionariamente diferenciadora[7], e criadora, acrescentaria eu.

O Brasil, dessa forma, conclui Freyre, constituiu-se em "pré-nação" e depois definiu-se e estabilizou-se em "nação", em um equilíbrio entre duas tendências: continuar preso a valores europeus básicos de sua formação sociocultural ou "reagir contra extremos de submissão às nações europeias colonizadoras, sobretudo Portugal, mas não exclusivamente, pela autocolonização, pela diferenciação, pela tropicalização, pela nacionalização[8]. Nesse sentido, há uma grande diferença, notada por Freyre, entre a Europa ibérica e as outras

---

5 É interessante notar, a esse propósito, que a própria Restauração portuguesa de 1640, ou seja, sua independência do domínio do rei da Espanha, se deveria, segundo Jaime Cortesão, aos interesses ligados à área açucareira do Brasil que, controlados pelos portugueses, estariam ameaçados pelas ações do governo de Castela sob o conde duque de Olivares. Nesse sentido, e expandindo o raciocínio de Cortesão, a Restauração portuguesa constituiria também um episódio da Independência brasileira, só que em relação a Castela. Nada a estranhar, vez que nações há que comemoram uma dupla independência. É o caso da Argentina, que comemora sua independência da breve dominação inglesa, com a respectiva devolução do poder ao representante espanhol, e também sua independência dos espanhóis.

6 FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 20.

7 *Idem.*

8 *Ibidem.*

Europas, entre as próprias práticas portuguesas dos séculos XVI e XVII e aquelas do século XIX, sobretudo no que se refere à colonização.

Trata-se de

> pequenas revoluções — pequenas como ocorrências históricas — dentro de recorrências crescentemente revolucionárias que podem ser definidas, em termos sociológicos, como expressões de um processo. Um processo constantemente criador. A independência política, em 1822, seria uma das expressões culminantes desse processo[9].

Na análise desse processo, ou desse movimento da Independência, convém aplicar outro conceito freyreano, o de "passados úteis", que se prolongam em "presentes valiosos" e se projetam em "futuros adaptados a constantes nacionais". É o caso da proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822 que, ao romper "com a solução em voga indiscriminada na América Latina — a republicana", considerou "útil" ou "válido" o passado monárquico, e optou pela fundação de um Império que, entre outras coisas, lhe garantiu a unidade nacional e a integridade territorial[10]. Vale observar, a esse respeito, que, para Freyre,

> a monarquia já castiçamente brasileira representada pelo rei dom João — mais brasileiro que europeu — e pelos dois Pedros é como pode ser classificada sociologicamente: como tendo correspondido a um processo de autocolonização que abrasileirou, em benefício do Brasil, o próprio sangue real importado da Europa[11].

A Independência do Brasil foi feita, assim, também no contexto da concepção patriarcal de que o "monarca é o pai civil dos seus vassalos"[12]. Não

---

9 *Ibidem.*

10 FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982, p. 66.

11 FREYRE, Gilberto. "A unidade nacional do Império". In: MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil.* Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

12 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvi-

se admire então que essa independência se tenha consolidado no princípio com base numa "aristocracia quase feudal de senhores de terra de massapê", e mais tarde dos fazendeiros da terra roxa[13]. Gilberto insiste mesmo, talvez um tanto anacronicamente, no caráter feudal da grande propriedade na primeira metade do século XIX, louvando-se em Joaquim Nabuco e reiterando mesmo uma comparação com a Rússia czarista: "o que principalmente dava à grande propriedade daquela época ar de parentesco com os feudos antigos e com os da Rússia daqueles dias era a fixação à terra do senhor e dos agregados: era a relação entre estes e aquele"[14].

Para ele, essa aristocracia era "quase feudal nas tendências e no gênero de vida e antimonárquica por natureza", mas deu à Coroa o prestígio e as condições de vida que doutro modo lhe faltariam em terra tão nova como o Brasil"[15], referindo-se principalmente à base política que permitiu a Maioridade.

Foi essa aristocracia durante algum tempo o melhor apoio da Coroa, mesmo que com o correr do tempo os conflitos se acentuassem e as divergências se dramatizassem[16]. Em troca, o reconhecimento do seu poder, dado pela outorga de títulos nobiliárquicos, sobretudo os de barão, que "foram sendo aceitos pelos senhores mais arrogantes e até procurados pelos mais vaidosos"[17]. Mas não só no que se refere a essa aristocracia territorial que permanecia em suas terras, raramente vinha à Corte e se contentava com o baronato. Também alguns grandes estadistas da Monarquia vieram dessas áreas de aristocracia tradicional, sobretudo da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro[18].

Essa aristocracia, ademais de antimonárquica por natureza, nas palavras de Freyre, era profundamente nacionalista, e mesmo particularista e bairrista. Não à toa, logo depois da Independência, em arroubos de "furor nativista",

---

mento do urbano. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 420.

13 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 11 e 12.

14 FREYRE, Gilberto. *Região e tradição.* Rio de Janeiro, 1941, p. 174.

15 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 12.

16 *Idem.*

17 *Ibidem.*

18 FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966, p. 82.

mudaram seus nomes de família lusitanos pelos nomes indígenas das suas propriedades, confirmados ou não por títulos de nobreza concedidos pelo imperador: Buritis, Juremas, Jutaís, Araripes. O caso mais extremo seria o do futuro visconde de Jequitinhonha (este de pleno direito um nome nativista): Francisco Jê Acaiaba Montezuma, ao invés do prosaico Francisco Gomes Brandão[19]. Outros, menos indianistas, optaram por nomes não menos nacionalistas e bairristas: Brasileiro, Pernambucano, Paraense, Maranhão[20]. Outros entretanto enveredaram pelo Iluminismo e pela maçonaria: Voltaire etc.

Gilberto Freyre alerta, entretanto, contra a simplificação de que essa aliança com a Coroa fosse automática, e que a aristocracia rural tivesse sempre encarnado os "interesses conservadores e de ordem, enquanto as cidades, os sobrados portugueses e as ruas teriam sido sempre os focos de revoluções democráticas e de movimentos liberais"[21]. Bem ao contrário, muitas vezes as posições se invertiam[22].

> A maior ou menor pressão dos interesses econômicos — a intervenção da metrópole por intermédio do vice-rei ou do capitão-general na economia particular e a favor da gente miúda — deve ter atuado poderosamente nas atitudes políticas dos proprietários de terra do século XVIII e da primeira metade do XIX. Atitudes, tantas vezes, de ressentimento e de insubordinação, em contraste com a passividade das cidades do litoral, por muito tempo cidades quase sem povo, só com uma onda movediça de plebe ou canalha da rua; e dominadas por um comércio ainda mais interessado que a lavoura na ordem e na estabilidade do domínio, primeiro português, depois imperial, sobre toda a extensão do país[23].

---

19 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala.* Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002, p. 451 e 452.

20 Sobre o nome Maranhão recorde-se que sua origem é bem anterior, tendo sido acrescentado ao sobrenome Albuquerque pelo conquistador do Maranhão aos franceses, nos inícios do século XVII, que passou a chamar-se Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

21 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, p. 161.

22 *Idem.*

23 *Ibidem.*

Observe-se a esse respeito que a política econômica da Coroa, a partir do século XVIII, consistia em deixar de lado a grande lavoura e privilegiar as cidades e os homens do comércio, tendência que ademais era histórica, recorrente desde a fundação do reino de Portugal por Afonso Henriques e que atingiu seu ápice com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Acentuou-se assim com dom João VI o desprestígio da aristocracia rural, formada por "devedores sempre em atraso"[24].

Esse movimento, esse processo de "desprestígio", não foi linear nem contínuo, e caracterizou-se por idas e vindas, progressos e regressos — como aliás quase tudo na História do Brasil. Assim, as influências sociais e econômicas, presentes já no século XVIII com a intervenção mais direta da Coroa desde que se descobriram as minas, e que se "definiram ou tomaram cor" com a chegada do príncipe regente[25], não impediram que a Independência se fizesse com apoio dessa mesma aristocracia, cujos representantes maiores, os senhores dos engenhos de açúcar e principalmente das fazendas de café, se ligassem durante certa fase do Império, "com certos interesses conservadores e de ordem, às vezes contra a demagogia das cidades, isto é, das ruas, das praças e dos mucambos"[26], não sem que não houvesse rusgas na relação.

O antagonismo entre campo e cidade, entre o patriciado rústico e a burguesia dos sobrados, revelava-se, em áreas como Pernambuco, desde inícios do século XVIII, com a Guerra dos Mascates, verdadeira guerra civil que terminaria com uma vitória inconclusa, "aos pedaços, incompleta, pela metade", dos interesses burgueses[27].

Essa indefinição, essa zona cinzenta entre as partes, entre aristocratas e burgueses, perduraria. Os interesses não estavam claramente demarcados, e muitas personagens transitavam de um lado para outro. É por isso que uma parte dos senhores de engenho e de outros proprietários de terra chegaram aos princípios do século XIX "como elemento de perturbação, e não de defesa da Ordem" aristocrática, pertencendo à "Ordem democrática"[28].

---

24 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, introdução à 2ª edição, p. 120.
25 *Idem*, p. 106.
26 *Ibidem*, p. 161.
27 *Ibidem*, introdução à 2ª edição, p. 106.
28 *Ibidem*, p. 381.

A esse respeito Gilberto Freyre menciona análise de Francisco de Sierra y Mariscal no livro *Ideias gerais sobre a revolução do Brasil e suas consequências*, escrito no calor da hora da Independência. Para este autor, o comércio é que seria a única aristocracia. Os senhores de engenho, de um seu lado, é que estavam desacreditados por seus privilégios, sobretudo os de não pagarem suas dívidas, e não constituíam uma classe só, opulenta e bem nutrida. Ao contrário, ele comentava que "qualquer pode ser senhor de engenho e há muitas qualidades de engenho", em alguns deles sendo necessário que 200 pessoas morressem de fome para que o senhor comesse carne de vaca duas vezes por semana e tivesse um cavalo na estrebaria[29].

Com o correr do tempo, as divergências aumentaram, e a "rústica nobreza" territorial se separou, como a Igreja católica, de uma Coroa que a não prestigiava. Gilberto Freyre dá a entender que mais por culpa do Imperador, dom Pedro II. Com efeito, afirma ele que seria aquela nobreza de rústicos que um imperador paternalista "poderia ter aproveitado numa grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em élite"[30].

A Independência do Brasil é, assim, mais um processo constante de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas; mais demonstrações culturais e populares do que afirmativas menos vivas e só abstratas. É um processo ativo ou latente de abrasileiramento, que teve início já no século XVII e se estende até hoje[31].

Afirma Gilberto Freyre em *A propósito do Grito do Ipiranga*:

> ao Brasil pode-se afirmar ter faltado — insista-se neste ponto — quer no seu período pré-nacional, quer no nacional, uma revolução com *R* rubramente maiúsculo; e singular, grandiosa na sua singularidade; sangrenta e patibular nos seus furores ou na sua sistemática a frio, como foi a Revolução Francesa para a França, ou a Russa, para a Rússia, ou mesmo a Mexicana, para o México. Em vez de uma revolução assim singular, assim grandiosa

[29] *Ibidem.*

[30] FREYRE, Gilberto. "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

[31] FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 21 e 24.

> e assim furiosamente revolucionária, temos tido, plural e dispersamente, vários movimentos revolucionários, médios e pequenos, deficientes em dramaticidade espetacular, porém de modo algum insignificantes como expressões sociológicas de um processo revolucionário — este sim, grande, construtivo, criador — que nos vem animando e inquietando, por vezes saudavelmente, desde os dias coloniais[32].

Para Gilberto Freyre, a própria forma pela qual se havia realizado a separação política de Portugal, seria o exemplo acabado de quanto uma revolução libertária pode ser efetiva com o mínimo de violência e o mínimo de rancor. "Quase sem ser substantivamente revolução. Sendo mais verbo do que coisa"[33]. Tal característica teria nos poupado, ainda segundo Freyre, do ridículo em que por algum tempo incorreram, na Europa relativamente estável, "as chamadas revoluções da América espanhola, isto é, da sua parte tropical, com abundância de generais transformados em caudilhos ou em ditadores de sombreiros pitorescos..."[34]. Tais revoluções seriam, acrescenta ele, "quase todas quarteladas, pronunciamentos, insurreições de aspectos mais ou menos cenográficos, de um tipo que o Brasil quase não conheceu..."[35].

A visão freyreana do processo revolucionário vai, pois, muito além do seu aspecto político. Trata-se de processo de transformação social, "descontrações de subordinados contra dominações de uns grupos ou de uns tipos de cultura por outros"[36]. Revoluções, mais que políticas, culturais, econômicas e estéticas, em que se almeja a reciprocidade e a interpenetração mais que a subordinação[37].

> A constância de atuação desse processo, como que moderadamente, mas constantemente revolucionário — a constância fazendo as vezes da violência esporádica — na existência prenacional, nos coloca entre as modernas

---

32 *Idem*, p. 21 e 22.
33 *Ibidem*, p. 15.
34 *Ibidem*, p. 18 e 19.
35 *Ibidem*, p. 19.
36 *Ibidem*, p. 17.
37 *Ibidem.*

> sociedades nacionais que têm atingido e desenvolvido a condição de nacionais ou de independentes, sem se desgarrarem em atitudes ou em extremos explosivos, mas combinando a tendência para uma relativa estabilidade — a sistemática monárquica de governo que sirva de exemplo, pois sociologicamente ela não desapareceu de todo, ao ser substituída a Monarquia pela República justa e rigorosamente presidencial de 89 — com a contrária, isto é, a tendência para retificações, alterações, modificações por métodos renovados ou evolucionários. Às vezes mais revolucionários do que, naquelas tendências estabilizadoras, que, sem tais impactos, teriam se extremado em estratificação ou em arcaização perniciosa, do ponto de vista de uma constante dinâmica sociocultural. Dinâmica sociocultural sob forma ou configuração prenacional ou nacional. E que inclui — é claro — uma dinâmica econômica. Socioeconômica[38].

Trata-se do conceito clássico freyreano de "equilíbrio de antagonismos", característico da formação brasileira, antagonismos esses amortecidos e harmonizados pelas condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil[39]. Tal equilíbrio não exclui, todavia, o que Gilberto Freyre denomina "os relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruições", que se manifestam tanto nos assassinatos, saques e invasões de fazendas por cangaceiros, quanto naqueles movimentos políticos ou cívicos, nos quais ocorreram "explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais"[40].

> Silvio Romero chegou a criticar-nos pela ingenuidade com que damos o pomposo nome de *revoluções liberais* a "assanhamentos desordeiros". O caráter, antes de choque de culturas desiguais, ou antagônicas, do que cívico ou político, desses movimentos, parece não ter escapado ao arguto observador: "os elementos selvagens ou bárbaros que representam no fundo étnico de nossa nacionalidade vieram livremente à tona, alçaram o colo e protago-

[38] *Ibidem*, p. 22.
[39] FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, p. 78.
[40] *Idem*, p. 164.

> nizaram a anarquia, a desordem espontânea", escreve ele, referindo-se às balaiadas, sabinadas, cabanadas que têm agitado o Brasil. Poderia talvez estender-se à caracterização dos mata-marinheiros, quebra-quilos, farrapos[41].

Exceção honrosa seria a Revolução Pernambucana de 1817, "a única digna desse nome", como afirmava Oliveira Lima, mencionado por Freyre, por ser "sem dúvida aquela que se revestiu menos do caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos", processando-se "de modo diverso das abriladas, com um programa e um estilo político definidos"[42].

A Revolução de 1817 caracterizou-se, nas palavras de Gilberto Freyre, por ter por objetivo um "progresso" que se conciliasse com a "ordem" brasileira[43]. Trata-se de um movimento que, de um lado, e a exemplo do que havia ocorrido em 1710 e do que ocorreria em 1824, se fez com base em um "sentimento de suficiência" e um "desejo de estabilidade" que lhes era assegurado pelas terras férteis da cana[44]. De outro lado, trata-se de "um esforço de padres que já não se contentavam com a leitura do latim", que "liam francês e até decifravam inglês"[45], "padres-humanistas formados no Seminário de Olinda e senão helenistas, como José Bonifácio, como ele latinistas, isto é, aristocratas do saber", ao lado daqueles senhores de engenho, descendentes daqueles fidalgos olindenses que havia mais de cem anos haviam proclamado uma república[46].

Reitere-se que esses intelectuais revolucionários, formados no século do Iluminismo, tinham por surpreendentes aliados os senhores de escravos e de terras, aristocratas já velhos de várias gerações no Brasil, alguns com sangue indígena e até negro. Às tentativas de República e de Independência, anteriores a 1789, feitas por esses revolucionários rústicos, faltaria "a direção intelectual de alguma grande figura de bacharel ou de clérigo mais

---

41 *Ibidem*, p. 164.
42 *Ibidem.*
43 *Ibidem*, prefácio à 3ª edição, p. XXX.
44 *Ibidem*, p. 11.
45 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, p. 439.
46 FREYRE, Gilberto. *A propósito de José Bonifácio*, p. 21.

esclarecido", o que seria plenamente resolvido na conjuração mineira e nas revoluções pernambucanas[47].

> Mas em qualquer uma dessas, se porventura tivesse triunfado o ideal revolucionário, teria talvez se verificado, dentro da vitória, o choque entre os partidários da Independência que visavam interesses de produtores de açúcar ou de mineradores e os partidários da Independência por motivos menos econômicos e mais ideológicos, ou pelo menos, de natureza mais psicológica ou mais sociológica do que econômica[48].

Após 1817, veio a Convenção de Beberibe, em 1821, na qual Pernambuco antecipou-se em cerca de um ano ao grito do Ipiranga, no que se refere à descolonização completa em relação a Portugal[49].

Concluo o presente artigo com aquela que é, a meu ver, a definição essencial de Gilberto Freyre a propósito do movimento da Independência:

> é, porém, através de um processo revolucionário menos ostensivo, mais a José Bonifácio que a Pedro I, que a nação brasileira vem desenvolvendo seus próprios estilos de democracia, da democracia econômica, de democracia social, de democracia étnica, além de simplesmente política. [...] Objetivo que estamos procurando atingir como se nos inspirasse, além do romântico e bravo brasileirismo de Pedro I, o dos pernambucanos de 1821; e além da visão pan-nacionalmente brasileira de José Bonifácio, o sentido transnacionalmente brasileiro do barão do Rio Branco, ao desejar um Brasil mais divulgado, melhor compreendido, mais respeitado no exterior pelo que nele é nação independente e cultura criadora. Pelo que nele vem sendo criação dos Aleijadinhos e dos Teixeiras de Freitas; dos músicos mestiços mineiros e pernambucanos do século XVIII; dos Josés de Alencar e dos Gonçalves Dias; dos Carlos Gomes e dos Villa-Lobos; dos pintores e dos arquitetos dos nossos dias; dos Manuel Bandeira e dos Carlos Drummond; dos José

47 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, p. 718.

48 *Idem*.

49 FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 15 e 19.

> Lins do Rêgo, dos Érico Veríssimo, dos Jorge Amado e dos Guimarães Rosa [...]. Que independência nacional é mais isto do que afirmativas menos vivas do que essas ou só abstratas. É mais Música como a de Villa-Lobos do que Direito constitucional como o do aliás insigne Ruy Barbosa. É mais escultura como a do Aleijadinho que a Inconfidência Mineira. É mais Joaquim Nabuco de Massangana que a Revolução Republicana de 1817. É mais um constante processo de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas. É mais o não pouco que vem acontecendo como criação brasileira do que o muito que a sabedoria política dos brasileiros vem evitando que aconteça entre nós e contra nós[50].

Referências bibliográficas

FREYRE, Gilberto. *A propósito de José Bonifácio*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972.

FREYRE, Gilberto. "A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira". In: FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural*. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

FREYRE, Gilberto. "A unidade nacional do Império". In: MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil*. Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002.

FREYRE, Gilberto. "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e

[50] FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 24.

a paisagem do Nordeste do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985.
FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro, 1941.
FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982.
FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006.

Reflexões de Gilberto Freyre sobre o processo de Independência do Brasil

George F. Cabral de Souza[1]

As discussões sobre o processo de emancipação política do Brasil não poderão jamais prescindir da análise das reflexões feitas sobre o tema pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Nascido no Recife em 1900, Freyre é um dos mais conhecidos pensadores sobre o Brasil. Suas obras foram traduzidas para diversos idiomas, para além de serem objetos de numerosas análises e críticas no Brasil e no exterior. A imensa circulação de suas ideias se reflete na grande quantidade de títulos e homenagens concedidos por universidades de todo o mundo ao longo de sua vida. Diferentemente de outros pensadores sociais do início do século XX, Freyre não teve sua formação inicial em Direito. Após concluir os estudos iniciais no Colégio Americano Batista rumou para os Estados Unidos, onde realizou seus estudos superiores na Universidade de Baylor (Texas) — uma instituição de ensino também ligada à Igreja Batista — e na Universidade de Columbia (Nova Iorque). Nesta última, foi orientado pelo renomado antropólogo Franz Boas, que realizava seus estudos tomando como base a dimensão cultural dos grupos humanos e descartando os dados biológicos e raciais, o evolucionismo e o determinismo.

Em seus anos de formação, Freyre absorveu influências e ideias de muitos pensadores de diversas áreas do conhecimento, tais como Weber, Simmel e

[1] Doutor em História pela Universidade de Salamanca. Professor do Departamento de História da UFPE. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Pesquisador do CNPq. Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e membro da Academia Pernambucana de Letras (cadeira 11). Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Acadêmico honorário da Academia Portuguesa da História.

Dilthey, para além de uma vasta gama de autores. Não podemos deixar de mencionar o diplomata e historiador pernambucano Oliveira Lima entre as figuras intelectuais que marcam a trajetória de Freyre. Em Columbia, em 1922, defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Vida Social no Brasil do século XIX*. Seguindo o conselho de Oliveira Lima, Freyre enviou exemplares de sua obra para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, mas nenhuma das duas instituições manifestou interesse pelo texto do jovem pernambucano.

A mais importante obra de Freyre é, sem dúvida, *Casa-grande & senzala*, lançado em 1933. O livro é o primeiro da trilogia dedicada à *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* e que se completa com *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* e *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sobre o regime de trabalho livre [...]*. Os três trabalhos são normalmente associados com as três grandes fases da História do Brasil: Colônia, Império e República.

Casa-grande & senzala integra o conjunto de obras comumente apontadas como essenciais para a compreensão da sociedade brasileira. Juntamente com *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda, 1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia* (Caio Prado Júnior, 1942), constitui a tríade de textos interpretativos produzidos no âmbito das mudanças decorrentes da Revolução de 1930, um momento no qual a trajetória histórica do país passou por rápidas e intensas transformações, algo que Freyre encarou com um quê de desconfiança por considerar que se perdiam algumas das mais importantes características da brasilidade.

Em *Casa-grande & senzala* antecipa as características mais marcantes de tudo o que ele posteriormente publicou, seja nas temáticas, na construção da narrativa ou nas opções metodológicas. Sua escrita é envolvente e fluída, sem rigorosa atenção a cronologias e demonstrações empíricas, mas elaborada a partir de fontes nunca antes exploradas pelas ciências sociais. Sua explicação do Brasil tem muito de saudosismo e de contemporização (ou mesmo negação) de conflitos, mas ao mesmo tempo é revolucionária na valorização da mestiçagem, na amplitude das perspectivas de análise e na rica variedade de materiais explorados.

De acordo com Da Matta, a escrita de Gilberto Freyre era marcada pelo "enfático viés culturalista que leu o país menos como Estado-nacional e mais como um estilo de pertencer: uma configuração de costumes, com uma identidade distinta [...]." Ainda segundo o apresentador da 15ª edição de *Sobrados e mucambos*, "o Brasil de Gilberto não é uma engrenagem mecânica, tocada pelas leis da história ou da economia; tem alma, intriga, calor, gosto, incoerência, sussurro, discurso e coração". Em sua leitura do Brasil nota-se a "ausência de referências ao Estado, ao governo e ao universo das leis e da política".

Os textos nos quais o processo de Independência e a construção do Brasil como Estado nacional presentes na vasta obra de Freyre foram reunidos e analisados por André Heráclio do Rêgo no volume *A propósito da Independência e do Império*, publicado em 2022, e que faz parte da *Coleção Pernambuco na Independência 1822-2022*, uma iniciativa da Companhia Editora de Pernambuco por ocasião das celebrações do Bicentenário da Independência. O tema da independência foi tangenciado nas principais obras freyreanas e foi abordado em uma conferência pronunciada no Teatro de Santa Isabel, no Recife, em 1972, no âmbito das comemorações do Sesquicentenário do 7 de Setembro. Originalmente intitulada "Independência brasileira, um processo de criatividade sociocultural", foi publicada em 1995, em coletânea organizada por Edson Nery da Fonseca, com um novo título: "A propósito do grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira". A conferência voltou a ser publicada na compilação realizada por Rêgo e acima mencionada.

Não obstante reconhecer a consumação da emancipação política, Freyre advoga que a descolonização "não significa o repúdio a grandes valores comuns", indicando, entre outras continuidades, a permanência entre nós do uso da língua portuguesa, "a mais tropicalizada das línguas neolatinas", e que os brasileiros continuaram enriquecendo e abrasileirando sem rejeitar os textos e autores canônicos do idioma.

O processo de separação política do Brasil seria um bom exemplo de como uma revolução libertária pode ser conduzida "com o mínimo de violência e o mínimo de rancor". Dessa forma, a Independência se deu "quase sem ser substantivamente revolução", tendo sido mais verbo que coisa. A

Independência teria se consumado pelo "modo tipicamente brasileiro", sem uso ostensivo da força, mas sim de forma suave, mas efetiva, sem os clássicos choques entre subordinados e dominadores, e sim pela busca da reciprocidade e da interpenetração.

Freyre recorre à imaginação para traçar o que diriam sobre a Independência alguns dos mais importantes oradores que já haviam discursado naquele teatro. Ele defende que Castro Alves ressaltaria um porvir de cada vez mais unidade entre os brasileiros, apesar dos "pugilatos tremendos" ocorridos em 1817, em 1824, nas revoltas contra a unidade territorial ao longo do Império, na Guerra do Paraguai e em Canudos. Joaquim Nabuco, na imaginação freyreana, destacaria que mesmo tendo se tornado uma República, o Brasil não renegou o fato de ter sido a Monarquia que logrou a Independência, a unidade e a abolição, e que se colocou acima das "dissensões extremas em dias críticos". Remetendo-se à figura de Tobias Barreto, Freyre imagina que ele defenderia em seu discurso a necessidade dos brasileiros se insubordinarem contra "as dependências intelectuais que destruíssem em nós a espontaneidade".

O escritor pernambucano considera que a declaração, em 1822, de "uma só Independência", é um fato que encontra raízes históricas remotas, cultivadas dentro de um processo amplo e complexo que remontaria aos feitos dos bandeirantes paulistas e dos pernambucanos de 1666, que despacharam preso para Lisboa um governador português. Ele considera que Pernambuco foi, entre as províncias, "a primeira do Brasil que desassombradamente se descolonizou por completo", referindo-se aos fatos ocorridos entre agosto e outubro de 1821 em Goiana, Olinda e no Recife. As revoluções pernambucanas e mesmo a Inconfidência Mineira teriam sido fortemente condicionados por "motivos econômicos", mas não exclusivamente por eles, dado que fatores culturais também estiveram presentes, como, por exemplo, "o pendor para as formas liberais de governo".

Tanto o movimento mineiro, quanto os pernambucanos se valeram do esteio intelectual de bacharéis ou de clérigos que eram "bacharéis de batina", todos inflamados por "libertinagens intelectuais" francesas. Se algum destes movimentos tivesse triunfado nos seus intentos independentistas, haveria de se dar um choque entre os interesses econômicos das elites locais (senhores de

engenho ou mineradores) e o pensamento liberal dos bacharéis afrancesados. No que tange à questão racial, o choque se daria entre "os preconceitos de branquidade" — que mesmo alguns revolucionários chegaram a exprimir —, com "as ideias de extrema democracia social" de figuras como Manuel Arruda Câmara, que encaravam a Independência como a ocasião para "uma reconstrução inteira da sociedade" a partir de relações mais justas entre senhores e oprimidos, entre "brancos e homens de cor".

O episódio de 1822 não deixa de ser "memorável, expressivo, significativo", mas, do ponto de vista sociológico, não gozaria de importância máxima. Essa percepção se revelaria a partir do estudo do passado dentro do conceito do *tempo tríbio*, valorizando mais as conexões entre "os fatos convencionalmente históricos" dentro do passado, presente e futuro, do que os próprios eventos. Nessa perspectiva, o processo de Independência iniciou-se no Brasil com a "autocolonização" promovida por "europeus e africanos já diferenciados de suas origens etnocêntricas, e, sobretudo, por mestiços", que portariam as características interpenetradas de europeus, africanos e ameríndios.

Teria sido o impacto dos fatores americanos, tropicais e extra europeus sobre a rotina conservadora de heranças europeias (latinas e católicas) a base das tendências revolucionárias diferenciadoras do Brasil. A construção da nação brasileira se deu a partir do equilíbrio entre a tendência de continuarmos presos aos moldes socioculturais europeus ou de reagirmos aos excessos perpetrados pela Coroa portuguesa. A reação da segunda contra a primeira manifestou-se em vários episódios que foram se encadeando num "processo constantemente criador" conduzido por agentes revolucionários que produziram uma nacionalização de dentro para fora, com um toque de internacionalização, como foram os "afrancesados" da Revolta dos Alfaiates, os padres do Seminário de Olinda e os indianistas de base rousseauniana (que culminariam, mais adiante, em Gonçalves Dias e Carlos Gomes). Nestes episódios não se incluiria nenhuma revolução com "R" maiúsculo, sangrenta e com furores patibulares, mas sim diversas insurgências revolucionárias de pequenas dimensões, "deficientes em dramaticidade espetacular, porém de modo algum insignificantes como expressões sociológicas". 1822 seria a expressão culminante desse processo de afirmação da nação brasileira, episódio

no qual se destacam os "campeões carismáticos" Pedro de Alcântara (depois Pedro I) e José Bonifácio, figura modelar de "revolucionário-conservador".

O desenrolar do longo processo de construção do Brasil ao longo dos séculos coloniais nos dotou de "estilos quase nacionais de vida", frutos da convivência e da sabedoria de portugueses e brasileiros, e que nos permitiram — mediante um processo "suavemente revolucionário, mas não inautenticamente brasileiro" — a autocolonização que sociologicamente nos antecipou como ente autônomo, antes mesmo da Independência política. Para Freyre "autocolonização é neologismo necessário à explicação do Brasil como terra madrugadoramente nacional". A moderação dos atos ao longo do processo permitiu que a independência e a consolidação do Estado nacional brasileiro se dessem sem os desgarramentos resultantes de atitudes explosivas, mas sim com um viés de estabilidade. Esse seria um traço distintivo da trajetória política brasileira no âmbito da América latina, onde as repúblicas surgidas depois das independências vivenciaram a frequente ocorrência de revoluções e o surgimento, amiúde, de governos ditatoriais ou caudilhescos. Ao rejeitar a República no momento da Independência, os brasileiros de alguma maneira filtraram as influências emanadas no processo de emancipação dos Estados Unidos, recepcionando o que lhes interessava, mas "fugindo da mística e do mito de a salvação estar sempre na República". A Monarquia teve um papel importante na manutenção dessa estabilidade e, do ponto de vista sociológico, a República, ao manter a "sistemática monárquica de governo", garantiu que movimentos de renovação combatessem tendências de "arcaização perniciosa" sem ameaçar, entretanto, os equilíbrios construídos.

Para Freyre, uma longa sequência de revoluções suaves, mais adjetivas que substantivas, construíram a Independência nacional. Elas e as realizações culturais brasileiras que, mesmo quando produzidas pela elite, eram eivadas do espírito popular. Nessa perspectiva, nossa Independência se plasmaria melhor na música de Villa-Lobos que no direito constitucional de Rui Barbosa; na escultura de Aleijadinho, que na Inconfidência Mineira; em Joaquim Nabuco de Massangana, que na Revolução Pernambucana de 1817. Nossa Independência seria mais "um constante processo de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas".

O sociólogo destacou em *Sobrados e mucambos* que, à época do processo de emancipação política, a exploração da mão-de-obra escravizada e a prevalência numérica de negros e mestiços sobre os brancos provocaram importantes tensões raciais. O temor de um levante generalizado da população escravizada e de negros e mestiços livres permeava as preocupações de uma elite branca, politicamente dominante e que considerava que seria impossível manter o controle da situação sem o apoio de um poder europeu. A maneira de lograr a emancipação política com "preponderância do elemento europeu" e proteção contra o "elemento africano" seria promover o "desenvolvimento de novo elemento que não fosse nem africano nem europeu, mas a combinação dos dois e mais um terceiro, o indígena — numa palavra, o mestiço". O processo de mestiçagem iniciado durante a colonização, e até mesmo incentivado pela Coroa portuguesa, foi defendido como tática para a consolidação de um Brasil emancipado inclusive por José Bonifácio, a quem se convencionou chamar de Patriarca da Independência. Ressalta, entretanto, que entre pretos e pardos surgiram vozes que defenderam que uma verdadeira independência somente poderia ser alcançada com o seu predomínio sobre os brancos dominantes, posto que os não-brancos eram a maioria explorada.

Freyre rememora o exemplo do mestiço Pedro da Silva Pedroso, que se autointitulou governador das armas no Recife em 1822, depôs a Junta de governo da província e promoveu um motim em 1823, conhecido como a Pedrosada, "um dos movimentos mais nítidos de insatisfação social da gente de cor que já ocorreram entre nós". Naqueles dias, nas ruas do Recife ecoou insistentemente a quadrinha "Marinheiros e caiados / todos devem se acabar / porque só pretos e pardos / o país hão de habitar". Os tons de radicalismo de Pedroso e das propostas dos seus seguidores não foram suficientes, entretanto, para anular o patriarcalismo, traço mais importante da sociedade brasileira na visão freyreana. Os insurretos chamavam a Pedroso o "pai da Pátria", "pai de uma pátria em que negros e mulatos fossem cidadãos. Mas pai: paternalismo. Patriarcalismo."

A Monarquia brasileira teria servido como uma instituição capaz de complementar, em alguns aspectos, a escravidão patriarcal e, ao mesmo tempo, de servir como antídoto aos seus abusos. A existência da Coroa facilitou a unidade nacional, tanto no viés político, como no cultural. Ela foi "uma espécie de

superpaternalismo" que se colocou acima dos paternalismos regionais e dos seus consequentes enfrentamentos entre famílias poderosas. Os quatro monarcas que reinaram no Brasil, desde que a sede da monarquia se instalou no Rio de Janeiro (dom João VI, dom Pedro I, dom Pedro II e a princesa Isabel), teriam sido "pessoas que possuíam em alto grau o sentido das responsabilidades nacionais e reais". Dom João VI, "como rei do Brasil, foi o oposto de déspota — liberal, humano, progressista". Sua presença no Brasil promoveu profundas transformações, especialmente no Rio de Janeiro e seus arredores. Com a chegada de dom João, uma vaga de influência europeia "invadiu triunfalmente vários aspectos da nossa vida, mesmo a mais íntima". Quanto ao seu filho, Pedro de Alcântara, que se tornaria o primeiro imperador, "foi o herói romântico da Independência brasileira". Os monarcas do Brasil gozaram da confiança da população "como um poder maior, que se sobrepunha ao dos autocratas locais". Os próprios chefes locais reconheciam a monarquia como um poder superior capaz de dotá-los com elementos de distinção social e, por isso, devotavam a ela lealdade. A partir do momento no qual o regime sancionou a Abolição, o apoio dos poderosos locais ao Império foi retirado e a Monarquia sobreviveu por apenas um ano e meio. Desprovidos da proteção superpaternal da Monarquia, os ex-escravizados não receberam da República o devido apoio para sua integração na sociedade como cidadãos livres.

Não obstante, a presença do patriarcalismo, no entanto, provocou entre os brasileiros uma excessiva dependência do paternalismo, inclusive nos governos, assim como uma desvalorização do trabalho manual para o homem livre, para quem tinham valor apenas as carreiras acadêmicas, militares e eclesiásticas. Freyre acredita que o patriarcalismo "contribuiu para que certos brasileiros se mostrassem sádicos no exercício do poder".

Para o mestre de Apipucos, o Império caracterizou-se por uma centralização excessiva, o que seria um dos seus defeitos. No entanto, essa centralização do mando no Rio de Janeiro, não significou uma ameaça à diversidade cultural e regional brasileira, nem tampouco abriu espaço — como ocorreria durante outra fase de excessiva centralização política, o Estado Novo (1937-1945) — para a ascensão de "politiqueiros fracassados no regime constitucional". Se por um lado o Império pecou pela centralização, por outro lado se caracterizaria pela mistura de "métodos politicamente aristocráticos

com maneiras e costumes tão democráticos como os de qualquer república adiantada que tivesse então o continente".

Freyre denomina de "castelhanismo" as tentativas de partes do Brasil de impor um processo de centralização e uniformização sobre o país. Essa tendência se manifesta, do ponto de vista cultural, pela intenção de sufocar manifestações culturais de minorias — grupos europeus não-portugueses e mestiços — que não se rejam por valores portugueses ou luso-brasileiros. Tendo em vista a existência deste "castelhanismo" em alguns momentos de nossa História como nação independente, o autor em estudo preconiza que as subdivisões regionais do Brasil, que se notam também em manifestações culturais regionais próprias, sejam defendidas da uniformização centralista pretendida por algumas áreas do país.

De forma geral, Freyre apresenta em momentos esparsos dos seus numerosos escritos a ideia de que o processo de independência ocorreu de forma brasileiramente suave, sem rompantes de violência, e a partir da vigorosa base legada pelos portugueses. Práticas, leis, religião e a própria forma de governo trazida pelo colonizador passaram por um processo de adaptação que dotou o Brasil de um lastro nacional antes mesmo da eclosão da nacionalidade. A manutenção da Monarquia teria reforçado e consolidado os elementos positivos da colonização — inclusive o da inter-relação racial em diversas facetas das vivências humanas — prevenindo o Brasil de rupturas dilaceradoras como as que ocorreram nas vizinhas repúblicas latino-americanas.

Os críticos de Freyre, a despeito de reconhecerem as qualidades do seu texto e a vanguardista diversificação de fontes e materiais utilizados em suas pesquisas, apontam a sua visão conciliatória do processo de formação de nossa sociedade como um dos pontos mais problemáticos de seu pensamento. O questionamento recaiu principalmente sobre a ideia recorrente em sua obra de ser o Brasil uma sociedade que conseguiu desenvolver uma democracia social e étnica, mesmo quando as dinâmicas políticas não foram pautadas por princípios democráticos. A extrapolação cronológica e espacial e o rigor atenuado na apresentação de suas bases empíricas também são indigitados como máculas do pensamento freyreano, uma leitura de Brasil que seria, em seu núcleo duro, saudosista de um passado idealizado, visto retrospectivamente a partir de um ponto de vista elitista. Essa idealização do passado

incluiria a própria avaliação positiva feita sobre o período colonial e sobre o português como colonizador mais adequado para os trópicos. Para Dante Moreira Leite, Freyre enxergava o Brasil, principalmente no pós-1930, como uma "forma de decadência, de deturpação de formas autênticas". Vamireh Chacon aponta a necessidade de enxergar na crítica a Freyre, especialmente ácida entre os meios acadêmicos, entre outros aspectos, reações de centros universitários com pretensões de colonização interna das periferias nacionais. Enquanto autores dos grandes centros foram escrutinados com "pente grosso", Freyre teria sido passado a "pente fino", mormente em virtude de algumas de suas posições políticas ao longo da vida.

Referências bibliográficas

CARDÃO, Marcos, CASTELO, Cláudia (Orgs.). *Gilberto Freyre: novas leituras do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2015.

CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre, uma biografia intelectual.* Coleção Brasiliana, volume 387. São Paulo: Editora Nacional, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª ed. São Paulo: Global, São Paulo: 2004.

_____. "A propósito do grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira". In: FONSECA, E. N. da (Org.). *Novas conferências em busca de leitores*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife / Editora Universitária da UFPE, 1995, p. 101-110.

_____. *Novo mundo nos trópicos*. 3ª. ed. São Paulo: Global, 2011. (Especialmente p. 123-143 e 227-242).

_____. *Palavras Repatriadas*. Seleção de textos de Edson Nery da Fonseca. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. (Especialmente as páginas 15-56 e 249-263).

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 8ª ed. revista. São Paulo: Unesp, 2017 [1969].

RÊGO, André Heráclio do (Org.). *A propósito da Independência e do Império*. Escritos de Gilberto Freyre. Coleção Pernambuco na Independência 1822-2022. Recife: Cepe, 2022.

"Fosfóricos pirilampos nas trevas da noite": rebeldia e autogoverno pernambucanos na perspectiva de Evaldo Cabral

Manoel Carlos Fonseca de Alencar[1]

Antes ser livre e não ser independente,
do que ser independente e não ser livre.
Frei Caneca

O salto do tigre: rompendo o *continuum* do tempo

A formação do Estado brasileiro é contada como um destino manifesto, declara Evaldo Cabral. Depois de proclamada a Independência, o caminho natural seria o país tornar-se um grande império unificado, sob um regime monárquico constitucional. De acordo com essa narrativa, antes, porém, de consumar o seu destino, teria havido muitos obstáculos.

Um deles foi a própria resistência dos pés-de-chumbo à emancipação do país, marcante nas províncias do Pará, da Bahia e do Maranhão. Aqueles que defendiam que o Brasil deveria se subordinar às Cortes portuguesas, e não ao regente Pedro, tinham forte presença no Norte, mesmo porque a região, dada a sua proximidade com a Península Ibérica, mantinha estreitos laços econômicos com Portugal. Esse obstáculo foi vencido a ferro e fogo.[2]

---

[1] Professor da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC--UECE) e membro do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL)

[2] REIS, Arthur César Ferreira. "O Processo de Independência no Norte". In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986; NEVES, Lúcia Maria B. P. das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Antes do processo de Independência, as capitanias do Norte — quais sejam, Pernambuco, Ceará, Rio Grande e Paraíba — já revelavam marcada resistência às medidas advindas da Corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro. O regente dom João VI era tido como um tirano, que explorava a região para sustentar prerrogativas da nobreza, que se regalava no Rio de Janeiro. Cinco anos antes da Independência, os potentados locais se armaram contra o despotismo do rei. Foram também vencidos a ferro e fogo. Entretanto, os sentimentos daí advindos criaram uma identidade peculiar para os revolucionários, que passaram a se denominar "patriotas", e marcaram o processo de Independência na região. Essas mesmas, agora províncias, logo em seguida, desobedeceram abertamente às ordens advindas da Corte do Rio de Janeiro e, em alguns momentos, ameaçaram a integridade do Império, com impulsos separatistas, na denominada Confederação do Equador.[3]

No período regencial, conforme essa perspectiva histórica, outros obstáculos teriam de ser transpostos. De norte a sul do país, eclodiram diversas rebeliões, algumas de grande proporção — notadamente, a Balaiada, a Cabanagem e Farroupilha — resultantes de dissensões entre as elites brasileiras, decorrentes da incapacidade do poder central de manter a ordem e a paz social.[4] Mais agravante teria sido o risco do próprio *status quo* — marcante também no processo de Independência — pois em meio a acirradas disputas, foi mobilizada e armada uma heterogênea plebe, que aterrorizava as elites locais.[5] Ademais, nem sempre os senhores estavam por trás dos levantes,

---

[3] VILLALTA, Luiz Carlos. "Pernambuco 1817, 'encruzilhada de desencontros' do Império Luso-Brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação". *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 58-91, junho/agosto, 2003; BERBEL, Márcia. "Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político". In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; FAPESP, 2003; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo de Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

[4] MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

[5] CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. "A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará". *Almanack*, Guarulhos, nº 20, p. 194-215; DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; CARVALHO, Marcus J. M. de. "Os Negros Armados pelos Brancos e suas Independências no Nordeste (1817-1848)". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 881-914.

alguns deles foram protagonizados por escravos, nos casos das revoltas dos Malês, das Carrancas e de Manoel do Congo, nas quais os negros bradavam "morte aos brancos". Tudo isso havia acontecido em decorrência da ausência do Imperador. Somente ele seria capaz de promover o consenso, a ordem, a unidade e a paz da nação.[6]

Por fim, destaca-se o conjunto de ideias e ações, subjacentes à maioria dessas revoltas, que contestavam e ameaçavam a unidade do Império, ou mesmo a autoridade de seu chefe supremo, o imperador dom Pedro I. São as ideias liberais, federalistas e republicanas, que varreram o globo, e tiveram marcante ressonância na América na primeira metade do século XIX.

Consoante essa narrativa, o Império se consolidou, depois de superado um último obstáculo, a Revolta Praieira (1848), no Recife. Desde aí a nação conformou-se em sua feição unitária, centralizada e hierárquica. Esse período de prosperidade começou a decair por volta da década de 1870, devido a vários fatores, dentre eles a emergência das ideias e movimentos abolicionistas, republicanos e anticlericais, abalando os pilares do Segundo Reinado.[7]

Para Evaldo Cabral, essa forma de narrar a história representa uma visão saquarema do processo da Independência do país e da formação do Estado brasileiro. O seu marco inaugural foi a ascensão do regente Araújo Lima, em 1838, momento em que as elites brasileiras se convenceram que era necessário "parar o carro da revolução ", pois viram ameaçadas não apenas a unidade do Império, bem como o seu *status quo*. Desde aí, conforme Ilmar Mattos, nada mais parecia com o saquarema do que um luzia no poder, pois o projeto conservador saiu vitorioso.[8]

O ano de 1838 é também considerado um marco da constituição da historiografia brasileira, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual se identifica uma história do país sob uma

---

6 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

7 ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*: *a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

8 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

perspectiva conservadora.[9] Ou melhor, os saquaremas venceram e trataram de contar a história na ótica dos vencedores. Essa visão perdura na historiografia do século XIX, e segue até os dias atuais.

Com respeito a Pernambuco e as outras já referidas províncias do Norte, a historiografia saquarema os compreende como um dos principais focos da anarquia, posto que promoveram o dissenso e a desordem, evidente nas ideias federalistas e republicanas que ali grassavam e que se manifestaram em forma de rebelião entre os anos de 1817 e 1824. Nestes anos rebeldes, se ensaiaram formas de autogoverno antimonárquicas, que Evaldo Cabral percebe como alternativas ao projeto conservador, pois nestes anos a história da região poderia tomar outro caminho, convertendo-se numa república independente.[10]

Nesse sentido, recorremos às noções de "perspectiva histórica", de Raymond Williams, e de "salto do tigre" e "salto dialético", de Walter Benjamin. Williams nos faz pensar que os fatos históricos são interpretados desde um lugar no tempo e no espaço. Deste modo, os pernambucanos, nos anos revolucionários, elaboraram um discurso marcado por sua posição na geopolítica e por sua experiência, que Evaldo Cabral denominou nativismo pernambucano. Benjamin, por sua vez, com a sua noção de salto dialético, contribui com uma interpretação da história que rompe o *continuum* do tempo histórico, de modo que se vislumbre em cada momento suas probabilidades históricas. [11]

Deste modo, a história da Independência e da formação do Estado brasileiro é assim contada, pois é vista de uma perspectiva: a dos que, na Corte do Rio de Janeiro, ou os que a ela se alinhavam, comungavam com a ideia de um império unificado e centralizado. Por isso, faz-se necessário nos colocar naquele momento em que não havia vencedores e trazer à tona os

---

9 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

10 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência...* Op. Cit.

11 BENJAMIN, Walter. "As teses sobre o conceito de História". In: *Obras Escolhidas, Vol. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232; WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

diversos futuros guardados naquele passado, ou horizontes de expectativa, como diria Koselleck.[12]

Evaldo Cabral nos permite essa dupla operação: a de nos propiciar uma perspectiva "periférica" e nos fazer imaginar não apenas o que foi, bem como o que poderia ter sido[13], isso ao narrar magistralmente a história da rebeldia pernambucana contra o Império, revelando-nos uma outra Independência.

Rebelião e autogoverno pernambucanos: surgem os fosfóricos pirilampos

Em 1994, Evaldo Cabral publicou o seu livro *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Como evidencia o título, o autor analisa a Independência em Pernambuco, demonstrando que, nesta província, o movimento emancipacionista professava outros projetos, bem diversos daquele gestado na Corte do Rio de Janeiro. Ciosos da justiça de sua causa, os pernambucanos viveram em torno de sete anos em estado de sublevação e foram duramente reprimidos pelo Império.[14]

Embora, neste livro, Evaldo Cabral tenha encerrado a rebeldia e o desejo de autogoverno dos pernambucanos no período emancipacionista, bem sabemos que, para o autor, esses dois fenômenos transcendem esse intervalo de tempo. Ele nos transporta, no decorrer de seus outros livros, a quase 300 anos anteriores à Independência, onde vemos pernambucanos se rebelando contra o domínio dos holandeses, na guerra de restauração portuguesa.[15] Neste caso, mesmo na ausência de um desejo de autogoverno, o protagonismo dos colonos gerou um discurso que se

---

12 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

13 Ainda que Evaldo Cabral tenha condenado essa perspectiva ao recomendar que "não sucumbamos, porém, a tentativa, ora na moda, de projetar as nossas frustrações nacionais do que foi, imaginando o que poderia ter sido, à maneira dos nostálgicos dos Palmares". MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 16.

14 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência...* Op. Cit.

15 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

encrustou no imaginário nativista pernambucano e retroalimentou o seu sentimento rebelde e autonomista. O discurso, que foi elaborado à época pela açucarocracia, consistia na premissa de que a guerra fora vencida à custa de suas "vidas, sangue e fazendas", merecendo ser recompensada pelo rei com tratamento especial: perdão de dívidas, lugares na administração e postos militares; enfim, os nativos reclamavam maior autonomia na gestão dos assuntos locais.

Essa retórica da rebelião era corrente entre os que viviam na Colônia e empreenderam o processo colonizador, que a Metrópole deixou muito a cargo de particulares. Assim foi com os paulistas, que alegavam privilégios na prospecção das minas, pois, ao custo de seu "sangue, vida e fazendas", haviam exterminado índios selvagens, desbravado terras e descoberto as rotas para a minas.[16] Deveriam, portanto, ter prerrogativas diante daqueles que depois ali chegaram, os emboabas. Figueiredo enumera as insatisfações dos colonos com a metrópole:

> o respeito aos direitos que lhes cabiam em uma república cristã e justa desenrolavam-se sob a afetação de padecimento de ruínas e misérias, limitações ao exercício de cargos na república, justiça inoperante e lenta, empobrecimento, avareza na liberalidade régia, lançamento de tributos sem consulta, excessos e desordem na Fazenda real, tirania das autoridades coloniais, dificuldade de representação junto ao soberano e aos tribunais reinóis.[17]

No livro *A Fronda do Mazombos*, Evaldo Cabral mostra que, em relação a outros colonos rebeldes, havia um aspecto peculiar no discurso dos pernambucanos. Estes, por terem reconquistado a capitania sem a participação da Metrópole, haviam se tornado seus donos. Entretanto, decidiram entregá-la ao rei de Portugal, escolhendo serem seus súditos e não de outro rei, no caso, o rei da Espanha. Os "mazombos", portanto,

---

16 FIGUEIREDO, Luciano. "Narrativas das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América portuguesa moderna". Revista *USP*, São Paulo, n.57, p. 6-27, março/maio 2003.

17 *Id. Ibidem*, p. 8.

haviam estabelecido com a Metrópole um contrato, podendo em outro momento ser rompido, e eleita outra suserania. Esta seria uma visão contratualista que, de acordo com o autor, foi exclusiva dos pernambucanos.[18]

Desde os feitos memoráveis da Restauração, portanto, os colonos nortistas sustentavam uma hostilidade à excessiva ingerência da Coroa no poder local, reivindicando maior autonomia e rebelando-se quando percebiam as autoridades metropolitanas como despóticas ou como excessivos os tributos estabelecidos pelo Rei. No caso da açucarocracia, os reclamos recaíam também sobre a cobrança ou liquidação de suas dívidas, que eram muitas. Os senhores queriam ver suas dívidas perdoadas, alegando que se endividaram devido aos gastos com a guerra, ou opunham-se ao fato de os comerciantes e financistas lhe tomarem os bens imóveis, por conta de suas dívidas.[19]

Evaldo Cabral narra diversos momentos em que "a atuação de um setor da aristocracia empenhou-se em limitar em proveito próprio o exercício do poder real na capitania e o acesso dos comerciantes reinóis do Recife ao poder local, encarnado sobretudo na Câmara de Olinda". Seriam três as alterações pernambucanas que se verificaram na segunda metade do século XVII, desde 1666: o agosto do Xumbergas, as atribulações do marquês de Montebelo, o *clericus clerico lupissimos*. Nos três casos vê-se claramente a insubordinação dos senhores de engenho às autoridades reais e sua relutância em seguir os decretos advindos do Ultramar. No primeiro caso, passados um pouco mais de dez anos da Restauração, a Câmara de Olinda tramou a deposição do Mendonça Furtado, alcunhado Xumbergas, ato de desobediência considerado da maior gravidade, um crime de lesa majestade. Nesses anos, a açucarocracia logrou impor muitos de seus reclamos diante das autoridades metropolitanas, sendo sempre consideradas as suas demandas pelo rei ou pelo Conselho Ultramarino.

As prerrogativas dos olindenses foram decaindo concomitantemente à ascensão dos comerciantes do Recife, cujo poder, recrudescente, colo-

---

[18] MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. São Paulo: Editora 34, 2012.

[19] *Id. Ibidem.*

cava em risco a soberania dos mazombos, que tinham a representação de seu poder na Câmara de Olinda. Instalou-se, então, uma oposição entre a praça e o engenho, fenômeno que Cabral percebe com certa peculiaridade, pois historicamente essas duas classes caminharam juntas. O agravamento dessas hostilidades culminou na tentativa de assassinato do governador Sebastião de Castro e Caldas e na invasão do Recife pela aristocracia olindense, descontente com a elevação deste último à condição de vila, episódio conhecido como a Guerra dos Mascates.[20] Foram cerca de oito meses em que o Recife permaneceu ocupado pelas milícias mazombas, obrigando muitos mascates a se evadirem para outras localidades, de onde organizaram a reação. Foi no intervalo desses oitos meses, como aponta Evaldo Cabral, que se ensaiou uma experiência republicana de autogoverno. Os senhores de engenho olindenses governaram o Recife. Em conclave, alguns deles cogitavam até não aceitar governo enviado da Metrópole e escolher entre eles um governante, como evidencia a opinião do senhor José Tavares de Holanda, que teria afirmado que "aqui não era preciso ter rei".

As experiências ou projetos de autogoverno pernambucanos no período colonial não cogitavam uma Independência do Brasil, pois ainda inexistia o país. A América portuguesa era constituída por um conjunto de capitanias que se subordinavam aos governadores-gerais e à Coroa, sendo esta soberana. Os anseios dos pernambucanos eram os de exercer maior soberania sobre a sua república. O sentido de república aqui não é o de um sistema em que o povo elege os seus governantes, tendo sua representação em uma assembleia e, por vezes, um presidente. Heloísa Starling, ao investigar os sentidos de república no período colonial, anota que o modelo almejado pelos rebeldes pernambucanos era o veneziano, por duas razões:

> primeira, Veneza conseguiu a proeza de conter as suas dissensões internas, logo após a constituição de governo estabelecida em 1297; a participação política e o provimento dos cargos públicos da República estavam restritos

[20] A denominação Guerra dos Mascates foi criada por José de Alencar. Evaldo Cabral, por sua vez, defende que se classifique como uma fronda, e não uma guerra.

> a um corpo numeroso, mas limitado, de antigas famílias e a possibilidade de inclusão de novos personagens nos privilégios da cidadania permaneceu fechado entre os membros desse grupo fixo de famílias, tornando-se, com o tempo, praticamente um atributo hereditário...[21]

Ressalte-se, também, o fato de que o termo república, que significava basicamente um grupo de pessoas que se ligam por pertencerem a um determinado território e/ou mantiverem ligações étnicas ou comunais, desde por volta do século XIV assumiu cada vez mais uma conotação rebelde, de anseios de autogoverno confederados e contestadores do poder real. Eram, portanto, ideias e experiências vistas com temor pelos regimes monárquicos, e deveriam, portanto, ser duramente punidas.[22]

Foi no contexto dos anos que se estendem da Restauração à Fronda dos Mazombos, em meio a dupla ameaça, das autoridades reais e dos comerciantes recifenses, que floresceu o nativismo pernambucano: um conjunto de ideais e práticas sustentado pelas elites coloniais, com as quais, como se disse, reclamavam prerrogativas que não possuíam outras capitanias, posto que haviam restaurado Pernambuco do domínio holandês. A aristocracia mazomba, inclusive, se percebia como uma nobreza da terra — dado os seus feitos memoráveis da Restauração — e buscavam suas origens nos colonizadores duartinos, razão pela qual a genealogia se tornou em Pernambuco um conhecimento prestigiado.[23]

A segunda metade do século XVII, até a derrota definitiva dos mazombos, em 1715, pode ser considerada a primeira fase do nativismo pernambucano. Foram anos virulentos em que a aristocracia local manteve intensa hostilidade às autoridades metropolitanas e à ascensão dos mascates. Já na segunda fase, que se prolonga desde aí aos primeiros anos do século XIX, conforme Evaldo Cabral, o nativismo

---

21 STARLING, Heloísa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 62.

22 *Id. Ibidem*

23 MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

> passará a contentar-se, por intermédio de seus porta-vozes, com o culto de sentimentos localistas de orgulho cívico, sem conotações anticoloniais ostensivas, podendo, portanto, ser tolerados e até incentivados pela Metrópole. Moderação que lhe conquistou aquele setor do comércio português, já nacionalizado pela residência e pelos laços de família [...] O nativismo pernambucano foi assim, ao longo dos setecentos, um nativismo razoável, de transação, expurgado das feições mais virulentas que assumira ao tempo da guerra dos mascates.[24]

A rebeldia dos senhores de engenho veio à tona menos de cem anos depois da sua derrota em 1710, em episódio conhecido como a Conspiração dos Suassunas, que Evaldo Cabral alinha à voga de rebeliões liberais que varreu o globo na virada do século XVIII para o XIX. No Brasil, como se sabe, as ideias liberais, que questionavam o absolutismo dos reis, se fizeram presentes em duas outras conjuras: a baiana e a mineira.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, acirrou as hostilidades entre o poder local e o Rio de Janeiro, que se converteu em sede do poder metropolitano. Pernambuco e as capitanias do norte foram prejudicados com tais mudanças, pois as cargas tributárias se tornaram maiores e os agentes do Estado menos coniventes com os maus pagadores. Ademais, as autoridades externas às províncias se tornaram mais presentes, ocupando cargos e posições em detrimento da elite local. O processo pode ser entendido como uma extorsão financeira do Norte pela Corte e como uma usurpação do poder local pelas autoridades régias.[25] As elites locais — e em certa medida o povo, pois este era atingido também pelos excessivos tributos — tinham essa situação como odienta, e não deixaram de expressar a sua indignação, desde a vinda da família real. O seu estopim foi 1817.

---

[24] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 17.

[25] MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*...

A outra Independência pernambucana (1817-1824): os pirilampos brilham intensamente

Em entrevista concedida a Heloísa Starling e Lilia Schwarcz, Evaldo Cabral diz que em certa circunstância da escrita de seu primeiro livro, *Olinda Restaurada* (1975), o incomodou a sua dificuldade de narrar um determinado episódio histórico.[26] Com efeito, esse livro é aquele em que menos o autor revelou o seu notável talento de narrar. Naquela circunstância em que viveu na França e frequentou aulas do historiador Georges Duby, o diplomata brasileiro estava embevecido por um modelo econômico-social, muito a gosto da Escola dos *Annales*. Logo depois, o autor tomou outros caminhos de compreensão e exposição dos fatos históricos, ligados ao que se denominou retorno da narrativa.[27] Já em seu segundo livro, *O negócio do Brasil* (1986), percebe-se que o autor se desprendeu de modelos analíticos sociológicos e/ou antropológicos, com suas abordagens sincrônicas, e adotou e defendeu a narrativa dos acontecimentos como um atributo do historiador. No prefácio de seu livro *A Fronda dos Mazombos*, ele anota:

> como esse livro pretende ser uma obra de história, e não de sociologia histórica ou história econômica, a utilização de conceitos sociológicos e econômicos foi feita apenas no contexto das mediações concretas, que deram o seu perfil particular à fronda dos mazombos. Na verdade, o interesse do historiador começa onde termina o do sociólogo e o do economista. Quando um e outro contentar-se-ão em enxergar um caso típico de conflito entre o credor urbano e o devedor rural ou o mal-estar decorrente de uma fase prolongada de declínio e recessão, o historiador procura vislumbrar o enredo ou a intriga (no sentido inglês de *plot*), produto da necessidade,

[26] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (orgs.). *Três vezes Brasil: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

[27] PUNTONI, Pedro. "A história na sua casa: causalidade histórica e narratividade na obra de Evaldo Cabral". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

da intencionalidade e do acaso, a que se chamou na época, alterações ou sublevações de Pernambuco.[28]

Portanto, a dimensão narrativa da história não é somente uma forma de exposição, senão uma peculiaridade do conhecimento histórico. Cabe ao historiador revelar como se processaram as mudanças e quais os fatores que determinaram que elas se processassem de uma ou outra maneira. A matéria principal da História são os homens no tempo. Como nos alertou Paul Ricoeur,[29] a narrativa é o principal instrumento de percepção do tempo dos homens, já que na natureza não podemos dizer que o tempo prossegue. O encadeamento dos fatos históricos em uma linha temporal e a explicação de como uns sucederam aos outros nos possibilita entender a dimensão especificamente histórica da humanidade. Nesse sentido, pretende-se com este item do artigo realizar uma síntese narrativa da obra *A outra Independência*, procurando contar, em poucas palavras, o que me foi contado por Evaldo Cabral.

* * *

Os fosfóricos pirilampos brilharam intensamente no ciclo de revoltas pernambucanas do período da Independência. Entre os anos de 1817 e 1824, as províncias do Norte, notadamente Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará se insurgiram contra o que entendiam ser o tirano reinado de dom João VI e depois de seu filho dom Pedro I. Uma das consequências dessa onda de revoltas foi o surgimento da província de Alagoas, criado pela Corte como punição aos sediciosos.

Dezessete foi a rebelião em que os pernambucanos mais ousaram em seus anseios independentistas. Evaldo Cabral aponta a revolta como a primeira a levantar a bandeira do republicanismo. Chegou-se a se cogitar uma igualdade de direitos, proposta advinda dos líderes mais radicais da Junta Governativa que foi instalada no Recife em março de 1817. A proposta, contudo, foi rejeitada diante da resistência dos senhores de terra mais conservadores em

---

28 MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*... Op. Cit., p. 17.

29 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa (tomo I)*. Campinas: Papirus, 1994, p. 9-132.

igualar-se à ralé, ou mesmo da alegada dissonância entre a igualdade de direitos e o escravismo que vigorava no país. A democracia teria que ser adiada, assim como a própria abolição dos escravos.

Entretanto, havia aqueles, como Antônio Carlos, que já defendiam uma constituição como limite ao absolutismo do Rei. A soberania deveria residir em uma carta magna, elaborada e promulgada por uma Assembleia Constituinte, formada por cidadãos. Nesse caso, a posição é a da defesa de uma monarquia constitucionalista. Pernambuco permaneceria regido pela Corte do Rio de Janeiro, conquanto se refreasse a sua tirania e extorsão às províncias do Norte. O modelo a ser seguido era o federalismo americano. Inclusive, um dos revoltosos, o conhecido Cabugá, foi enviado aos Estados Unidos, como emissário dos rebeldes, na intenção de angariar apoio desse país à revolução.

Quanto àqueles que defendiam um regime republicano, a proposta consistia em as províncias do Norte tornarem-se unidades federativas de um governo que teria a sua sede no Recife, mas não necessariamente. Como se vê, aqui estão claras as intenções separatistas dos insurretos. Contudo, a revolta não pode ser considerada separatista, pelo menos em relação ao Brasil, pois como defende Evaldo Cabral, não havia uma nação brasileira naquele momento. Os rebeldes pernambucanos estavam se revoltando contra dom João VI, o regente português que, com sua Corte, residia no Rio de Janeiro. Ademais, entre os republicanos, vingou a opinião dos que eram a favor do modelo do tipo oligárquico. O critério que definiria a cidadania era a posse das terras, inspirada nas ideias fisiocráticas de Montesquieu. Nem mesmo os comerciantes seriam cidadãos, dado o caráter semovente de seus bens, impossibilitando-os de fazerem-se república. Esse modelo se aproxima daquele ensejado pelos mazombos na sua guerra contra os mascates. Ressalte-se que, não obstante a revolta trazer em seu cerne setores mais liberais e democráticos, ela caracterizou-se de um modo geral pelo seu caráter aristocrático. As elites proprietárias pernambucanas, desde a vinda da família real para o Brasil, em 1808, sentiam-se insatisfeitas com o tratamento que lhes dispensava o rei, e, conforme asseveravam, eram extorquidas por excessivas taxas e vilipendiadas pelo despotismo da Corte.

Evaldo Cabral procura explicar a diferença entre as tendências democráticas e as aristocráticas, dividindo Pernambuco em duas regiões. No Norte,

a denominada Mata seca, vislumbram-se os setores mais revolucionários. Nesse espaço, prosperou uma elite agrária com suas riquezas oriundas da produção e exportação do algodão e do fumo, favorecidas desde o final do século XVIII pela revolução industrial inglesa e pela guerra de Independência americana, e cujos laços comerciais eram mais estreitos com países europeus, em particular com a Inglaterra, onde o capitalismo se desenvolveu tendo a indústria têxtil como um ramo fundamental. O historiador enfatiza, inclusive, uma maior presença do trabalho livre nessa região, decorrente das relações de trabalho que seriam inerentes a essas culturas, pouco adaptadas ao trabalho escravo, assim como o era a pecuária. Isso explica uma maior hostilidade dessa região à Corte do Rio de Janeiro e a pouca relação com o comércio dominado pelos portugueses ou brasileiros que orbitavam em torno de dom João VI. Daí a sua diferença com a região sul, a Mata úmida, na qual vigorava a produção do açúcar baseada no trabalho escravo. Nessa área viviam os senhores de engenho cujas ligações comerciais com o Rio de Janeiro eram intensas, em função de ser este o caminho pelo qual se escoava a produção recifense e onde estavam os seus financistas. Num esquema muito parecido com o de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*,[30] invertendo as regiões, o Sul seria mais imóvel, tendente à conservação, já o Norte se apresentava como mais progressista, empreendedor e democrático. Não à toa a reação que liquidou os revolucionários de Dezessete partiu dos senhores de engenho da Mata úmida.

Como já se disse, de modo geral, as elites pernambucanas eram resistentes à interferência externa na política e nos negócios locais, a ponto de se rebelarem. Percebendo-se como uma nobreza da terra, os potentados nativos imaginavam que deveriam exercer autoridade sobre aquelas terras que conquistaram e que fizeram prosperar. Na Fronda dos Mazombos, os senhores de engenho mobilizaram suas milícias e invadiram Recife. O seu poder se encontrava ameaçado pela ascensão dos comerciantes reinóis, cada vez mais influentes junto à Coroa. Naquele contexto, poder-se-ia alegar a ausência do rei e a tirania de seus administradores. Em Dezessete, a revolta se deu diretamente contra o rei, nesse começo de século de ideias liberais e

[30] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

antiabsolutistas. Ademais, se na Fronda observou-se certa homogeneidade das elites — a ponto de Evaldo Cabral denominá-las Daçucarocracia — em Dezessete havia maior diversidade, que no movimento da outra Independência pernambucana propiciou projetos de outras independências.

Essa diversidade das elites matiza os ajustes internos, definidos em determinadas circunstâncias locais e na relação com os poderes que lhes afetam diretamente — ou o poder de dom João VI e depois de seu filho, ou o emanado das Cortes portuguesas. Tal se evidencia nas seguidas juntas governativas que se instalaram em Pernambuco, sendo a de Dezessete a primeira, sucedendo-se outras até a definitiva derrota da Confederação do Equador, em 1824.

Deve-se considerar também a outra Independência, a daqueles que não pertenciam às elites. As classes subalternas, ainda que em número menor, se comparado a outras revoltas dos oitocentos, participaram de Dezessete. Em sua maioria, elas formavam os contingentes armados dos potentados locais, mas havia também muitos homens livres e libertos, com certa autonomia em relação aos senhores, que participaram da insurreição. Os tributos impostos pela Corte do Rio de Janeiro atingiam ricos e pobres. Em meio às reinvindicações das elites locais também se identificam algumas que são mais ligadas aos pobres, como são os casos das que defendiam maior igualdade civil, tendo em conta, sobretudo a cor, uma vez que os negros e mestiços eram excluídos ou ocupavam posições inferiores na sociedade. Os escravos, por sua vez, aproveitavam-se das situações de conturbação social para fugirem, ou mesmo organizarem suas próprias revoltas.[31] Os revolucionários de Dezessete foram derrotados, temporariamente, sobretudo devido à superioridade naval das forças régias.

---

[31] REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2000; CARVALHO, Marcus J. M. de. "Os Negros Armados pelos Brancos e suas Independências no Nordeste (1817-1848)". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia.* São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 881-914; DANTAS, Mônica Duarte. "De rebeliões e sedições. Protesto popular e construção do Estado no Brasil oitocentista". *Canoa do Tempo* — Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus v. 5/6 — nº 1, jan./dez 2011/2012.

Não tinham se passado três anos desde a derrota de 1817, quando a Revolução do Porto inflamou a província. Os liberais constitucionalistas de Portugal tomaram o poder e instalaram Cortes destinadas a elaborar e definir a Constituição de todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Os pernambucanos, logo que souberam da notícia, aderiram à revolução, dado o seu caráter antiabsolutista. Outra vez, os mazombos rebelavam-se contra o rei. Já aqui se arrefeceram os ânimos separatistas e republicanos. Muitos que haviam participado de Dezessete e foram punidos duramente, alguns amargando anos de prisão na Bahia, resolveram "parar o carro da revolução". Depois da adesão ao Reino Unido, tratava-se agora de limitar o poder do Rei, impondo-lhe a soberania popular, encarnada na Constituição, e fortalecer o poder local. O modelo defendido pelos revolucionários do lado de cá do atlântico era o federalismo americano, visto que este contemplava seus anseios autonomistas.

Em fins de 1821, os insurretos pernambucanos destituíram o governador Luís do Rêgo Barreto e instalaram uma Junta Governativa que presidiria a província até que se reunissem as Cortes em Portugal e se promulgasse uma nova Constituição. A Junta, para desagrado dos monarquistas constitucionalistas, foi composta majoritariamente pelos patriotas revolucionários de Dezessete, alguns dos quais haviam sido libertos do cárcere na Bahia. Os meses que se encerram entre agosto de 1820 e setembro de 1822 foram de grande agitação na província. As elites rurais não se envolveram diretamente no movimento, que assumiu uma feição eminentemente urbana, restrita praticamente ao Recife. Apesar de sua posição não republicana, as medidas dessa junta, presidida por Gervásio Pires, denunciavam-na como portadora de ideias republicanas. Contra ele também depõe a sua aproximação com as Cortes Portuguesas, consideradas por ele mais liberais, mesmo depois de o regente Pedro ter se comprometido com o movimento constitucionalista brasileiro, e a sua resistência em obedecer aos decretos advindos do Rio de Janeiro, por tê-los como prejudiciais aos interesses locais. Gervásio Pires manteve-se fiel às Cortes até o último momento, quando foi proclamada a Independência.

A procrastinação de Gervásio Pires em romper com as Cortes portuguesas e a dúvida quanto às suas tendências republicanas levaram o Rio de Janeiro a

provocar a sua deposição. A Junta desagradava tanto ao regente dom Pedro I, quanto às Cortes portuguesas. Em relação a estas, ficou marcado o episódio em que a Junta expulsou a armada portuguesa, ponderando sobre a grande instabilidade que causava na província, pois, em meio à onda revolucionária, emergiram revoltas de caráter popular, de conteúdo racial e classista, denominadas mata-marinheiros. Um ódio contra os branquinhos do reino que Evaldo Cabral definiu como "nativismo popular". Gervásio Pires acreditava que a presença de portugueses no Recife iria acirrar os ânimos e provocar mais distúrbios e mortes. Um testemunho ocular nos dá conta do grande entusiasmo dos homens de cor em sua revolta contra os dominantes:

> juntou-se essa noite uma chusma de 300 a 400 pessoas, mulatos, negros, brancos, abjetos e degenerados e com uma música infernal de chocalhos, matracas e outros que tais instrumentos, correram toda essa vila do Recife, gritando "fora puças" (nome de injúria à gente de Portugal), "fora corcundas", "morram os puças", e, de vez em quando, "viva a nossa liberdade". Servia de guarda avançada a esse patife exército uma corja de moleques pequenos, que corriam à pedra as pessoas que encontravam, fazendo uma algazarra e inferneira insuportáveis às portas de algumas pessoas não só da Europa mas até do país que não seguiam o partido de Gervásio [...] arrancaram rótulas, arrombaram portas, obrigando isso a gente a gritar "aqui d'El Rei", mas que Rei lhe havia de acudir se quem domina agora é a canalha.[32]

A revolta popular de conteúdo racial pode ser também entrevista na Pedrosada, que ocorreu pouco tempo depois, já no Governo do Matutos (setembro de 2022 — dezembro de 1823), que sucedeu a Gervásio Pires. Pedro da Silva Pedroso, um oficial mulato, notadamente respeitado e querido entre as tropas de negros e pardos, foi aclamado Governador das Armas. Diz-se que o ouviram clamar "morram os caiados! Para que não aparecem eles agora, que o havíamos de fazer em postas". Ao longo de oito dias, entre 21 e 28 de fevereiro de 2023, a cidade do Recife permaneceu sob o controle de Pedroso e seus seguidores. Conforme a opinião de alguns, dentre

[32] MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*... p. 73.

eles Frei Caneca, que os tinha como "imunda e vil canalha",[33] as tropas de negros e mestiços haviam tornado a vida dos recifenses e olindenses um pandemônio, prendendo arbitrariamente muitas pessoas e cometendo toda a sorte de agressão e ofensas aos brancos, desejando transformar essa terra num outro Haiti. Mais uma "onda negra" que causava medo nos brancos de que no Brasil eclodisse uma revolução racial.[34]

Segundo Evaldo Cabral, o Governo do Matutos, diferentemente da Junta de Gervásio, que envolveu um contingente urbano e restrito ao Recife, era composta por gente da Mata. Mesmo que tivesse entre os seus membros alguns federalistas, a junta destaca-se pela sua posição unionista. Ou seja, depois de dom Pedro I ter jurado a Constituição e proclamado a Independência, as posições polarizaram-se entre aqueles liberais federalistas, que defendiam maior autonomia das províncias, e os unionistas, partidários de um modelo centralizador, com maior soberania do imperador. Apesar do alinhamento do Governo do Matutos com a política da Corte do Rio de Janeiro, ele não deixou de tomar medidas que desagradam o poder central, ou mesmo ignorar as advindas do imperador, quanto estas atingiam seus interesses. Também pesou sobre o governo a conivência com federalistas mais radicais e até republicanos, como é o caso de Cipriano Barata, um revolucionário convicto e persistente, já que atuava desde a Conjura Baiana.

O republicanismo, que representava na província ainda a maior ameaça ao regime monárquico, foi duramente perseguido, pois colocava em causa a autoridade do Imperador e a unidade do país. Como se sabe, as ideias republicanas se fizeram presentes nas duas grandes conjuras do fim do século XVIII no Brasil, a mineira e a baiana, que não constituíram experiências de governo, ainda que, nessa última, tenha sido esboçado um programa. Neste contexto, e ao longo do século XIX, a imagem preponderante de república era a francesa.

---

33 FRANÇA, Wanderson Édipo de. Pedro da Silva Pedroso: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria — Pernambuco*, 1823*. *Revista Tempo Histórico*. Vol.5 — Nº 1. (2013), p. 5.

34 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

As elites pernambucanas, no contexto, pactuaram com a Corte, mas mantiveram certo espírito autonomista, de recusa a taxas e tributos que consideravam odientos, ou medidas que tinham como autoritárias, como a decisão da Assembleia de delegar ao imperador o poder de indicar os presidentes de províncias. No Rio de Janeiro, o governo revelava as suas feições autoritárias, perseguindo a oposição, empastelando jornais, persuadindo os constituintes a votarem medidas centralizadoras, até o ponto de dissolver a Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823.

A notícia da arbitrariedade do Imperador convulsionou mais uma vez a província. Aos pernambucanos que haviam decidido se desligar das Cortes portuguesas e aderir ao príncipe regente brasileiro, pois este convocou uma Assembleia Constituinte, dando a impressão de um governo liberal, a dissolução se afigurava como um ato de traição. Então os rebeldes haviam deixado de subordinar-se às Cortes portuguesas, que eram liberais, para submeter-se ao poder absolutista de dom Pedro? Essa conjuntura fortaleceu as tendências federalistas e republicanas, provocando a debandada de muitos unionistas para as suas hostes. O sentimento autonomista dos pernambucanos sofrera um grande golpe da parte do poder central, e contra este foi acionado o seu espírito rebelde.

O Governo do Matutos foi deposto e em seu lugar formou-se um Conselho. Desta feita era composto majoritariamente por aqueles revolucionários de Dezessete. O seu presidente, Manuel de Carvalho, inclusive, fora um republicano patriota. Havia sido um radical, mas retornou, do seu exílio nos Estados Unidos, um moderado. O seu espírito conciliador deu o tom ao governo. O próprio Conselho caracterizava-se por contemplar um amplo espectro de posições políticas: figuravam desde unionistas a republicanos. O período é marcado por uma certa tranquilidade relativa às disputas entre as elites locais.

A posição dos carvalhistas era a seguinte: o Imperador dom Pedro deveria reconsiderar a sua medida e reconvocar a Assembleia. A Corte, por sua vez, informada do ocorrido em Pernambuco, indicou Pais Barreto para presidir a província. O nome de Pais Barreto era inaceitável para os revolucionários. Contudo, a não aceitação de um governador indicado pelo rei era considerada crime de lesa majestade, cuja pena era a máxima. Diante disso,

Manuel de Carvalho, muito habilmente, resistiu à governança do morgado, alegando que qualquer decisão só poderia ser tomada depois da resposta do Imperador, referente à sua representação de reconvocação da Assembleia.

Esse impasse durou um bom tempo, sendo que a reação imperial veio por mar, liderada por John Taylor, e por terra, reunida em torno de Pais Barreto. Os imperiais pretendiam depor Manuel de Carvalho e empossar Pais Barreto. Sob as ordens da Corte, Taylor deliberou o bloqueio do Recife e tentou persuadir os pernambucanos a não desobedecer às ordens do Imperador. Os revolucionários resistiram, pois contavam com a colaboração do chefe das armas, Barros Falcão, que corroborava a posição de aguardar a resposta do Imperador em relação à dissolução da Assembleia. Nos sertões e em outras províncias, a atmosfera revolucionária era notável, para muitos parecia inaceitável o despotismo do Imperador.

Sem receber a resposta da Corte, os rebeldes se surpreenderam com outra medida arbitrária do Império. Em continuidade à dissolução da Assembleia, o Imperador nomeou um Conselho de Estado, que elaborou outra Carta, mais de acordo com a sua feição centralista e autoritária. E não apenas isso, exigiu que as províncias jurassem a nova Constituição. Para os revolucionários isso representava o estopim. Argumentava Frei Caneca que, sendo a soberania da nação emanada do povo, não poderia um rei sobrepor-se a ela. Seria, portanto, um absurdo um rei ou qualquer outro governante, querer que o povo obedecesse a uma Carta que não havia resultado de sua vontade soberana. Caso alguma província decidisse jurar a Constituição proposta pelo Imperador, seria ela, e exclusivamente ela, que se subordinaria ao regime instaurado por ele. Às províncias que não aceitassem, pelo motivo que seja, caberia o direito de escolher outro rei, caso decidisse se constituir uma monarquia constitucional, ou escolher soberanamente o regime a ser seguido.

O fato lembra a Fronda dos Mazombos, com a diferença que, em 1710-1711, os rebeldes apenas tramaram na surdina repudiar o governante enviado da Metrópole; aqui, os rebeldes não só renegaram o governante, mas o próprio rei. Cipriano Barata deu o tom em seu entendimento de que não importava o regime, contanto que este não fosse despótico e considerasse que as províncias deveriam ter maior autonomia. Este pode ser visto como o aspecto essencial da outra Independência pernambucana.

Perante uma rebelião que se revelava difícil de sufocar, devido à menor dissensão entre as forças revolucionárias — o que se observou apenas em Dezessete — e à debilidade de seus contingente militares, o Império recuou em dois pontos, que para os insurretos representavam a evidência de que poderiam seguir com a sua revolução: primeiro, a Corte reconsiderou a nomeação de Pais Barreto, indicando em seu lugar José Carlos Mayrink; e, por fim, levantou o bloqueio do Recife, ordenando às forças navais que retornassem à Corte, pois desconfiava-se de um ataque recolonizador partindo de Portugal. O regente dom Pedro recebera a confirmação, em junho de 1824, de que se organizava em Lisboa uma expedição, que contava com oito mil homens. A intenção dos lusos era criar uma base em Santa Catarina, para daí atacar a Corte.

Desde aí os ânimos republicanos se reacenderam intensamente. Os pirilampos brilhavam em toda a parte. Salvo Alagoas e Rio Grande e os corcundas da Mata úmida, as demais províncias do Norte, que tinham em Pernambuco o entreposto comercial — ou seja, Ceará, e Paraíba — uniram-se ao governo de Manuel de Carvalho, no seu propósito de criar uma Confederação do Equador. No Ceará, Quixeramobim e Icó proclamaram a República. O regime de governo a ser instaurado não chegou a se definir — se uma monarquia ou uma república — pois importava mais a soberania do poder local. Os revolucionários pretendiam também expandir a sua revolução liberal constitucionalista para todos os que aceitassem aderir à confederação, sejam províncias ou indivíduos, contanto que adotassem os princípios constitucionais, emanados de uma assembleia popular.

A separação das províncias do Norte se mostrava quase certa. Imaginava-se que o ataque recolonizador tinha o objetivo de dividir o Sul do Norte, subordinando-se este a Portugal, e aquele a dom Pedro. A probabilidade era considerável, pois se tinha que a hostilidade das províncias do Norte ao Império do Brasil representava uma ligação com as Cortes Portuguesas, já que estas lhes pareciam mais liberais. Um ministro de dom João VI chegou a argumentar que a reconquista do Brasil era improvável, devido à sua dimensão continental, mais possível seria uma divisão em Brasil setentrional e Brasil meridional. No Norte havia muitas províncias em que eram notáveis as tendências realistas, como as ao sul do Recife. Como anota Evaldo Cabral:

> os cálculos de Lisboa tinham ao seu favor o fato de que todo mundo imaginava que dom Pedro metera-se em uma enrascada e que a divisão entre Norte e Sul do Brasil era inevitável. Essa era a avaliação da imprensa inglesa, dos diplomatas estrangeiros bem como de Bolívar e dos próceres do Rio da Prata. O *Times* e o *Chronicle*, de Londres, o *Correio Francês* e o *Argos*, de Buenos Aires, todos haviam previsto que a dissolução acarretaria a Proclamação da República no Norte, e que o imperador se veria na contingência de retornar a Portugal.[35]

O ataque português não veio. O Império reorganizou as suas forças, depois do empréstimo concedido pela Inglaterra, que possibilitou quitar as dívidas com o comandante Cochrane e enviá-lo novamente a Pernambuco, para decretar um novo bloqueio. Por terra, as forças militares foram lideradas por Francisco Alves de Lima e Silva. Diante da superioridade das forças navais do Império, que bombardearam o Recife em 28 de agosto de 1824, e do avanço das forças terrestres, os revolucionários ainda tentaram negociar a convocação de nova Assembleia, como condição para se renderem. Do Império nada se conseguiu, a não ser uma pena mais branda do que aquela imposta aos revolucionários de Dezessete.

Considerações finais

Com as lentes de Evaldo Cabral, entende-se que o anseio de independência dos pernambucanos — com sua fronda contra os mascates — antecede em mais de um século o processo de Independência do Brasil, que acabou por se consagrar com o grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822. A liberdade, no dizer de Frei Caneca —, ou melhor a vontade de autogoverno, antecedeu também ao das demais províncias, com suas revoltas federalistas, ocorridas no período regencial (1831 a 1840). Foi também Pernambuco que coroou o ciclo das revoltas liberais federalistas, com a Revolta da Praia, em 1848, num contexto em que o projeto saquarema já parecia ter se imposto. Em determinadas circunstâncias, esse

[35] MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*... p. 205.

sentimento de liberdade pernambucana brilhava mais intensamente, seja quando se via ameaçado, como foram os casos das rebeliões do período colonial, ou quando da possibilidade de instituir um regime em que vigorassem seus anseios autonomistas, por pouco não conquistado no ciclo de revoltas entre os anos de 1817 e 1824. Evaldo Cabral nos faz pensar que este sentimento perdura devido à constituição de um forte imaginário nativista, que caracteriza e distingue a história pernambucana.

Acompanhando-se o período revolucionário de Pernambuco no movimento da Independência, por meio da narrativa histórica primorosa de Evaldo Cabral, vê-se claramente que o escritor está se opondo a uma visão saquarema do processo, mas temos a impressão também de que ele se posiciona ao lado dos liberais pernambucanos mais radicais, e mesmo dos republicanos. Nesse sentido, o historiador é portador de uma visão radical relativa no que se refere ao processo da Independência brasileira, ainda que, na narrativa dos anos revolucionários pernambucanos, perceba-se um tom de simpatia à moderação da Junta de Gervásio Pires e do governo de Manuel de Carvalho, que souberam arrefecer estrategicamente os seus ânimos republicanos diante de uma situação militar desfavorável. Evaldo Cabral, contudo, expõe tenazmente a sua oposição aos potentados locais, seja à açucarocracia da Fronda dos Mazombos, seja aos conservadores no processo da "outra Independência". Ele parece aliar-se às posições de Cipriano Barata e Frei Caneca, com seus anseios democratizantes. A despeito de sua perspectiva política, ele nos faz entender em profundidade o processo de Independência pernambucana em muitas de suas faces. Inegável, porém, que desejamos que os rebelados saíssem vitoriosos na sua luta externa contra o Império e interna contra os malditos corcundas, e que se concretizasse o mote de Ivanildo Vilanova e Bráulio Tavares: "Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente":

> Já que existe no Sul este conceito
> que o Nordeste é ruim, seco e ingrato,
> já que existe a separação de fato
> é preciso torná-la de direito.
> Quando um dia qualquer isso for feito

todos dois vão lucrar imensamente
começando uma vida diferente
da que a gente até hoje tem vivido:
imagine o Brasil ser dividido
e o Nordeste ficar independente.

Dividindo a partir de Salvador
o Nordeste seria outro país:
vigoroso, leal, rico e feliz,
sem dever a ninguém no exterior.
Jangadeiro seria o senador
o cassaco de roça era o suplente
cantador de viola o presidente
e o vaqueiro era o líder do partido.
Imagine o Brasil ser dividido
e o Nordeste ficar independente.[36]

Desejamos, do mesmo modo, que Evaldo Cabral ampliasse o seu olhar, que suas lentes chegassem a outras províncias do Nordeste, possibilitando-nos entender, por meio de sua narrativa, o transcorrido no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Alagoas; mas o foco do autor ilumina quase exclusivamente o Recife, o centro do movimento revolucionário. Note-se que o subtítulo do livro já o diz, o "federalismo de Pernambuco", diferentemente do livro *Olinda Restaurada*, cujo subtítulo é a "guerra no Nordeste". Ademais, as suas fontes históricas referem-se quase exclusivamente ao Recife. Quiçá outros historiadores, inspirados na narrativa de Cabral, contem a história da outra Independência nas demais províncias do Nordeste.

Enfatizou-se, e acrescentou-se, à pretendida sinopse, "outra Independência", a dos pobres, mestiços e negros, que viveram, e por vezes protagonizaram, movimentos e revoltas, cujo sentido muitas vezes é difícil de elucidar, pois não elaboraram um programa, ou deixaram poucos vestígios

[36] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5wDFg8dKd4I.

de suas reais intenções. Ao historiador, cabe a difícil tarefa de interpretar ações, mais do que documentos escritos, que o possam colocar na perspectiva desde lá de baixo.[37]

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*: *a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

_____. "As teses sobre o conceito de História". In: *Obras Escolhidas, Vol. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.

BERBEL, Márcia. "Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político". In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. "1817". In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 89.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A plebe Heterogênea de Independência: armas e rebeldias no Ceará. *Almanack*, Guarulhos, nº 20, p. 194-215.

CARVALHO, Marcus J. M. de. "Os Negros Armados pelos Brancos e suas Independências no Nordeste (1817-1848)". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 881-914.

_____. O Outro Lado da Independência: Quilombolas, Negros e Pardos Em Pernambuco (Brasil),1817-23. *Luso-Brazilian Review* 43, no. 1, 2006, p. 1-30

DANTAS, Mônica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

[37] SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62.

_____. De rebeliões e sedições. Protesto popular e construção do Estado no Brasil oitocentista. *Canoa do Tempo* — Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus v. 5/6 — nº 1, jan. /dez 2011/2012.

FIGUEIREDO, Luciano. Narrativas das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América Portuguesa moderna. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p. 6-27, março/maio 2003.

FRANÇA, Wanderson Édipo de. PEDRO DA SILVA PEDROSO: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria — Pernambuco, 1823. *Revista Tempo Histórico*. Vol.5 — Nº 1. (2013).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo de Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Conversas do Recife, em Lisboa: (encontro com Evaldo Cabral de Melo)". *Rev. hist.* [online]. 1990, n.122, p. 135-146.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PUNTONI, Pedro. "A história na sua casa: causalidade histórica e narratividade na obra de Evaldo Cabral". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil***.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REIS, Arthur César Ferreira. "O Processo de Independência no Norte". In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa (tomo I)*. Campinas: Papirus, 1994, p. 9-132.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (orgs.). *Três vezes Brasil: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62.

STARLING, Heloísa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. "Pernambuco 1817, 'encruzilhada de desencontros' do Império Luso-Brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação". *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 58-91, junho/agosto, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Descolonizar a História do Brasil: a Independência além de 1822

Mario Helio Gomes[1]

Introdução

"Controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar dominações e impugnações". Com esta afirmação o historiador Marc Ferro parafraseia o narrador de *1984*, de George Orwell.[2] Mas, no desdobramento do seu raciocínio, não se limita a alertar sobre os autoritarismos.

Ferro assinala os Estados, as Igrejas, os partidos políticos e os interesses privados como os responsáveis pelas impugnações e dominações. Seus instrumentos são os meios de comunicação de massa, os livros escolares, os filmes, as emissões de TV, entre outros. "Cada vez mais frequentemente entregam a todos e a cada um passado uniforme. A revolta brota entre aqueles para quem sua história está 'proibida'".

Não há uma proibição vigente e explícita de contar-se no Brasil uma história que não se limite ao "passado uniforme". No entanto, alguns temas são tratados sob um consenso tão oficial e constante que é como se houvesse um controle deliberado do passado. A unidade inegociável do território do país — marco fundador da Independência — se espelha no

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Publicou, entre outros livros, *A História Íntima de Gilberto Freyre* e *Perfil parlamentar de Pereira da Costa*. É membro da Academia Pernambucana de Letras.

[2] "Quem é dono do passado — rezava o lema do Partido — domina o futuro; o que é dono do presente domina o passado". (Ver ORWELL, George. *1984*. Panamá, Asaf, 2020, p. 57.)

discurso de unicidade e uniformidade de visões, como é o caso do relato sobre a Independência.

Basta um olhar mais atento à história da História da Independência do Brasil para constatar-se o quanto de dominações e impugnações persistem. Mesmo transcorridos mais de dois séculos da separação de Portugal. Divórcio marcado, aliás, no seu início, pela centralização autoritária da Corte. Se às impugnações e dominações juntam-se as manipulações tem-se um quadro da retórica recorrente na cultura nacional.

No caso da Independência do Brasil, as três coisas se associam e confluem: dominações, impugnações e manipulações. Das primeiras, a História contada a partir de um centro-sul hegemônico, que construiu seu domínio político e econômico desde 1808. Das segundas, o que as primeiras consideram periféricas: as províncias do Norte. Das terceiras, a forma como quem está no poder usa a retórica e comunica os feitos e fatos à população.

O médico e fisiologista francês Louis Couty (1854-1884) escreveu, em 1881, sobre a necessidade de constituir-se no Brasil um "*véritable peuple*: *la situation fonctionnelle de cette population peut se résumer d'un mot: le Brésil n'a pas de peuple*". Isso quase sessenta anos depois de proclamar-se a Independência. Disse mais:

> *le gouvernement du Brésil, une fois indépendant, avait malheureusement suivi les errements de la métropole; et ce pays immense, inhabité, inexploré, était resté fermé ou difficilement accessible aux colons libres d'Europe, seuls capables de former un peuple, et, avec un peuple, une richesse durable et féconde.*[3]

Era antiga a crítica sobre o modo como Portugal tratava o Brasil. Continuou, em parte, a ser seguida e imitada pelos próprios brasileiros já independentes. Quando da publicação do livro de Couty, faltavam apenas oito anos para o fim da Monarquia e o início da República. Tudo parecia continuar sem quebras relevantes as deformações promovidas pelos colonizadores. Em 1820, dois anos antes do "Grito da Independência", um artigo no *Correio*

[3] COUTY, Louis. *L'esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin, 1881, p. 20.

Braziliense dá conta das questões prementes quanto à "Política americana" do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves:

> se Portugal não tivesse tratado por tantos anos o Brasil como se tratam países conquistados, de quem se teme sublevação com a lembrança da antiga independência; se o Brasil tivera sido olhado como uma província da Monarquia, e com direitos iguais às outras províncias do Reino; não teria agora Portugal de queixar-se de uma falta de recursos, proveniente de sua mesma má política. [...] O Brasil, povoado por habitantes, que ali foram ter de Portugal; pelos descendentes destes, e pelas gerações mistas de gente do país, e da África, mas todos com a educação portuguesa; não tinha razão alguma para se considerar senão como uma província de Portugal: logo o chamar-lhe conquista, e tratar os povos daquele país como gente conquistada, de que é sempre de temer alguma rebelião, era um procedimento tão rigoroso como desnecessário.[4]

Diz Marc Ferro, no prefácio do seu livro *Como se conta a História às crianças no mundo inteiro*:

> não nos enganemos: a imagem que temos de outros povos, e até de nós mesmos, está associada à História tal como nos foi contada quando éramos crianças. Ela deixa sua marca em nós por toda a nossa existência. Sobre esta imagem, que para cada qual é um descobrimento do mundo e do passado das sociedades, se incorporam, de imediato, opiniões, ideias fugidias ou duradouras, como um amor [...] enquanto permanecem, indeléveis, as marcas das nossas primeiras curiosidades e de nossas primeiras emoções[5].

Como qualquer criança no Brasil, o historiador Evaldo Cabral de Mello foi iniciado na história da Independência nos livros didáticos. Considerando-se a história da educação e a do livro no Brasil, sabe-se que a indústria

---

[4] Ver: Carta de Mr. Adams, secretário de Estado, a Mr. Maurice, de Furstenwaeter, datada de Washington, 14 de junho de 1819, publicada no *Correio Braziliense*, miscelânea, p. 83. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XXIV, Londres, impresso por R. Greenlaw, 1820, p. 83.

[5] FERRO, Marc. *Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*, 2ªed. México, Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 19.

editorial e cultural no país, é, desde há muito, uma das expressões da hegemonia do eixo Rio-São Paulo. Justamente os lugares onde se construiu a Independência que triunfou, com verdades e mitos.

O grito às margens do córrego Ipiranga em São Paulo, por um príncipe regente de 24 anos incompletos, no dia 7 de setembro de 1822, é o clichê repetido ao longo das gerações. O grito mítico logo teve uma instrumentalização menos metafórica e mais prática na ação do chamado "patriarca", então com 59 anos de idade: José Bonifácio. Ele foi por muito tempo uma espécie de "valido"[6] no Império português e no brasileiro.

Evaldo Cabral de Mello nasceu em 1936. No ano seguinte, foi instaurada no Brasil a ditadura do Estado Novo, e em 1938 sua instrumentalização mais eficaz no âmbito da comunicação e da educação: o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP. Isto significa o controle ainda mais ideologizado e estrito do Estado.[7]

A educação vinha centralizada de antes, com a instituição, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde. No contexto da ditadura do Estado Novo, foi estabelecida, pelo decreto-lei nº1006/1938, a Comissão Nacional do Livro Didático. Desse decreto-lei pode-se destacar o artigo 20 do capítulo IV ("Das causas que impedem a autorização do livro didático"). Na longa lista, está citado, em primeiro lugar (alínea a), que "não poderá ser autorizado o uso do livro didático": "que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional".

Se a expressão "de qualquer forma" se associa a "atente contra a unidade" pode significar o *de qualquer forma* qualquer coisa que podia ser considerada como um atentado contra a unidade, a independência e a honra nacionais. Como as expressões de regionalismo exaltado, por exemplo. O suficiente para enquadrar-se como livro didático impedido. O exemplo máximo dessa obsessão pela unidade ancorada na centralidade nacional aconteceu em 27 de novembro

---

[6] *Valido* é um termo espanhol para designar membros da aristocracia de total confiança do rei. Eles tomavam as decisões principais. Típicos da monarquia espanhola no século XVII, não significa que sejam exclusivos da Espanha. Na França, Richelieu pode ser considerado um valido. O termo aqui aplicado a José Bonifácio é metafórico, pois não teve tanta autonomia quanto os validos, que chegaram a governar à margem dos Conselhos.

[7] O Decreto-lei n. 7.582, em 25 de maio de 1945, extinguiu o DIP.

de 1937. Numa cerimônia chamada de cívica, na praia do Russel, no Rio de Janeiro, foram incineradas as bandeiras de todos os (vinte) estados de então.

O *Correio da Manhã* publicou, no dia 27 de novembro de 1937, uma notícia a respeito: "todas as bandeiras estaduais substituídas pelo pavilhão nacional". Explicou, inclusive, a ritualística, que começava pela chegada do presidente da República "às 9 horas e 50 minutos", e, na sequência, o canto do hino nacional, a introdução do corpo diplomático e a missa campal:

> terá lugar, a seguir, a cerimônia do hasteamento do pavilhão nacional. O presidente da República içará a Bandeira no mastro principal. Ela será içada, ao som do hino da Bandeira. Ao mesmo tempo, em vinte mastros em semicírculo, serão hasteadas vinte bandeiras nacionais por alunas do Instituto de Educação, enquanto sobre as bandeiras nacionais nos vinte e um mastros do campo da praia do Russel, escolares depositarão sobre uma imponente pira as bandeiras estaduais, supressas pela constituição de 10 do corrente. Tais bandeiras serão queimadas, importando esse ato de destruição das bandeiras regionais, pelo reconhecimento de que uma só bandeira deve subsistir — a bandeira nacional.

Isso representava a radicalização da ideia de unidade nacional enfatizada desde a Independência, em 1822. O Rio de Janeiro, ao tornar-se a capital do Brasil[8] antes mesmo da chegada da família real portuguesa, passou a cristalizar a unidade e centralidade do poder.

Mais de um século após a Independência, o Brasil não estava menos autoritário. A emancipação que, a despeito dos conflitos e tensões, resultara num acerto da família real portuguesa com os políticos brasileiros, consolidou hegemonias, exacerbou centralidades e esboçou um colonialismo interno. Hegemonia da política e da economia refletida na narração da História. Nela está inserida, obviamente, a história da Independência do Brasil, tanto

[8] Desde 1763, na verdade. Embora nessa época Salvador, a então capital, fosse considerada mais moderna, a mudança deu-se em consequência da descoberta das minas de ouro. Estabelecia-se, na segunda metade desse século, então, a nova lógica econômica e "geopolítica" interna do Brasil. A proximidade geográfica — com novos fatores de riqueza, obviamente — jogou a favor de uma crescente hegemonia triangular: Rio, Minas e São Paulo.

sob a forma monárquica quanto republicana. Num eixo imaginário, mas efetivo, no Sudeste/Sul.

Contra isso, o historiador Evaldo Cabral de Mello vem sendo uma voz intensa e, por algum tempo, quase solitária. Especialmente, no livro *A outra Independência*, que, concatenado a outros de sua produção, mostra como a construção e o desenvolvimento do nativismo estão na base da ideia de Independência do Brasil. A "outra" história da Independência detalha iniciativas que, se bem-sucedidas, não teriam constituído a ambígua independência de 1822. Ambiguidade e duplicidade que remontam a 1808, se esparramam até o reconhecimento da Independência por Portugal, em 1825, e não cessam ao longo do tempo.

Ainda que não tenham sido exitosas, as revoltas iniciadas no fim do século XVIII e que se prolongaram pelas décadas iniciais do século XIX fazem parte do processo que levou à Independência. Há momentos que a historiografia hegemônica sucumbiu-as ao esquecimento, ou fez delas apenas notas de rodapé da história. Os acontecimentos de 1710, 1817, 1821 pernambucanos estão entre esses.

A chamada Guerra dos Mascates desdobra o sentimento nativista[9] que saíra vencedor com a expulsão dos holandeses em 1654. Pouco mais de meio século depois, os senhores de engenho de Olinda entraram em conflito com os comerciantes do Recife. Nesse sentido é que Georges Westley Starling Jr. afirma:

> consultas do conselho ultramarino relativas à guerra denominada dos Mascates, no ano de 1710, copiadas pelo consócio Major José Domingues Codeceira, na Biblioteca Nacional, de um manuscrito *in folio*, ali existente, e dos quais se verifica a prioridade de Pernambuco na independência nacional e forma de governo republicano.[10]

---

[9] Anos antes, em 1684, ocorreu a Revolta de Beckman, no Maranhão, também de caráter nativista, que igualmente envolveu comerciantes, no caso a Companhia de Comércio. Deve-se, no entanto, levar em conta que não há unanimidade entre os historiadores quanto a ver autêntico nativismo na tal revolta.

[10] STARLING JR., Georges Westley. *The War of the Mascates in Brazil, 1710-1714*. Tese — Universidade da Califórnia, 1957, p. 225.

Mesmo associando tal episódio ao nativismo, deve-se sublinhar sua motivação econômica. Sabe-se bem que, após a expulsão dos neerlandeses, o açúcar pernambucano foi perdendo seu protagonismo no mercado internacional, e sofrendo a concorrência das Antilhas. A consequência disso foi o início da decadência dos senhores de engenho de Olinda — chamados pejorativamente de *pés rapados* pelos *mascates* do Recife — em grande parte comerciantes portugueses, e que começavam a cobrar uma relevância além da econômica.

Libertar-se dos invasores custou caro, e continuaram a pagar um preço alto os pernambucanos: não tanto mais pelo sangue, mas pelo endividamento nos seus negócios, e os aumentos de taxas, impostos etc. Para piorar as coisas em Pernambuco, os olhos dos colonizadores passaram a mirar mais para o sudeste, a partir do século XVIII.[11]

Em 1693, por exemplo, encontrou-se ouro nas Minas Gerais, o que acentuou a migração portuguesa para lá. O giro econômico provocado pelas minas levou à criação em 1709 das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro. O ouro e outros minérios são quase sempre pomos de discórdias, e assim aconteceu, em diversos momentos, como a Guerra dos Emboabas, em 1708.

O Sul prosperava, o Norte decaía. As atenções de Portugal se intensificaram para as minas e outros novos interesses econômicos. Capital da colônia desde 1763, o Rio de Janeiro abrigou a sede da Monarquia, quando da fuga da corte, em 1808. Sete anos depois, o Brasil passou a integrar o Reino Unido de Portugal e Algarves.

A "promoção" a Estado não tornou melhor a situação da colônia como um todo, e, no que diz respeito a Pernambuco, foi, na verdade, de pior a pior. O alarme mais severo dado aos portugueses ocorreu na insurreição de 6 de março de 1817, a única a ser digna do nome de revolução, no Brasil, segundo Oliveira Lima. Nela é que, efetivamente, se deu o primeiro grito de independência, e não às margens do Ipiranga. Grito cuja reivindicação personalista foi feita por Pedro da Silva Pedroso.[12]

---

[11] No mesmo ano da Guerra dos Mascates ocorreu uma revolta em Sergipe, em resposta aos excessivos impostos cobrados por Portugal.

[12] Ver o que afirma, por exemplo, Pereira da Costa: "em 1834, quando se disse que José Bonifácio fora quem dera o primeiro grito da nossa emancipação política, Pedroso fez publicar, na *Bússola da Liberdade*, de 20 de setembro, estas palavras em contestação: "Não pude ouvir a

Sim, Pedroso tomou para si a metáfora expressionista do grito. À parte o seu personalismo, sabe-se que, tanto em 1817 quanto em 1821, houve pioneirismo pernambucano na Independência. Em 29 de agosto de 1821, precisamente na Convenção de Beberibe. Começou com a expulsão das tropas portuguesas que estavam em Pernambuco, e, em 5 de outubro de 1821, estava consolidada a vitória da causa independentista.

Em 1981, Mauro Mota, então membro do Conselho Federal de Cultura, propôs a celebração dos 160 anos da primeira Independência do Brasil. Ele reconheceu:

> é uma comunicação que causa certa perplexidade. A Independência tem sua data fixa, historicamente determinada. Mas isso com esquecimento de Pernambuco, que a antecipara a cinco de outubro de 1821, através da Convenção de Beberibe. O assunto é pouco valorizado pelos historiadores, mas de importância para a verdade histórica. Como todos sabemos, a revolução de 1820, iniciada no Porto, determinou a constitucionalização de Portugal e, em consequência, mudanças nas administrações inclusive do Brasil, tornando-as liberais.

Sublinhe-se a expulsão do governador mais odiado pelos pernambucanos: Luís do Rêgo. Aquele que mandara enfocar os revolucionários de 1817, e formara ele próprio a junta que presidira. Entre os que rebelaram contra ele e se empenharam na sua expulsão esteve o tenente-coronel Manoel Inácio Bezerra de Melo, senhor do engenho Tamataúpe de Flores, em Nazaré da Mata. Diz-se que comandou uma milícia de seiscentos homens que marchou para Goiana, com o fito de formar uma junta provisória e alternativa à comandada por Luís do Rêgo.[13]

---

sangue frio que o Sr. Dr. José Bonifácio fosse o primeiro que desse o grito da Independência do Brasil: esta glória só a mim pertence, porque eu é que fui o primeiro que na cidade do Recife de Pernambuco, a 6 de março de 1817 pelas 2 horas da tarde, fiz soar esta palavra mágica, que ao depois foi ecoada em 7 de setembro de 1822 pelo Sr. Dr. José Bonifácio de Andrada nos campos do Ipiranga. Perdoe-me! O seu a seu dono." Ver: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.* Recife, Tipografia Universal, 1882, p. 762.

[13] Luís do Rego Barreto (1777-1840). Liderou a repressão aos rebeldes pernambucanos da revolução de 1817 do modo mais violento. Ao esmagar a rebelião, mandou executar

A criação das juntas provisórias no Brasil foi consequência direta do movimento liberal do Porto de 1820 e sob seu comando estavam as províncias (que substituíram as capitanias). Essa exigência das cortes portuguesas, embora acatada no Brasil, gerou insatisfação na elite de algumas províncias. A despeito de serem, obviamente, coletivas, não significava isto que resultassem mais democráticas. Entre outras coisas, porque sua formação podia ser manipulada, como no caso de Pernambuco, e refletir o autoritarismo de Luís do Rêgo Barreto.

Deu-se, então, a Independência do Brasil sob uma forma um tanto quanto esdrúxula, com o poder entregue ao herdeiro dos colonizadores. Representa o fim do período colonial e o início de um império também peculiar. Ficaram os herdeiros coautores do colonialismo com o poder, repita-se. O país acentua a tibieza e a dubiedade fundadoras. Quando o Brasil foi elevado à categoria de reino, a ligação umbilical de brasileiros e portugueses esteve referida pelo orador sacro Francisco do Monte Alverne:

> chegou a época em que galgamos o degrau honorífico tão longamente aguardado. Abriu-se a mesma lice ao talento. Nós pretenderemos, nós subiremos às honras com esta altivez, que distingue um povo livre. Ontem filhos mais moços de Portugal, somos hoje seus irmãos, somos hoje seus iguais.[14]

Décadas depois, num livro que tem propósito didático, *O Brasil independente*, o jornalista Pedro dos Reys, toma por epígrafe a afirmação de Monte Alverne e vincula a chegada de dom João VI à Independência do Brasil:

> diferentes tentativas se tinham feito já neste sentido, — as quais, se, por mal dirigidas e prematuras, haviam abortado, conseguiram, contudo, despertar em muitos espíritos e arraigar noutros o amor pela Independência,

---

vários dos que dela participaram de modo brutal. Além de enforcamentos e fuzilamentos, esquartejamentos de corpos etc.

[14] MONTE ALVERNE, Francisco do. "Oração em ação de graças por a elevação do Brasil a reino, pregada na vila de Itu, província de S. Paulo, no dia 1 de fevereiro de 1816", em *Obras oratórias*, tomo IV. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert,1853, p. 106.

> contribuindo ao mesmo tempo para isso a corrente dos acontecimentos não só na Europa como na própria América.[15]

Parece um jogo semântico, mas a conquista da Independência foi mais consequência das circunstâncias da crise portuguesa na Metrópole do que uma conquista orgânica dos mais ilustrados nacionalistas e nativistas brasileiros. Além do mais, a heroificação dos atos que culminaram no 7 de setembro e no 12 de outubro de 1822 é, na sua História, parte dos símbolos que vão sendo construídos e das histórias contadas tempos depois. *Démarches* de alguns acontecimentos de mais de um século antes que conduziram ao protagonismo a partir do Rio de Janeiro. A situação poderia ser resumida em poucos parágrafos. Tanto no que diz respeito à política quanto, principalmente, à economia. Veja-se, por exemplo, o que afirma Pedro de Alcântara Bellegarde, sobre a situação econômica:

> o curso da moeda, é por todo o Império: o das Notas, limitado às Províncias do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, e Minas. Além dos metais cunhados no Rio de Janeiro, houve antigamente cunho dos três metais na Bahia: dos dois últimos em Pernambuco; e somente de cobre, nas províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, porém todo este cunho é muito inferior ao do Rio de Janeiro.

Quando tratou de definir o chamado "caráter nacional", o autor simplificou-o, por estereótipos, deste modo:

> quanto ao caráter nacional, além de certo tipo geral, como seja a indolência, a polidez, a hospitalidade, a aptidão para o estudo, e a imaginação ardente; não é possível achar semelhanças entre os habitantes das diversas regiões. Com efeito, que havemos nós mais achar de comum, entre o denodo de um habitante das campinas do sul; a perseverança heroica de um paulista;

---

[15] REYS, Pedro dos. *O Brasil independente, inserido na coleção Biblioteca do Povo e das Escolas.* Rio de Janeiro: David Corazzi, Editor,1886, p. 3.

> a indústria de um mineiro; a sagacidade de um baiano; e o ardor patriótico de um pernambucano?[16]

Sem falar que, após o colonialismo direto, o lusitano, iniciaram-se outras formas de exercitá-lo. Que refletiram influências e dependências econômicas e culturais, que se estenderam ao longo da história. Com franceses, ingleses, alemães, estadunidenses...

Independentes os brasileiros, a partir de uma nova (des)união com Portugal, permaneceu nos habitantes da velha Terra de Santa Cruz a saudade do futuro e o gosto pelo estrangeiro. Paralelo a certa nostalgia do colonialismo europeu, o que foi e o que poderia ter sido, prosperou um outro, o interno. Alcançou-se neste algo não muito distinto do apontado nos versos da canção de Violeta Parra a respeito dos indígenas chilenos: *Ya no son los españoles/ Los que les hacen llorar*. Basta trocar "espanhóis" por portugueses e o resultado será similar. Isto significa, entre outras coisas, que a ênfase posta na unidade nacional num território imenso escamoteou e escamoteia as complexas questões da diversidade e, ao seu lado, dentro de si ou gravitando-a, a desigualdade[17].

Em *Casa-Grande & senzala*, Gilberto Freyre defende a ideia de que a formação social do Brasil se deu como um equilíbrio de antagonismos. Ele considerava tal condição essencial à vida democrática. Como afirmou, em 1949, num discurso, durante a sua atuação partidária como deputado federal:

> quando se aceita a socialização da economia ou da comunidade sem se admitir sua impersonalização ou sua totalitonação. Socialização contida pelo personalismo e pelo federalismo e realizada democraticamente e até

---

16 BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. *Notícia histórica, política, civil e natural do Império do Brasil em 1833.* Rio de Janeiro, Tipografia de Seignot-Plancher e Cia, 1833.

17 No artigo "Colonialismo interno", publicado no *Diario de Pernambuco,* em 26 de junho de 1966, Costa Porto lembra que "a República criou a fantasia das unidades federadas, jurídica e politicamente autônomas e iguais, mas esqueceu o básico, o desnível econômico de cada unidade federada. Daí porque os anos até 1930 mostram a outra realidade, no ângulo político e também econômico: politicamente o país dirigido pelo eixo — Minas-São Paulo, enquanto economicamente somente o centro-sul pesava. [...] Não adianta nada termos tanta terra, dispormos de uma extensão territorial como a que possuímos, se tudo isso é peso morto, entrave, atrapalho".

> contraditoriamente: admitindo-se formas capitalistas de economia onde essas se revelarem mais de acordo com as necessidades gerais da comunidade. [...] Essa ideia de socialização por assim dizer plástica ou fluida, creio caber dentro dos objetivos sociais e dos propósitos políticos de qualquer partido democrático moderno sem implicar em adesão, mesmo vaga, do partido a sistema rigidamente doutrinário de filosofia ou ação socialista. Mesmo porque são, todos eles, sistemas superados por novas condições de convivência humana e novas interpretações dos problemas de relações entre os homens. É a essas condições e relações novas que devem corresponder o programa e a ação dos modernos partidos democráticos destinados a realizar, desembaraçados de ismos sectários, obra profunda de reorganização ou renovação social.[18]

Cassiano Ricardo, adotou, contraditoriamente, a ideia de Freyre (mas a considerou incaracterística do Brasil), e a mesclou àquela que lhe foi tão cara, a da "cordialidade", num artigo em *A Manhã*:

> enquanto alguns povos só vivem em paz por uma espécie de "equilíbrio de antagonismos", o Brasil vive em paz porque sempre destruiu cordialmente esses antagonismos no seu clima de doçura social, incompatível com quaisquer conflitos destituídos de beleza.[19]

O poeta paulista voltou ao tema, depois, no mesmo jornal: "Estado Novo e Unidade Nacional". Ao discutir o "velho regime liberal", e o que, na sua visão, o havia superado, entendia ser necessário evitar choques entre um e outro:

> não era preciso recorrer àquele engenhosíssimo "equilíbrio de antagonismos", com que se explica a tranquilidade por inação dos elementos que sendo ferozes inimigos de lado a lado, estabelecem uma espécie de gangorra política graças à qual folgam os interesses coletivos e as vocações pacifistas.

---

18 *Diario de Pernambuco*, 23 de janeiro de 1949, p. 22.

19 *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1941, p. 4.

> Hoje, porém, o Brasil não pode viver à custa de equilíbrios perigosos como esse, que dependem de iguais porções de antagonismo, divididas "fraternalmente", em cada prato da balança. [20]

Discordância mais contundente quanto à tese freyreana veio de Raymundo Faoro:

> a conversão em ideologia de um postulado que seria neutro em sua essência teve profundas consequências na história brasileira no curso da qual a ordem autoritária se serviu, para não ser perturbada, do exorcismo dos conflitos; sempre vistos como potencialmente subversivos. Dos conflitos harmonizados se chega, mediante a apropriação ideológica das camadas dominantes e dirigentes, à escamoteação dos conflitos, ao banimento das dissidências, não raro penalizadas como se fossem crime. Nessa ótica, não se poderia admitir a existência das classes sabido que, numa fase histórica mais adiantada, elas entram em antagonismo.[21]

É natural que os centros hegemônicos de poder político e econômico ditem o relato histórico, construam seus mitos, seus símbolos, seus heróis. Assim foi feito e continua a sê-lo com a História do Brasil. Onde a conquista da Independência não se internalizou em festa popular pela simples razão de que foi consequência de um desquite de conveniência no âmbito íntimo das elites. Promovido dentro da própria Corte colonizadora e com o apoio dos locais, não das lutas do povo.

As tentativas de Independência que não deram certo configuraram uma história da "vida inteira que podia ter sido e não foi", como no verso de Manuel Bandeira. O desencanto posterior com os rumos tomados pelo país, exemplifica outra metáfora poética, que buscamos no texto de Kavafis,

---

[20] *Idem*, 1 de março de 1942, p. 4. No dia 15 de novembro desse mesmo ano e veículo, voltou a mencionar o "equilíbrio de antagonismos". E outra vez, em *A Manhã,* 13 de junho de 1943, p. 8.

[21] "Gilberto: ano 80 aos 80 anos", *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1980, caderno Especial, p. 5.

"À espera dos bárbaros": "Como ficaremos sem os bárbaros? / Eles eram uma espécie de solução".

A esse traço de muitos brasileiros que é colocar as coisas estrangeiras acima das nacionais alguns chamam de mazombismo. Em um editorial — não assinado — no *Diario de Pernambuco*, de 29 de março de 1970, há uma resenha da obra *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog. Sob o título de "O espírito do brasileiro", o articulista trata de mostrar que a marca de algo como o mazombismo existe em "qualquer país que haja sido colonizado". Ou seja, a admiração pelo estrangeiro. Diz mais o autor do artigo:

> quanto a denegrir o nacional por via dessa admiração, fato característico por excelência do mazombo, em alguns países isto desapareceu na hora mesma da Independência. No Brasil, não. Fomos submissos a Portugal por fatalidade histórica, mas depois de 1822 passamos à submissão cultural à França por nossa própria vontade. Daí o prolongamento do mazombismo, cuja sombra ainda hoje se divisa, menos em relação à França do que a outros países.

Os estrangeiros são os "bárbaros" que trariam "uma solução". A esses "bárbaros" sutilmente associamos os colonizadores desejados que, para muitos, seriam uma melhor alternativa aos portugueses. Como os ingleses, franceses e holandeses. A respeito da presença desses últimos no Brasil escreveu Evaldo Cabral de Mello alguns dos seus melhores livros.

Quando os soldados dos Países Baixos invadiram Pernambuco, em 1630, por um século praticamente haviam os portugueses desenvolvido uma colonização que resultara no produtivo e lucrativo negócio da cana-de-açúcar. Mas, estavam os lusitanos, desde 1580, sob o domínio espanhol. A experiência neerlandesa foi breve — apenas vinte e quatro anos. A luta para expulsá-los fez eclodir precocemente o sentimento de nativismo em Pernambuco. Isto significa que datas como 1654, 1710, 1817, 1821, 1824 e até 1848 poderiam compor uma corrente de resistências, revoltas e revoluções que passaram bem a caracterizar o Irredentismo de certo espírito pernambucano dado a independências.

Não seria exagero enxergar obras como *Rubro Veio*, *Olinda Restaurada e O Negócio do Brasil,* integradas ao *Norte Agrário e Império* e *A outra Inde-*

pendência, como compondo, no seu conjunto, capítulos inteiriços de uma "outra" História de Pernambuco, e, por consequência, do Brasil.

Síntese de uma trajetória

A História e o que dela fazem os historiadores são relevantes não apenas pelas conclusões, mas pelas sugestões, as interrogações, as estradas e veredas ainda a percorrer. Ainda que a analogia entre a vida das pessoas e a dos países sofra de evidente limitação e precariedade, um olhar vivo sobre a ideia e a prática da emancipação não se resolve, ou sequer se esboça, apenas com o desenlace — a conquista da Independência — mas o processo longo e complexo, os subterrâneos disso.

Nascido no Recife, em 1936, Evaldo Cabral de Mello é um caso de precocidade intelectual. Jornais pernambucanos e cariocas mencionam textos seus divulgados quando ainda estava na adolescência[22]. Contava apenas dezesseis anos de idade, ao publicar *Recife — uma introdução ao estudo de suas formas e das suas cores*. O que motivou este comentário do crítico literário Fábio Lucas, publicado no jornal carioca *Letras e Artes* (7 de setembro de 1952, p. 9):

> um apurado senso crítico, uma exata concepção filosófica ou um perfeito conhecimento sociológico são, portanto, coisas raras em jovens iniciantes nos travessos caminhos que levam à cultura e ao saber. Ora, quando tal acontece, é evidente que temos um fato fora do comum, digno de nota. [...]

[22] Cf. *Diario de Pernambuco*, 26 de setembro de 1948, e de 24 de outubro de 1948 e 23 de abril de 1950. *Diário da Manhã*, 30 de julho de 1950 e 13 de maio de 1951. O seu interesse na pesquisa histórica evidencia-se já aos dezesseis anos de idade, na conferência "A rua brasileira no século XIX", que ele pronunciou na União dos Estudantes Secundários de Pernambuco, no dia 8 de setembro de 1951, conforme notícia do *Jornal Pequeno* (4 de setembro de 1951). Vale a pena mencionar também a conferência "Alguns tradicionalistas", no Grêmio Literário Rui Barbosa. Entre os presentes, estiveram os escritores Edmir Régis, Ronildo Maia Leite, Carlos Pena Filho e Paulo Rónai (então em visita ao Recife). "Aspectos da descaracterização do Recife" foi um ensaio de 42 páginas publicado pelo grêmio literário Rui Barbosa, em 1951, com prefácio de Gilberto Freyre. No ano seguinte, *Recife — introdução ao estudo de suas formas e suas cores*, editado por Região.

> A sua virtude mesmo, pode-se dizer, reside nisto: convencer, por argumentos, àqueles que não tiveram oportunidade de experimentar o fenômeno.

A estreia de Evaldo Cabral de Mello como autor foi prefaciada por Gilberto Freyre. Numa versão em artigo publicada no *Diário de Pernambuco,* recorda o sociólogo-antropólogo-historiador:

> contra a descaracterização, a princípio esporádica, depois quase sistemática, de uma cidade que devia estar sendo imitada por outras em vez de vir imitando o Rio ou São Paulo, é que se levanta a voz moça de recifense, de Evaldo Cabral de Mello. [...] Para Evaldo Cabral de Mello a descaracterização da capital de Pernambuco não é apenas a perda de alguma coisa que só interesse a antiquários de museu ou a necrófilos de instituto. É a perda de alguma coisa, que lhe faz falta aos olhos de um moço — e não apenas aos de um velho com saudade do passado — que saibam ver. E sabendo ver, saibam sentir o que é essencial nas formas e nas cores de uma cidade antiga que seja também uma cidade em expansão, sem que expansão signifique repúdio ao passado ou à natureza regional.[23]

Uma prova de que tanto interessavam ao neófito nos estudos regionais a abordagem das formas da cidade quanto o quadro social e mental dos seus habitantes é a sua contribuição, num entrecho de história oral, ao livro do seu primo famoso: *Assombrações do Recife velho.* Quem conta é o próprio Gilberto Freyre, em artigo publicado na *Tribuna da Imprensa*:

> meu primo Evaldo Cabral de Mello, ainda adolescente e já pesquisador cuidadoso de coisas do Recife antigo, me conta que num casarão vermelho do Capibaribe, na altura do Cordeiro — subúrbio onde ele mora com a família — toda primeira sexta-feira do mês aparece o fantasma de um negro velho, bem-vestido, "cobrando coleta". Até um alemão conhecido de Evaldo já viu esse fantasma de preto que com seu pretume assombra alemães como

[23] "Um adolescente e sua cidade". *Diario de Pernambuco*, 3 de novembro de 1951, p. 4.

> a alamoa assombra e fascina pretos, pardos e morenos com sua alvura de ariana ruiva, de branca de neve de conto da Carochinha. [24]

O autor precoce não ficou envaidecido com os elogios recebidos de quando adolescente. Exatamente o contrário. Refreou a publicação de alguma nova pesquisa. Até alcançar a plena maturidade. Haviam transcorrido mais de vinte anos da publicação do opúsculo, quando aconteceu a sua estreia em livro, com *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste*, que é de 1975. Outra vez, Gilberto Freyre elogia-o, em "A propósito de um jovem mestre" (*Diario de Pernambuco*, 2/11/75, e *Tribuna da Imprensa*, 4/11/75), lembrando-se de suas conversas intelectuais com Evaldo Cabral de Mello adolescente: "sempre indagador. Sempre raciocinador. Sempre admiravelmente lúcido". Uma semana depois, no mesmo jornal, voltou a mencioná-lo em "Por que me ufano de uns tantos parentes".

O passado ilumina o presente. Na resenha que escreveu sobre *Norte agrário e império*, Vamireh Chacon observa a autonomia econômica da Amazônia, rumo ao centro-sul de sempre, com o esvaziamento agravado pela "questão dos impostos provinciais", aqui abordados pela primeira vez em profundidade.

Tem razão Gláucio Veiga quando aponta que os livros de Evaldo Cabral representam uma "nova fase na historiografia holandesa". Embora ele tenha considerado, de início, *O Norte Agrário e o Império* como um "pequeno desvio nesta linha axial da história batava, entre nós", logo retificou o juízo:

> na verdade, *O Norte Agrário e o Império* não estaria tão longe da temática holandesa. De certa forma, há unidade vinculante entre *Rubro Veio* e o sistema de relações Norte-Sul. É que desde a guerra holandesa, ao longo dos três séculos subsequentes a Nassau, a Restauração deixou tocar em surdina dois sentimentos: o sentimento republicano e o sentimento separatista. Ao sentimento republicano, apostilava-se o federalismo. Ao longo do século XIX, minorias contestantes foram se enfiando o barrete frígio, até que o 15 de novembro importou-o como a cobertura oficial. Mas o separatismo

[24] Caderno Tribuna das Letras, 1951, 7-8 de junho.

> chegou até hoje com ares de heresia. Sempre repelido como alta traição, o sentimento separatista, principalmente, em Pernambuco é recalcado. *O Norte Agrário e o Império* desenvolve seis temas-chaves, seis punções sobre a história econômica do Nordeste, de Pernambuco, temas rosaceamente convergindo para o tema maior e crepitante: o separatismo.[25]

Talvez com uma ênfase menor na palavra *separatismo* e mais em *autonomia,* quem sabe ao modo espanhol entenda-se melhor o enfoque da Outra Independência, na visão de Evaldo Cabral de Mello. Expressa em livros que são autônomos, mas entrelaçáveis.

Consegue o raro feito de combinar e dosar bem estudos do imaginário, a história econômica e social, sem descuidar das demandas políticas. Como seu primo Freyre, que partiu do mais conhecido — a história dos seus avós — para compor a história do Brasil, ele escrutinou também o passado de Pernambuco. O desenvolvimento do nativismo é um dos principais eixos norteadores da primeira etapa de sua obra. A despeito disso, não foi a experiência de campo, ou seja, a vivência ou o olhar voltado antropologicamente para os engenhos o que motivou o seu olhar para a história, mas a História em si, o documento, o arquivo, o passado no passado.

No início de sua produção intelectual, tão cedo marcada por estudos urbanos, como *Aspectos da descaracterização do Recife* (51) e *Recife — uma introdução ao estudo das suas formas e das suas cores* (52), e que tem algo de freyreano, desenvolveu seus próprios caminhos e interesses mais agudos. Sem que isto representasse ausência de admiração pelo primo. Os poucos exercícios de poesia e prosa de ficção feitos por Evaldo Cabral de Mello ele os abandonou ao esquecimento e à adolescência. Pode-se, portanto, dizer que, se a vida é a mestra da História, como queriam os antigos, a História foi a mestra da sua vida, ao menos da parte dela que se converteu em livros.

No labirinto da História e no aranzel dos arranjos políticos, ele põe a nu diversos episódios de grande interesse coletivo da América portuguesa, concatenando-os com maestria. Inclusive, ou especialmente, mostrando os fios visíveis e invisíveis do jogo do poder no âmbito internacional.

---

[25] *Diario de Pernambuco*, 19 de junho de 1987, p. B-6.

Partindo da história regional, mostrou sua indissolúvel ligação com as tramas europeias, e a omissão ou parca atenção em torno de momentos decisivos por parte da historiografia predominante no Brasil. Trilhou caminho próprio, sem ceder às estreitezas e imposições da historiografia do centro-sul. A chamada história saquarema. Para quem tudo no Brasil que importa se centra no sudeste-sul, e as demais regiões são meros satélites, periferias ou marginais. Por sinal, a abordagem dessa historiografia está na própria origem da narrativa da Independência. A chamada unidade nacional significa a imposição de uma pauta ou o desprezo de outra tanto pela elite política quanto pela intelectual.

Os interesses da açucarocracia nortista ele os desnuda, revelando como o discurso nativista era parte dos jogos de interesses políticos. As elites locais se serviam dele como base para benesses e reforço do seu poder.

Evaldo Cabral de Mello tinha 39 anos ao lançar *Olinda restaurada*. Início de uma sequência de diversos outros trabalhos, coerentes com um projeto de compreender a História. Se atentarmos ao tempo decorrido entre a invasão de Pernambuco em 1630 e a Confederação do Equador em 1824, veremos que a história da Independência pode ser caracterizada como de longa duração.

Isso não significa dizer que todos esses livros são a respeito da Independência, mas que os caprichos da História e o desencadeamento de fatos e a reação sobre eles se interligam. De uma parte temos o imaginário da Restauração, de outra os vínculos simbólicos da Genealogia, as questões de ser estrangeiro ou brasileiro, a negociação da paz e os conflitos internos do Império.

Trata-se de um elegante e poderoso exercício de intra-história. De uma história da Independência independente, descolonizada.

Referências bibliográficas

A Manhã, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1941 e 13 de junho de 1943.

BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. *Notícia histórica, política, civil e natural do Império do Brasil em 1833.* Rio de Janeiro: Tipografia de Seignot-Plancher e Cia, 1833.

Caderno Tribuna das Letras, 1951, 7-8 de junho.
Carta de Mr. Adams, secretário de Estado, a Mr. Maurice, de Furstenwaeter, datada de Washington, 14 de junho de 1819. In: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XXIV, Londres, impresso por R. Greenlaw, 1820, p. 83.
COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.* Recife: Tipografia Universal, 1882.
COUTY, Louis. *L'esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin, 1881.
Diário da Manhã, 30 de julho de 1950 e 13 de maio de 1951.
Diario de Pernambuco, 26 de setembro de 1948, 24 de outubro de 1948, 23 de janeiro de 1949, 23 de abril de 1950, 3 de novembro de 1951 e 19 de junho de 1987.
FAORO, Raymundo. "Gilberto: ano 80 aos 80 anos". *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1980, caderno Especial.
FERRO, Marc. *Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*, 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
MONTE ALVERNE, Francisco do. "Oração em ação de graças por a elevação do Brasil a reino, pregada na vila de Itu, província de S. Paulo, no dia 1 de fevereiro de 1816", em *Obras oratórias*, tomo IV. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert,1853.
ORWELL, George. *1984*. Panamá: Asaf, 2020
PORTO, José da Costa. "Colonialismo interno". *Diario de Pernambuco,* Recife, 26 de junho de 1966.
REYS, Pedro dos. *O Brasil independente, inserido na coleção Biblioteca do Povo e das Escolas*. Rio de Janeiro: David Corazzi Editor,1886.
STARLING JR., Georges Westley. *The War of the Mascates in Brazil, 1710-1714*. Tese Universidade da Califórnia, 1957.

Sobre o organizador

André Heráclio do Rêgo, diplomata e historiador, doutor pela *Université de Paris Ouest Arch de la Défense*. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros.

9 786556 766218 >

BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

SENADO FEDERAL

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br